



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



MARIA JOSEANE COSTA SANTOS

**O PROGRAMA DE MICROCRÉDITO CREDIAMIGO:
MICROFINANÇAS E MERCADO DE TRABALHO NA POLÍTICA DE
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA EM ITABAIANA-SE**

Cidade Universitária Prof. "José Aloísio de Campos"
SÃO CRISTÓVÃO/SE
Agosto de 2016

MARIA JOSEANE COSTA SANTOS

**O PROGRAMA DE MICROCRÉDITO CREDIAMIGO:
MICROFINANÇAS E MERCADO DE TRABALHO NA POLÍTICA DE
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA EM ITABAIANA-SE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Rocha dos Santos

Cidade Universitária Prof. "José Aloísio de Campos"
SÃO CRISTÓVÃO/SE
Agosto de 2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Santos, Maria Joseane Costa

S237p O Programa de Microcrédito Crediamigo : microfinanças e mercado de trabalho na política de geração de emprego e renda em Itabaiana-SE / Maria Joseane Costa Santos ; orientadora Ana Rocha dos Santos. – São Cristóvão, 2016.

149 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2016.

1. Geografia econômica. 2. Microfinanças. 3. Créditos – Política governamental. 4. Espaço em economia. 5. Mercado de trabalho – Itabaiana (SE). I. Santos, Ana Rocha dos, orient. II. Título.

CDU 911.3:33(813.7)

MARIA JOSEANE COSTA SANTOS

**O PROGRAMA DE MICROCRÉDITO CREDIAMIGO:
MICROFINANÇAS E MERCADO DE TRABALHO NA POLÍTICA DE
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA EM ITABAIANA-SE**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof.^a Dr.^a **Ana Rocha dos Santos** (PPGEO/UFS)

Orientadora

1º Examinador: Dr.^o **Saumíneo da Silva Nascimento** (BNB)

Membro Externo

2º Examinador: Prof.^a Dr.^a **Josefa de Lisboa Santos** (PPGEO/UFS)

Membro Interno

Mestranda: **Maria Joseane Costa Santos**

Dedico esta dissertação e o que ela representa para mim:

Aos homens e mulheres incansáveis na luta por uma sociedade libertária e igualitária.

Ao meu Avô que para mim sempre será o melhor e mais íntegro de todos os avôs, Te Amo!

À Ana que sempre acreditou em mim, não importa o quanto difícil fosse está comigo nessa caminhada e pela sua natureza humana e íntegra.

AGRADECIMENTOS

Um sonho se concretizou, foram muitas noites, dias, enfim muitas batalhas diárias, afinal para alcançar a transformação é necessário à práxis. Alegrias, tristezas e cheguei até aqui, algo que só foi possível graças ao apoio indispensável e incansável de muito sujeitos, aos quais tenho imensa gratidão. Todos vocês são vitoriosos junto comigo, obrigada!

Agradeço aos meus pais, **José Wilson** e **Maria Geraldina** por sempre apoiarem minhas escolhas. E por me ensinarem muitos dos princípios dos quais não abro mão. Ao meu pai especialmente por ter me feito tentar o vestibular e ter me dado à capacidade de encontrar um novo mundo e construir uma história tão arrebatadora pela Geografia.

À minha orientadora Prof^{ra}. Dr^a. **Ana Rocha dos Santos**, simplesmente a minha Ana por ser tão humana, compreensiva e sempre ter me tirado da zona de conforto. Não tenho palavras para expressar a minha gratidão pela sua dedicação e carinho. Com você aprendi além do descritível, obrigada por tornar essa caminhada mais amena.

Aos meus irmãos **Weslaine**, **Crislaine**, **João Pedro**, **José Jonas**, **Milena**, **Alaine Beatriz**, especialmente **Willas** e **Walison** que todos os dias caminhavam junto comigo por volta de 40 min. sempre a pé quando voltava da universidade, sem o apoio de vocês seria muito difícil está aqui.

Aos meus sobrinhos **Caio** e **Cailaine**, amo vocês!

À **Vanilza** que é um dos meus maiores exemplos e incentivadora. Meu orgulho e gratidão por ter passado essa fase com você não tem tamanho. Aqueles que te conhecem te admiram eu Te Amo. Você se tornou uma amiga, depois uma irmã e agora é uma mãe para mim, obrigada por tudo! Sem o seu apoio não teria conseguido chegar até aqui, toda a cumplicidade e confiança foi essencial. Também as broncas por mais que dissesse que “eu odeio, eu odeio” e claro as risadas.

À **Rúbia Kelly** que é a melhor de todas as irmãs, toda minha gratidão e o meu amor. Aprendi com você ser mais humana. Antes de te conhecer não tinha descoberto a verdadeira amizade, Eu Te Amo. Agradeço-te por toda acolhida, pelo meu lugar sempre garantido em sua casa. Terminando reafirmando que você é a melhor irmã-amiga do mundo.

À minha segunda mãe Eurides que abriu a suas portas para me receber e o seu coração para me amar, sempre com um sorriso e uma palavra de consolo e afeto. Nunca fez distinção entre mim e **Rúbia**. Agradeço por ter te conhecido e ser tão amada. Agradeço também a **Luís** e a **Junio** por sempre me receberem com tanto carinho.

À minha segunda família durante o período do mestrado com a qual aprendi tantas coisas e vivi tantas emoções. Obrigada por vocês não me deixarem desistir quando tantas vezes estive desesperada. Vocês são amigos verdadeiros e eu uma sortuda por tê-los ao meu lado. Obrigada **Maria**, minha xará e companheira de tantos finais de semana pelas doces palavras, pelos seus conselhos sempre essenciais e preciosos. **Vanessa**, pelo companheirismo, carinho e tantas broncas e risadas. À **Pricila** pelas risadas. A **Genisson** pela amizade, que se tornou um amigo precioso, com o qual dei tantas risadas e tive tanto apoio. À **Ivana** e **Leticia** que estão chegando que possamos construir uma boa relação.

A **Cíntia Carla** grande amiga, que nesse tempo sempre me apoiou e torceu por mim, muito obrigada!

A **Israel** que foi fundamental na reta final da dissertação, obrigada por me ajudar nessa conquista.

Aos professores do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe – Campus Itabaiana, com os quais aprendi a descortinar o espaço e a compreender sua (re) produção.

A **Hunaldo Lima**, por ser tão disposto a ajudar e está sempre aberto a discutir as inquietações que perpassam a geografia.

À Prof^a. Dr^a. **Josefa de Lisboa Santos** que sempre esteve disponível a me ajudar e incentivar meu crescimento e pela participação na qualificação, contribuindo para elaboração da dissertação e aceitar participar da banca examinadora da defesa.

Ao Prof^o. Dr^o. **Saumíneo da Silva Nascimento** por aceitar participar da defesa da dissertação.

Aos professores do **PPGEO** pelas contribuições proporcionando-me um amadurecimento teórico.

À **Genivânia**, que usurpando as palavras de **Vanilza** “foi uma grata surpresa”. Obrigada por me ensinar e me proporcionar ver por trás da aparência. Sempre esteve comigo nessa caminhada, sua preocupação tocou meu coração tantas vezes, obrigado pelo carinho e amizade.

À **Erika** que me encantou e se tornou uma grande amiga, obrigada pela consideração e respeito.

A **Edésio**, que foi tão solícito ao me ajudar na parte cartográfica.

Aos funcionários e técnicos do PPGEO nas pessoas de **Mateus**, **Everton**, **France** por serem atenciosos e solícitos.

À **Coordenação do PPGEIO** pelo trabalho que tem realizado para oferecer aos professores e alunos o desenvolvimento de suas atividades e pesquisas.

Aos entrevistados que responderam os questionários.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (**CAPES**) pela bolsa de estudo, a qual permitiu dedicação exclusiva ao mestrado.

A todos muito obrigada!

RESUMO

A crise do sistema capitalista pós década de 1960 iniciou uma nova fase da produção e acumulação do capital voltada à financeirização da economia e mudanças no mundo do trabalho que passou a ser mais precário. Nesse cenário, ações foram direcionadas a diversos setores produtivos que possibilitaram a extração da mais-valia dos trabalhadores, como a implementação de políticas de financiamento, dentre as quais se destaca a de crédito destinada aos mais pobres. No Brasil, as políticas de financiamento direcionadas ao combate à pobreza ganharam destaque em âmbito nacional, sobretudo, a partir dos anos 2000, com a criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), voltado para a promoção da inclusão social. Analisar a política de financiamento do microcrédito por meio do Programa Crediamigo, oferecido pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e suas implicações espaciais sobre o mundo do trabalho em Itabaiana/SE foi o objetivo desta pesquisa. Para desenvolvê-la fez-se uma leitura geográfica crítica do Programa Crediamigo e sua relação com a financeirização da economia, na medida em que a política de microcrédito apresenta um desdobramento espacial. Em Itabaiana, o Crediamigo possui mais de quinze mil clientes vinculados na agência bancária do município, que inclui clientes dos municípios de Areia Branca, Campo do Brito, Itabaiana, Frei Paulo, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Ribeirópolis, São Domingos e São Miguel do Aleixo. Da clientela inserida no Crediamigo na região mais de 50% são da sede municipal de Itabaiana, demonstrando a intensa inserção dos moradores locais na lógica da financeirização sob o discurso da promoção do emprego e renda propiciando a captação de valor criado na esfera produtiva pelos trabalhadores para acumulação capitalista. Este é um dos programas mais efetivos no estado como revelam os balanços disponibilizados pelo BNB. Entretanto, o que se vê é o estímulo ao endividamento dos trabalhadores, que os mantêm associados ao fomento das microfinanças e à transferência de valor para esfera financeira por meio do pagamento de empréstimos. Observou-se que na maioria das vezes, os tomadores de empréstimos dessa linha de financiamento estão inclusos em ocupações de baixa remuneração e informais, as quais oferecem pequena estabilidade financeira e nenhuma garantia trabalhista. A pesquisa apontou que para os envolvidos no Programa de Microcrédito Crediamigo, não é restrita a garantia de produção de emprego e renda, mas de sobrevivência diante do quadro da lógica destrutiva do capital que impõe a milhões de trabalhadores a condição de superfluidade.

Palavras-chave: produção do espaço, microcrédito, trabalho.

RESUMEN

La crisis del sistema capitalista post década de 1960 inició una nueva fase de la producción y acumulación del capital dirigido a la financiarización de la economía y cambios en el mundo del trabajo que paso a ser más flexible y aún más precario. En esa escena, acciones fueron direccionadas a diversos sectores productivos que posibilitaron la extracción de la plusvalía de los trabajadores, como la implementación de políticas de financiamiento direccionadas al combate a la pobreza ganaron destaque en ámbito nacional, sobretudo, a partir de los años 2000, con la creación del Programa Nacional de Microcredito Productivo Orientado (PNMPO) dirigido a la promoción de la inclusión social. Analizar la política de financiación de microcrédito por medio del Programa Crediamigo, ofrecido por el Banco de Noreste de Brasil (BNB) y sus implicaciones espaciales sobre el mundo laboral en Itabaiana/SE fue el objetivo de esta investigación. Para desarrollarla se hizo una lectura geográfica crítica del Programa Crediamigo y su relación con la financiación de la economía, conforme la política de microcrédito presenta un desdoblamiento espacial. En Itabaiana, el Programa Crediamigo posee mas de quince mil clientes vinculados con la agencia bancaria del município, que incluye clientes de los municípios de Areia Branca, Campo do Brito, Itabaiana, Frei Paulo, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Ribeirópolis, São Domingos y São Miguel do Aleixo. De los clientes insertado en Crediamigo, en la región más de 50% son de la sede municipal de Itabaiana, lo que demuestra la intensa inserción de los vivientes locales en la lógica de la financiación bajo el discurso de la promoción de empleo y renta propiciando la captación de valor creado en la esfera productiva por los trabajadores para la acumulación capitalista. Ese es uno de los programas más efectivos en el estado como revelan los balances enseñados por el BNB. Sin embargo, lo que se ve es el estímulo al endeudamiento de los trabajadores, que mantiene los trabajadores asociados al fomento de las micro finanzas y a la transferencia de valor a la esfera financiera a través del pago de préstamos. Se observó que la mayoría de las veces, la gente que ha tomado los préstamos de esa línea de financiación están incluidos en ocupaciones de baja remuneración e informales, las cuales ofrecen pequeña estabilidad financiera y ninguna garantía de trabajo. La investigación apuntó que para los involucrados en la política de microcrédito (Crediamigo), no es restricta la garantía de producción de empleo y renta, pero de sobrevivencia delante le cuadro de la lógica destructiva del capital que impone a millones de trabajadores la condición de superfluidad.

Palabras claves: producción del espacio, microcrédito, trabajo.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Itabaiana/SE – operações financeiras, 2015.....	22
Tabela 02: Brasil – microcrédito: valor e quantidade de operações da carteira total (identificada e não identificada) por tipo de cliente, em porcentagem.....	48
Tabela 03: Estimativas do total relativo de trabalho precário no mundo e no grupo de países segundo a Divisão Internacional do Trabalho, 2014 a 2019.....	63
Tabela 04: Brasil – total de agências bancárias por controle de capital, 2010-2014.....	80
Tabela 05: Brasil – volume de crédito pessoal por faixa de renda sem consignação, dezembro de 2012-2014.....	81
Tabela 06: Brasil – volume de crédito pessoal por faixa de renda consignado, dezembro de 2012-2014.....	81
Tabela 07: Sergipe – População Economicamente Ativa, 2010.....	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Itabaiana/SE – total de operações de crédito, 2006 a 2015.....	24
Gráfico 02: Brasil – valor da carteira total de várias modalidades de crédito pessoa física, 2013-2014.....	82
Gráfico 03: Sergipe – domicílios particulares permanentes por rendimento mensal familiar, 2010.....	95
Gráfico 04: Sergipe – despesas média mensal familiar com itens básicos, 2008-2009....	96
Gráfico 05: Sergipe – saldo mensal de emprego, 2012-2015.....	98
Gráfico 06: Sergipe – variação mensal do saldo de emprego, 2012 – 2016.....	99
Gráfico 07: Sergipe – estoque de emprego, 2002 – 2014.....	100
Gráfico 08: Brasil – contratações do Programa Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil setembro, 2016.....	102
Gráfico 09: Brasil – valores de crédito desembolsados acumulados do Programa Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil setembro, 2016.....	102
Gráfico 10: Brasil – Crediamigo carteira de clientes ativos em mil, Set/2016.....	103
Gráfico 11: Brasil – Crediamigo carteira ativa (R\$ milhões), Set/2016.....	103
Gráfico 12: Itabaiana/SE – percentual de homens e mulheres com 16 anos ou mais de idade ocupados por setor de atividade, 2010.....	113
Gráfico 13: Itabaiana/SE – percentual de homens e mulheres ocupados com 25 anos ou mais de idade segundo grau de estudo, 2010.....	113
Gráfico 14: Itabaiana/SE - grau de escolaridade dos clientes do Programa de Microcrédito Crediamigo, 2016.....	114
Gráfico 15: Brasil – Crediamigo resultados – gênero. Período – set/2016.....	115
Gráfico 16: Itabaiana/SE – gênero dos sujeitos do Programa de Microcrédito Crediamigo, 2016.....	116
Gráfico 17: Itabaiana/SE – ocupação da clientela do Programa de Microcrédito Crediamigo em, 2016.....	120
Gráfico 18: Itabaiana/SE – estado civil da clientela no Programa de Microcrédito Crediamigo, 2016.....	127
Gráfico 19: Itabaiana/SE – faixa etária dos sujeitos envolvidos no Programa Crediamigo, 2016.....	129
Gráfico 20: Itabaiana/SE – crença na vocação empreendedora do município, 2016.....	131

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Itabaiana – Área de estudo, 2016.....	21
Figura 02: Panorama mundial da situação social e do trabalho.....	69
Figura 03: Itabaiana – Distribuição de Bancos e Financeiras, 2016.....	85
Figura 04: Itabaiana/SE – Agência Financeira Euro Serviços Financeiros.....	86
Figura 05: Itabaiana/SE – Agência Financeira Center Crédito Financeira Consignado....	86
Figura 06: Itabaiana/SE – Agência Financeira Karolaine Financeira.....	87
Figura 07: Itabaiana/SE – Agência Financeira Crefisa.....	87
Figura 08: Itabaiana/SE – Agência Financeira UBLA Consorciado MJ Promotora.....	88
Figura 09: Localização de Financeira em Itabaiana/SE.....	89
Figura 10: Fila de emprego no Centro Comercial em Aracaju/SE.....	97
Figura 11: Itabaiana – Centralidade do Crediamigo, 2016.....	105
Figura 12: Microrregião do Agreste de Itabaiana – articulação do Crediamigo, 2016.....	107
Figura 13: Infraestrutura de mercearia em Itabaiana/SE, 2016.....	122
Figura 14: Casa e local de venda de produtos de cosméticos em Itabaiana/SE.....	123
Figura 15: Residência e loja de Comunicação audiovisual em Itabaiana/SE.....	123
Figura 16: Loja de cosméticos e lingerie em Itabaiana/SE.....	124
Figura 17: Cartilha Crediamigo (2013).....	130

LISTA DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BCB – Banco Central do Brasil
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CCQs – Círculos de controle de qualidade
EUA – Estados Unidos da América
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos
FMI – Fundo Monetário Internacional
GPS – Giro Popular Solidário
GS – Giro Solidário
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF – Investimento fixo
INEC – Instituto Nordeste e Cidadania
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
MEI – Microempreendedor Individual
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MTPS – Ministério do Trabalho e Previdência Social
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização não governamental
OSCIP – Organização da sociedade civil de interesse público
PEA – População economicamente ativa
PIA – População em idade ativa
PIB – Produto Interno Bruto
PIPS – Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social
PME – Pesquisa mensal de emprego
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
RV – Remuneração variável
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPLAG – Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
SIMEI – Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos
SCR – Sistema de Informações de Crédito
SCM – Sociedades de Crédito ao Microempreendedor

SUMÁRIO

Dedicatória.....	iv
Agradecimentos.....	v
Resumo.....	viii
Resumen.....	ix
Lista de tabelas.....	x
Lista de gráficos.....	xi
Lista de figuras.....	xii
Lista de Siglas.....	xiii
Sumário.....	xiv
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I: A FUNCIONALIDADE DO ESTADO NA LÓGICA DA MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA.....	27
1.1. Estado: agente mediador do capital na mundialização.....	28
1.2. Pós-Segunda Guerra Mundial e a emergência do capital financeiro.....	33
1.3. A Espacialização do Microcrédito no Brasil na Lógica Capitalista Financeira.....	43
CAPÍTULO II: MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO: NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA MUNDIALIZAÇÃO.....	50
2.1. Fim do Trabalho ou Renovação do Trabalho?.....	53
2.2. A nova face do mercado e das relações de trabalho no capitalismo mundializado.....	58
2.3. A natureza da informalidade das relações de trabalho.....	66
CAPÍTULO III - A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO E A ESPACIALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO CREDIAMIGO DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL EM ITABABAINA/SE: INCLUSÃO SOCIAL OU DESENVOLVIMENTO DESIGUAL?	72
3.1. A política de financiamento no Brasil uma raiz histórica.....	72
3.2. Breve histórico do microcrédito no Brasil.....	76
3.3. O local na mundialização financeira.....	91
3.4. Microcrédito: o Programa Crediamigo.....	100
3.5. O Programa Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil em Itabaiana/SE.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS.....	137
APÊNDICE.....	145

INTRODUÇÃO

No capitalismo, a expansão e acumulação do capital produziu a separação homem-natureza por meio da instituição da divisão social de classes e da propriedade privada. A natureza humana metamorfoseou-se deslocando o homem como sujeito da produção para objeto (elemento) do processo produtivo submetido a relações sociais de apropriação desigual da natureza e do espaço.

Com a dominação do valor criado pelo trabalho social total por parte dos capitalistas, houve o fim da relação harmônica homem-natureza tendo como resultado a mercantilização da natureza humana sob a forma de trabalho assalariado. O homem, nesse momento, foi separado de si na medida em que a ação humana sobre a natureza tornou-se estranha a ele mesmo. O trabalhador (produtor) já não se reconhece mais no produto do seu esforço físico e intelectual. O objeto de sua ação é a sua negação. Nas palavras de Marx,

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores [...] (2013, p.147).

A mudança da natureza do trabalho provocou a precariedade humana e estruturou a exploração do homem e da natureza pelo capital. Para Menezes (2007, p.113), “o trabalhador passa não somente pela metamorfose de “criador do mundo das coisas” para “servo do mundo das coisas” como também, ele próprio, passa de “sujeito histórico” para “objetos sem valor”, vira supérfluo”. Neste sentido, o trabalho perdeu sua razão mais elementar garantir/permitir a sobrevivência do homem que trabalha e transforma a natureza no processo produtivo em bem material humano.

O processo de assalariamento do trabalhador e a intensificação da não realização do homem pelo trabalho com o desenvolvimento do sistema capitalista são aperfeiçoados com a acumulação flexível e o trabalho precário. A partir dos anos de 1970 com a reestruturação produtiva, o desemprego, a redução do trabalho formal e a informalidade são marcas da precarização.

Um processo de “dessubjetivação de classe¹” ganha importância nas relações sociais, pois o ser individual e coletivo perde não somente a capacidade de domínio físico, mas também sua faculdade psíquica é sugada pelo capital para permitir a acumulação gradativa pela exploração do trabalho humano (ALVES, 2011, p.40).

Os novos arranjos desencadeados no mercado de trabalho transformaram/moldaram as relações de trabalho no espaço, surgiram novas formas de inserção, tais como “[...] os terceirizados, subcontratados, part-time, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em escala global” (ANTUNES, 2005, p.77).

A reestruturação produtiva consolida o sistema de desregulamentação trabalhista que “[...] abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista (“padrinhos”, “patronos” e até estruturas semelhantes à máfia) revivam e floresçam, mas agora como peças centrais e não como apêndices do sistema produtivo” (HARVEY, 2005a, p.145), estimulando à adesão dessas formas de organização do trabalho a prática a empréstimos.

Desse modo, compreender a política de financiamento do microcrédito, um dos estímulos às novas relações e organização do mercado de trabalho no contexto flexível de produção, surge como importante questão para a análise geográfica. O entendimento desse mecanismo revela as novas configurações assumidas pelo capital para permanecer acumulando e seus rebatimentos na reorganização espacial e na natureza do trabalho.

As microfinanças, [...] prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, tradicionalmente excluídas do sistema financeiro tradicional, com a utilização de produtos, processos e gestão diferenciados (ALVES; SOARES, 2004, p.11) passam, nessa fase, a representar um dos mecanismos promotor da inclusão da classe trabalhadora no mercado mais eficaz para ludibriar o desemprego e a precarização do trabalho, imprimindo como uma de suas variáveis o sistema de financiamento de microcrédito.

O microcrédito é o empréstimo direcionado à população de baixa renda, ofertado pelo setor privado ou público com objetivo de fomentar microempreendedores populares. De acordo com Estudo Especial Panorama do Microcrédito desenvolvido pelo Banco Central do

¹ Eles são produtos de ofensivas do capital na produção, como, por exemplo, os intensos processos de reestruturação que ocorreram nas grandes empresas capitalistas, principalmente a partir da década de 1970; ou na política, com as experiências históricas de derrotas sindicais e políticas da classe operária nos últimos trinta anos (IBID, 2011, p. 40).

Brasil (2014, p.04), “o microempreendedor pode ser pessoa física ou jurídica”. Segundo Alves e Soares (2004, p.12), o microcrédito é uma operação que, “dedica-se a conceder crédito para o financiamento de pequenos empreendimentos e diferencia-se dos demais tipos de empréstimo essencialmente pela metodologia utilizada, bastante diferente daquela adotada para as operações de crédito tradicionais”.

As instituições financeiras SCM (Sociedades de Crédito ao Microempreendedor) com um total de 10 instituições, Cooperativas de Crédito com 73 agências financiadoras, os bancos totalizando 10 instituições bancárias de financiamentos e as agências de fomento representadas por 09 entidades financiadoras de crédito subsidiam o segmento² de financiamento no país.

O microcrédito assume papel de destaque nas últimas décadas no Brasil com o crescimento da informalidade, resultado da flexibilização das relações de trabalho e do solapamento do trabalho estável, bem como de postos de trabalho disponível. Transforma-se na saída para incluir as pessoas no mercado, seja de trabalho e/ou financeiro. A política do microcrédito desenvolve-se na década de 1990 no Brasil, intensificando-se nos anos 2000 com o incentivo ao microcrédito produtivo orientado, financiado pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) instituído em 25 de abril de 2005 por meio da lei 11.110 objetivando,

incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares; disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado e oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para prestação de serviços para os empreendedores populares (BRASIL, 2013).

Os programas de microcrédito começam a ser propagados como ferramenta de combate à pobreza através da disponibilização para as pessoas de baixa renda. O acesso ao crédito é considerado um veículo condutor da transformação social. Segundo seus formuladores, inserir as pessoas “pobres” no mercado de microfinanças adquire representação de direito à igualdade social.

Para Colodeti (2011, p. 108) “[...] a ideia segundo a qual cada indivíduo é um empreendedor em potencial propiciou o surgimento de programas que, mediante a transferência de ativos (por exemplo, via microcrédito) no âmbito do mercado, poderia —

² Dados demonstrados a partir do Estudo Especial Panorama do Microcrédito desenvolvido pelo Banco Central do Brasil 2014.

como se afirma — erradicar a pobreza”. Desse modo, os programas de financiamento de crédito via Estado assumiram relevância no bojo das políticas públicas.

A degradação dos direitos trabalhistas, faceta do movimento de mundialização desde os anos de 1980 e o incremento do setor informal no Brasil tornaram evidente a estagnação econômica e o aumento das taxas de desemprego, impulsionando aumento das operações de microcrédito.

O território/local é o espaço tomado como capaz de realizar o desenvolvimento sustentável através da construção entre a sociedade e os governantes locais de um potencial atrativo de investimentos.

Este processo produz em seu bojo rearranjos, pois “os lugares são tornados territórios pelo capital e passam a apresentar alternativa encontrada pelo capitalismo para suprir suas demandas [...]” (LISBOA; CONCEIÇÃO, 2007, p.122). O local assume novas facetas, vivenciando uma nova realidade, onde gestores e sociedade civil são convocados a resolver suas necessidades através do empreendedorismo local.

O território/local é envolto no discurso da vontade individual como a âncora para o desenvolvimento econômico e social. O sentimento de pertencimento passa comandar o processo de territorialização/desterritorialização, este é o substrato ideológico para a consolidação da prática empreendedora dos agentes locais (LIMA; CONCEIÇÃO, 2009, p.09). O desenvolvimento de políticas públicas de alívio da pobreza e desigualdade a exemplo da política de microcrédito é uma opção para alcançar o desenvolvimento endógeno.

Dentro das políticas de desenvolvimento e redução da pobreza está o Programa de Microcrédito Popular Crediamigo, criado em 1998 financiado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Tem como objetivo oferecer crédito à população de baixa renda da região Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo para alcançar o desenvolvimento da região implementado em parceria com o governo federal, atrelado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Este programa atingiu “a marca de um milhão de clientes no ano de 2011, em dezembro de 2011, o Programa passou a contar com 380 unidades, atendendo 1.878 municípios e já atuando em outras regiões do país” (BNB, 2011).

Segundo a Conjuntura Mensal BNB, novembro, 2012, “cabe destacar o Crediamigo, programa de microcrédito produtivo orientado que, no período de janeiro a outubro, contratou no Nordeste 2.161,0 mil operações de crédito, injetando na economia regional R\$ 3,2 bilhões, registrando-se um crescimento de 29,5% no número e de 50,4% nos valores contratados”.

Desse modo, a análise das transformações da esfera político-econômica e sua inter-relação no campo social se constituem em objeto de estudo geográfico dado a sua espacialidade revelar os rearranjos socioespaciais promovidos pelas microfinanças.

Segundo informações do Ministério do Trabalho e Emprego - Superintendência Regional do Trabalho em Sergipe (2015), o até então ministro do Trabalho e Emprego Carlos Lupi afirmou em setembro de 2011, “o Nordeste está crescendo na geração de empregos, já encostou no Sudeste e ultrapassou o Sul. Agora é época da colheita de cana-de-açúcar na região, que impulsiona o crescimento de toda a indústria sucroalcooleira e impulsiona a criação de empregos nos estados nordestinos” (BRASIL, 2015).

Essa afirmação demonstra a importância de analisar a dinâmica do mercado de trabalho, relacionado à microfinanças (o microcrédito) e o que os dados revelam. No mundo do trabalho há diversas formas de relações instáveis, cíclicas, precarizadas que os dados, lidos isoladamente podem não demonstrar a realidade contraditória e instável do aumento dos postos de trabalho criados no país.

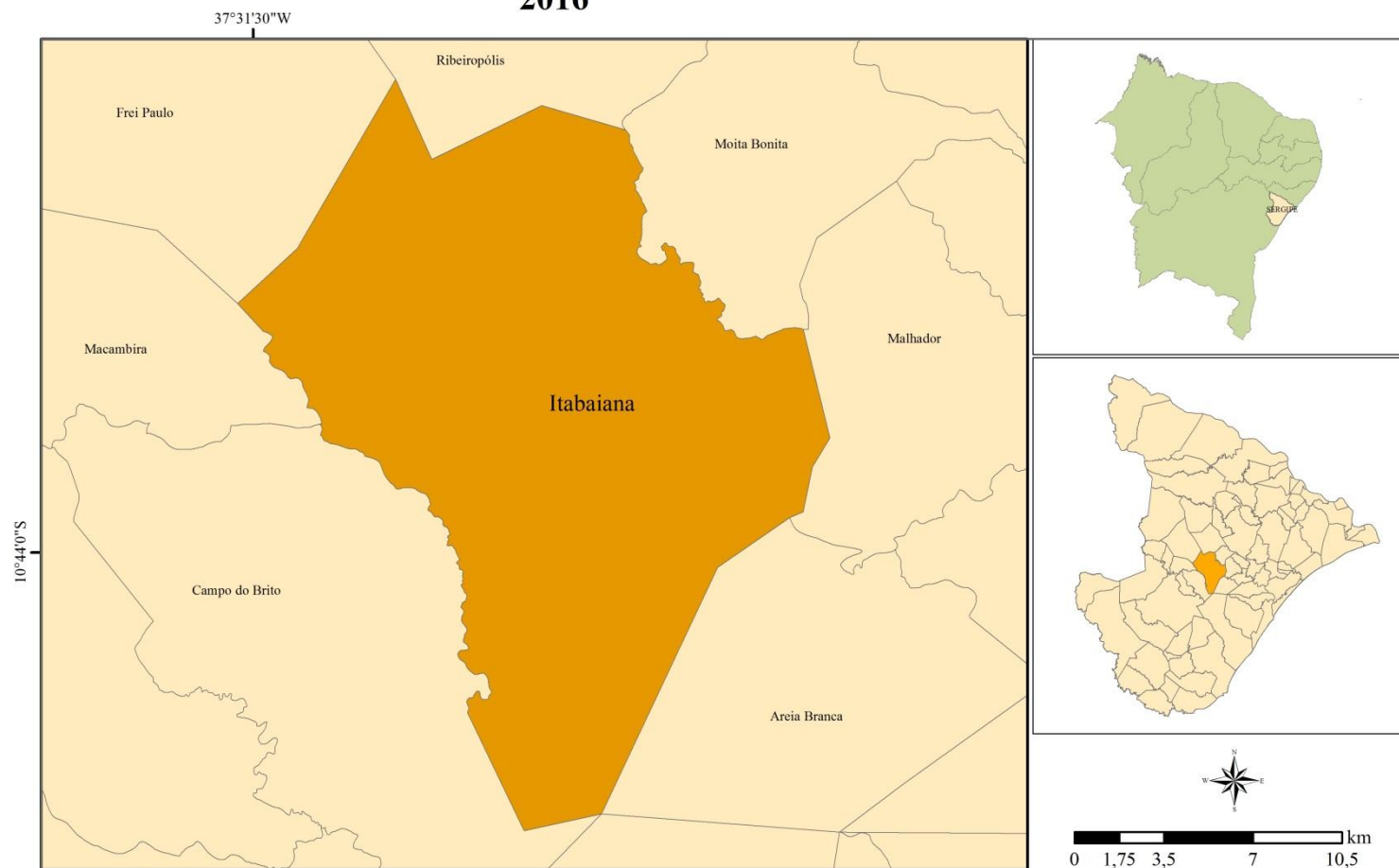
Analisar a política de financiamento do Programa Crediamigo oferecido pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e suas implicações na organização do trabalho e na produção do espaço em Itabaiana/SE é objetivo dessa dissertação que explica a conformação da natureza do trabalho e as novas formas de organização e relações de trabalho nas diferentes escalas espaciais e como as microfinanças estão atreladas ao capital na etapa de mundialização. Desse modo, sua investigação é importante para compreender a reestruturação produtiva e seus reflexos espaciais em Sergipe.

Para atingir tal objetivo foi necessário elencar algumas questões que nortearam a pesquisa, tais como: qual o papel das políticas de microcrédito para combater a pobreza e distribuir renda a partir da acessibilidade de crédito às camadas populares? Até que ponto a política de microcrédito contribui para a inserção e permanência na atividade produtiva daquele que acessa o crédito? Como se dá a inserção no mercado dos sujeitos que fazem parte do programa de microcrédito? Até que ponto o financiamento a partir do microcrédito pode desencadear um estímulo ao processo de precarização do mercado de trabalho? Como a política de financiamento de microcrédito garante desenvolvimento social? Até que ponto a difusão da ideia da "vocação empreendedora" estimula os sujeitos a participarem do programa como mecanismo de desenvolvimento socioeconômico propagado pela política de microcrédito?

O município de Itabaiana/SE foi o recorte espacial escolhido para a pesquisa por caracterizar-se como polo regional de microcrédito na Microrregião do Agreste de Itabaiana, e

por concentrar um total relevante de clientes atrelados ao Programa de Microcrédito Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil, um total de mais 15 mil clientes, dos quais mais de 8.500 pertencem a esse município (Dados informados por assessor de crédito do Programa Crediamigo). Também por ser uma área de destaque comercial conhecida regionalmente como o município do empreendedor, dando suporte a espacialização desse programa como mostra a figura 01.

**Figura 01: Itabaiana
Área de Estudo
2016**



Fonte: SRH (2014).

Base Cartográfica: Altas Digital sobre

Recursos Hídricos de Sergipe, 2014.

SIRGAS_2000.

Organização: Maria Joseane Costa Santos, 2016. Digitalização: Edésio Alves de Jesus, 2016.

De acordo com dados coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística @Cidades o município de Itabaiana/SE contava no período de 2015 com 9 agências bancárias, das quais duas pertencem ao Banco do Nordeste do Brasil. Essa informação merece destaque, pois de acordo Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), em 2016, essa instituição financeira em Itabaiana possui duas agências bancárias, ocupando a segunda posição em total de agências desse grupo.

A tabela 01 revela o volume total de operações financeiras realizadas em Itabaiana em 2015. Nesta é perceptível o maciço volume de operações financeiras no município, de maneira intensa aquelas direcionadas a operações creditícias, as quais atingiram em 2015 o maior montante de operações financeiras realizadas.

Tabela 01: Itabaiana/SE – operações financeiras, 2015.

Operações financeiras	Valor R\$
Depósitos a prazo	59.574.235
Depósitos à vista – governo	2.097.068
Depósitos à vista – privado	49.809.567
Obrigações por Recebimento	241.505
Operações de Crédito	459.614.066
Poupança	290.271.190

Fonte: Banco Central do Brasil, 2015.

A facilidade de acesso ao crédito é uma estratégia utilizada e estimulada nos programas e políticas de geração de emprego e renda no país como importante recurso de combate e redução das desigualdades sociais. As operações de crédito são facilitadas na medida em que o mercado de trabalho oscila e reduz a capacidade de gerar novos empregos.

Em Itabaiana a oscilação das taxas de emprego nos últimos anos em relação ao crescimento da população economicamente ativa segue a tendência verificada no mercado de trabalho do brasileiro³. Segundo o Relatório de Informações Econômicas dos Municípios o saldo entre admissões e desligamentos itabaianense entre 2005 e 2011 foi positivo, porém mínimo. Em 2010 a diferença entre ambos foi de 705 empregos, e em 2011 de 583.

De acordo com pesquisa do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) o município de Itabaiana em janeiro 2016 tinha um total de admissões de 304 empregos e 284 desligamentos gerando uma variação no percentual total de empregos de 51,7% para admissões e de desligamentos de

³ Os dados analisados referem-se ao Relatório de Informações Econômicas dos Municípios Itabaiana, Lagarto, Nossa Senhora do Socorro e Estância, 2011.

48,30%. O setor de serviços foi o que mais gerou vagas de trabalho segundo o CAGED entre janeiro e abril de 2016, somando um total de 102 novos empregos seguido pelo comércio, que criou 53 novos postos de trabalho.

Com a oscilação da oferta de emprego formal no mercado de trabalho em Itabaiana, também há criação de um ambiente favorável para a territorialização de políticas de financiamento e programas de microcrédito neste município. A queda das taxas de emprego formal amplia a capacidade de atração da sociedade fora do mercado de trabalho a esses programas como o Crediamigo, que funcionam a partir do discurso da geração de emprego e renda.

De acordo com o IBGE Cidades, Itabaiana no que concerne à estatística do Cadastro de Empresas vem aumentando o número de unidades locais, assim como o de empresas entre 2010 e 2014. Em 2010, havia respectivamente 1662 unidades e 1600 empresas, já em 2014 existem na mesma ordem 1865 unidades locais e 1810 empresas.

Além dos dados levantados sobre o mercado de trabalho em Itabaiana verificou-se no município a concentração de ocupações em atividades que requerem uma menor instrução, como vendedores, mototaxistas, lavradores, donas de casa e autônomos, o que reflete a flexibilidade e a precariedade das remunerações criadas. Esta situação despertou o interesse para o estudo desta pesquisa quando foram analisados os novos empreendimentos comerciais do município.

A pesquisa buscou investigar os novos empreendimentos comerciais em Itabaiana e sua relação com a acessibilidade de crédito, de maneira específica o Crediamigo. Este tem se efetivado como um dos maiores programas de crédito mundial e no país. Em Itabaiana, o Programa tem se alocado e se territorializado cada vez mais nos últimos anos como revela o crescente aumento da carteira de clientes ativos do Crediamigo. De acordo com informações repassadas por agentes de crédito coletadas através do levantamento mensal e anual da clientela do Programa no município, em 2014 o Crediamigo possuía 12 mil clientes, em fevereiro de 2015 já obtivera 14 mil clientes e até junho de 2016 possuía mais de 15 mil.

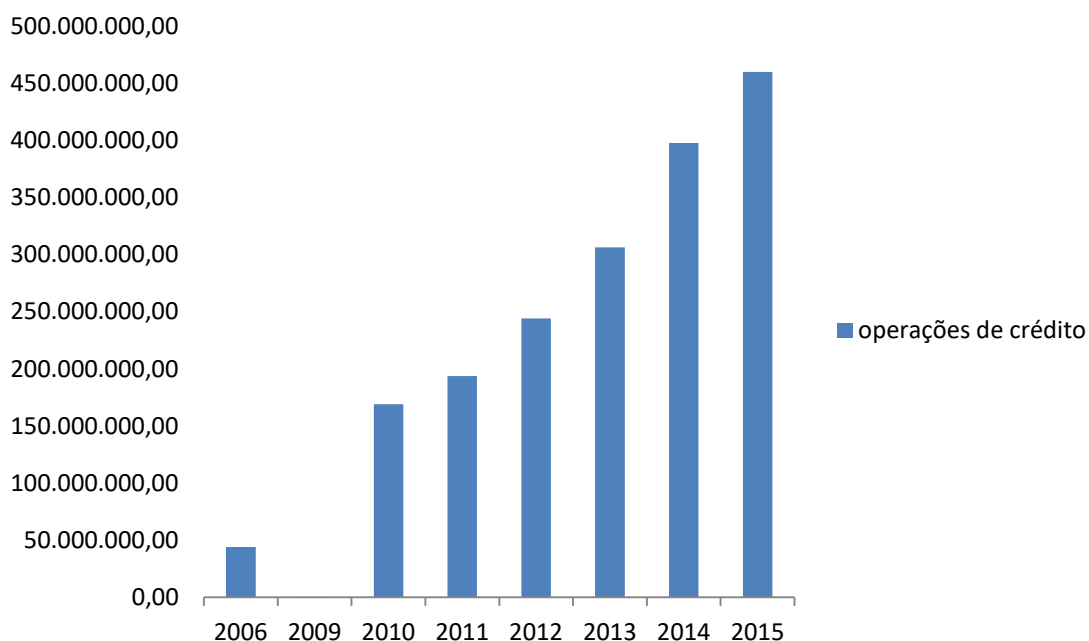
De acordo com o relatório do Portal do Empreendedor sobre o total de microempreendedores individuais existentes nas unidades da federação brasileira, que se enquadram no SIMEI (Sistema Nacional de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos

Tributos abrangido pelo Simples Nacional⁴) Sergipe possuía 36.918 microempreendedores individuais em 2015 e o município de Itabaiana ocupava o quarto lugar no ranking de formação de Microempresas Individuais no estado de Sergipe possuindo 1.320 empresas formalizadas.

Com base no relatório do Portal do Empreendedor um percentual de mais 74% destas empresas está concentrado em dez municípios sergipanos. Os municípios são: Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Itabaiana, Estância, Lagarto, Barra dos Coqueiros, Propriá, Umbaúba e Itaporanga D'Ajuda respectivamente em ordem de posição crescente. Itabaiana representa nesse universo um percentual de 3,6% das microempresas em Sergipe.

Observa-se também o crescimento dos valores das operações creditícias em Itabaiana que, de acordo com pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cresceram desde 2006, como demonstra o gráfico 01 sobre o volume de crédito circulado no município.

Gráfico 01: Itabaiana/SE – total de operações de crédito, 2006 a 2015.



Fonte: IBGE - cidades, 2015.

Organização: Maria Joseane Costa Santos, 2015.

⁴ O Simples Nacional (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) é uma forma simplificada e englobada de recolhimento de tributos e contribuições das empresas de pequeno porte e microempresas enquadradas no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte sancionado pela Lei Complementar N.123, de 14 de dezembro de 2006.

O estudo do microcrédito em Itabaiana permite uma análise do sistema do capital microfinanceiro, contribuindo para elucidar a função da atividade financeira e das políticas sociais de emprego e renda dentro do processo de acumulação flexível do capital. Assim, a análise geográfica permite compreender como “a sociedade constrói um mundo objetivo enquanto a prática espacial, e tal mundo se revela em suas contradições em um movimento que aponta para um processo em curso, cuja base se assenta no processo de reprodução das relações sociais que se realiza como relação espaço-temporal” (CARLOS, 2007, p.09).

Para compreender esses contornos espaciais nas diferentes escalas de produção torna-se imprescindível uma leitura geográfica crítica para analisar a apropriação do espaço pelo capital, interesse, que na maior parte das vezes camufla-se na ideologia da garantia do desenvolvimento socioeconômico e no combate e redução da pobreza.

Nesse sentido, buscou-se a dialética para analisar os desdobramentos espaciais do microcrédito em Itabaiana. Pela dialética pode-se compreender a totalidade dos fatos na essência e se constitui como elemento de conhecimento do real, pois “[...] a característica precípua do conhecimento consiste na decomposição do todo. A dialética não atinge o pensamento de fora para dentro, nem de imediato, nem tampouco constitui uma de suas qualidades; o conhecimento é a decomposição do todo” (KOSÍK, 1976, p.14).

A transformação da totalidade concreta, na qual “a realidade está demasiadamente cheia de contradições, demasiadamente fugidia, por demais mutável para amarrá-la numa fórmula ou conjunto de fórmulas” (NOVACK, 2006, p.62), deve ser apreendida no movimento do real, do necessário para a existência material humana, da negação da negação, e estabelece na contradição entre o real e o aparente em um constante processo de mudanças quantitativas e/ou qualitativas.

Buscou-se entender o município de Itabaiana como parte dessa totalidade, pois assim foi possível compreender os contornos da produção e implantação do desenvolvimento local/territorial e seus rebatimentos nos diferentes espaços na área estudada.

A dialética foi, então, o método de análise dissecado nesse estudo pela compreensão e “a distinção entre representação e conceito, entre, o mundo da aparência e o mundo da realidade, entre a *práxis* utilitária cotidiana dos homens e a *práxis* revolucionária da humanidade ou, numa palavra, “a cisão do único”, é o método pelo qual o pensamento “capta a coisa em si” (KOSÍK, 1976, p.15).

Por este olhar, é possível desvendar as contradições e os interesses por trás das políticas e programas estatais e o rebatimento nas escalas global, nacional, regional e local.

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se procedimentos metodológicos de atrelado a leitura dialética. Partiu-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória para dar conta da análise da área pesquisada e das condições políticas e socioeconômicas do município, portanto servindo de base no entendimento da área de estudo.

Foi realizada pesquisa de campo e pesquisa secundária na Secretaria de Estado da Mulher, Inclusão, Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos, no Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE), no Ministério do Trabalho e Emprego, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no site do Banco Mundial, da Organização Internacional do Trabalho, no Banco Central do Brasil, na Federação Brasileira de Bancos e na agência de financiamento de microcrédito do Programa de Microcrédito Crediamigo (BNB) na área estudada.

A pesquisa de campo teve suma importância, pois a partir dela foi realizada análise qualitativa através de questionários e entrevistas com os sujeitos locais favorecidos pelo Programa de Microcrédito Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil e com os gestores públicos e privados, o que possibilitou a compreensão das razões da implantação da política pública de financiamento e do Programa de Microcrédito Crediamigo.

Neste sentido, a dissertação está dividida em três capítulos, mais esta introdução e as considerações finais.

O capítulo I trata da funcionalidade do Estado no contexto da mundialização dominado pelas finanças e do papel do Estado na implementação de políticas que facilitem a livre circulação do capital nos Estados nacionais, destacando a criação de uma política de estímulo a financeirização (PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado) para arrefecer o conflito de classes. Desse modo, busca-se entender e explicar a importância do Estado na abertura dos espaços para o capital acumular e para exploração da força de trabalho que alimenta a esfera financeira.

O capítulo II refere-se às mudanças no mundo do trabalho e a reorganização do mercado e das relações de trabalho no contexto da mundialização do capital, no qual a desregulamentação, liberalização e flexibilização são as marcas mais intensas do domínio do capital sobre a natureza humana.

No capítulo III é destacada a eficiência da política de incentivo a inserção da classe trabalhadora no mercado de crédito a partir dos microfinanciamentos destacando o Programa Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil no município de Itabaiana/SE. Este, nesse sentido destacará a eficácia do Programa Crediamigo e do microcrédito para gerar emprego e renda, e garantir o desenvolvimento social e econômico.

CAPÍTULO I: A FUNCIONALIDADE DO ESTADO NA LÓGICA DA MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA

Com o capitalismo surgiu um novo momento da relação homem e natureza. A partir deste modo de produção ocorreu de forma mais complexa a fragmentação entre produção e controle, circulação e consumo e a extração de mais-valia como nunca visto nos modos de produção anteriores. Para Smith (1988), o capitalismo é distinto de todos os outros modos de produção anteriores, pois apenas nele houve a libertação do homem dos meios e objetos da produção e de outra parte a restrição da condição de sua existência.

Segundo Mészáros (2006; 2011), o capitalismo é sem comparação a fase mais efetiva e dinâmica do sistema de relações sociais hierárquicas e apropriação privada do trabalho. Corresponde àquela que mais acentuou a desrealização humana por meio da ampla negação ao homem da apropriação do seu trabalho.

Para garantir e assegurar o controle capitalista, o Estado atua na conformação do consenso geral da sociedade, conciliando os conflitos e anseios das frações de classes sócias.

O Estado é compatível com o avanço do capital. Protege e assegura a produção e alienação capitalistas nos distintos espaços e em diversos ramos produtivos. Desse modo, é um produto da divisão social de classes e desde sua gênese esteve vinculado à conservação e garantia do controle e apropriação desigual dos meios e dos objetos da produção. É como afirma Chauí,

O Estado não é um poder distinto da sociedade, que ordena e regula para o interesse geral definido por ele próprio enquanto poder separado acima das particularidades dos interesses de classe. Ele é a preservação dos interesses particulares da classe que domina a sociedade. Ele exprime na esfera da política as relações de exploração que existem na esfera econômica (2004, p.27).

Desta forma, o Estado garante, em qualquer circunstância, a permanência dos antagonismos sociometabólicos intrínseco à natureza totalitária e incontrolável do capital, pois são eles que sustentam a relação social desigual entre os homens. Segundo Smith,

[...] é função do Estado administrar a sociedade de classe, conforme os interesses da classe dominante; é o que faz através de suas armas militares, jurídicas e ideológicas e econômicas. Cabe ao Estado também a regulamentação da opressão às mulheres, pois a divisão do trabalho entre os sexos torna-se uma relação social radicalmente diferente com o surgimento da propriedade e da produção, para o intercâmbio [...] (1988, p.79).

O Estado, portanto, exerce um poder coordenador imprescindível para encobrir e subjugar a dominação da maior parte da sociedade capitalista, assegurando a expansão da riqueza para uma parcela pequena e determinada da sociedade.

Segundo Harvey (2005b) e Mészáros (2011), o Estado é uma força manipuladora indispensável à sociedade democrática burguesa, que faz do capital um poder controlador de tudo e todos, pois garante a aniquilação de qualquer tentativa de estabelecer uma relação autônoma neutra na sociedade capitalista.

O Estado elabora e desfaz leis e normas jurídicas legais investidas, eliminando os obstáculos à mobilidade espacial, a expansão de excedentes para novos espaços de acumulação e a exploração da força de trabalho. O Estado agirá, assim, enquanto e quando lhe for necessário e adequado garantir o antagonismo entre a classe trabalhadora e a burguesia.

Neste sentido, entender o papel do Estado na dinâmica da acumulação do capital mundializado faz-se importante nesta pesquisa, pois revela nas entrelinhas as estratégias concebidas pelo capital para assegurar sua sustentação como relação social hegemônica. Como afirma Andrade “a expansão do capitalismo em escala global está intimamente ligada à atuação do Estado, pois este é o alicerce que garante e sustenta a expansão do sistema” (2013, p.29).

Desse modo, a compreensão das feições assumidas por esse agente do capital é imprescindível para explicar as transformações socioespaciais, que modificam o espaço em todas as escalas espaciais e para entender a criação de mecanismos de extração de mais-valia da classe trabalhadora na etapa de mundialização do capital financeirizado.

No Brasil, isto é visível com a política de incentivo ao microcrédito e ao empreendedorismo realizados pelo Estado e que, se espacializam no país com a criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

1.1. Estado: agente mediador do capital na mundialização

A economia mundial passou por diferentes fases de acumulação e desaceleração que motivaram diversas estratégias de (re) produção e (re) organização do sistema capitalista. Neste âmbito, o Estado ampara e fomenta a expansão do capital de maneira compatível com os anseios das relações sociais classistas, se molda para atuar e afastar qualquer sinal de incerteza e desobstrução da acumulação. Ele assume diferentes feições que, criam o aparato necessário para ampliação das taxas de lucro.

Segundo Conceição (2012), o Estado atua para libertar o capital, e, ao contrário de impor limites e controlá-lo, é comandado pelos seus interesses, viabilizando sua estrutura sociometabólica por meio do controle do conflito de classes.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o Estado vem, assumindo novas roupagens que proporciona a espacialização capitalista por todas as escalas espaciais e assegura à classe provida do capital sua concentração e centralização, enquanto que para maior parte da sociedade destina a acentuação da desigualdade social e da precariedade.

No fordismo ou nos “anos gloriosos do capital” como ficou conhecido o período de intensa acumulação nas três primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial esteve diretamente associado à capacidade de financiamento e subsídio do Estado. Seu apoio firme se fez presente alavancando novas técnicas produtivas, as quais intensificaram a produtividade e o controle sobre a classe trabalhadora, e, simultaneamente a extração de sobretrabalho (mais-valia).

O Estado, desse modo, removeu as barreiras que dificultava a captação de excedentes e a extração de mais-valia. Sua atuação garantia o pleno emprego e a complementação salarial que permitia o consumo massivo da produção em grande escala. Como afirma Marx,

[...] a produção aparece assim como o ponto de partida; o consumo, como o ponto final; a distribuição e a troca, como o meio-termo, o qual, por sua vez, é ele próprio dúplice, uma vez que a distribuição é o momento determinado pela sociedade e a troca, o momento determinado pelos indivíduos (MARX, p.62).

O crescimento econômico foi selado por meio de uma aliança tecida pelo Estado, o capital e o trabalho. O primeiro assegurava a estabilização da economia por meio do controle da competição, a burguesia (capital) responsável por investir em novos setores produtivos, na administração e garantir o controle da força de trabalho (operariado fabril) e a força de trabalho foi encarregada de produzir e consumir os produtos da época. Segundo Harvey,

[...] o crescimento fenomenal da expansão de pós-guerra dependeu de uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista. O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção (2005a, p.125).

Diante disso, as altas taxas de lucro perduraram até o fim dos anos de 1960, culminando em um alto crescimento econômico. Elas se deram a partir de dois pontos estratégicos de acumulação: a extração de lucros externos e internos por meio de investimentos financiados pelo Estado em novos setores e espaços.

Medidas como o Plano Marshall, que exportava o excedente de capital para áreas arrasadas pela Segunda Guerra e a Doutrina Monroe, que incentivava as economias periféricas a aderirem à substituição das importações propiciaram áreas de atuação e espaços inéditos para o reinvestimento do capital ocioso. Outras medidas, realizadas internamente nos países, eram a complementação salarial feita pelo Estado tiveram o mérito de arrefecer o descontentamento da classe trabalhadora e permitiram a absorção das mercadorias produzidas em massa. Desse modo, o capital viveu uma longa e complicada fase áurea de expansionismo.

Para Harvey (2005a), o crescimento conquistado nesse período denominado fordista/keynesiano foi alcançado pela reestruturação do modo de vida total da sociedade capitalista, pois todos os campos que preenchem a vida humana foram modificados pelo anseio capitalista.

Todavia, as taxas de acumulação eram fruto do aumento da produtividade do trabalho e da desespecialização do trabalhador fordista/taylorista, o que gerou forte descontentamento da classe trabalhadora, e, em demasia dos excluídos do processo de trabalho, para os quais não restava nem se quer a condição de ser explorados e garantir acesso a uma mínima parte da produção em série da época.

A partir de 1960 se iniciou a crise do fordismo, acentuada pelo choque do petróleo em 1973. Houve uma elevação do custo da produção, desgastando a capacidade de absorção do capital excedente produzido em larga escala. Além disso, se somou a inquietação da força de trabalho com a diminuição da intervenção do Estado nas áreas sociais e na garantia da oferta do pleno emprego. Todos esses fatores criaram um clima de descrédito da estrutura fordista como forma econômica plausível para acumulação e a busca de um novo modo viável para retomar e sustentar as taxas de lucro capitalista.

Desse modo, o Estado não conseguia mais manter os compromissos, que soldavam o pacto entre as distintas classes sociais e junto com ele também minou acumulação fordista. De acordo com Pereira,

O Estado entra em crise fiscal, perde em graus variados o crédito público, ao mesmo tempo que vê sua capacidade de gerar poupança forçada a diminuir, senão a desaparecer, à medida que a poupança pública, que era positiva, vai se tornando negativa. Em consequência, a capacidade de intervenção do Estado diminui dramaticamente. O Estado se imobiliza (1997, p.54).

Por outro lado, a incapacitação estatal também impossibilitou a realização do consumo sustentado pela política social do Estado. Desta forma, criou-se o caminho para uma nova feição social e a exigência de uma nova fisionomia do Estado. Harvey (2005a) destaca que, esse processo pode ser assimilado em sua face mais objetiva por uma palavra rigidez. Esta era representativa dos compromissos envolvidos na sustentação do crescimento econômico mundial e da falta de saída para contê-los ou deslocá-los em longo prazo.

Iniciou-se um processo de flexibilização da produção e dos processos de trabalho, acompanhado de mudanças na forma de pensar, que fez o capitalismo retomar os trilhos da acumulação. Esse processo surgiu por volta de meados da década de 1970 e inaugurou uma fase de mudanças estratégicas acumulativas do capital que resultou na mundialização do capital.

Para Pereira (1997) o neoconservadorismo e a reestruturação da economia passaram a orientar a produção do lucro a partir do mercado. Esta situação é produto e resposta da crise fiscal do Estado do Bem-estar social nos anos de 1980, provedor do desenvolvimento econômico e social. Essa reação buscava atender aos mesmos interesses que criaram o Estado, garantir a propriedade privada, liberdade de compra e venda de mercadorias, inclusive da mercadoria rara para o capital, a força de trabalho e a livre concorrência de mercado. No entanto, também nesse momento buscaram assegurar a competitividade entre os Estados-nação.

A “globalização” do espaço mundial, como afirma Chesnais (1996) representa a espacialização do capital por todas as escalas espaciais, e nesse sentido, a mundialização do espaço pelo capital. A aparência de um movimento global não oferece a dimensão profunda dessa dinâmica da movimentação capitalista pelo espaço que abriu novos caminhos para o sistema capitalista escapar da sua sina destrutiva, porém não a eliminou, só prolongou sua existência.

As mudanças político-econômicas e culturais, que surgiram foram produto das falhas intrínsecas do capital e do esforço e apoio firme do Estado na produção de novas configurações socioespaciais por meio das quais o capital alcançou um tempo de realização do valor quase que de forma instantânea. No processo de mundialização, a flexibilização e a desregulamentação são postos como elementos necessários para garantir a produção do crescimento econômico mundial e do desenvolvimento social produzindo um movimento desigual das menores partes do espaço até as maiores, onde a competitividade entre os

espaços, internalizada pela racionalidade flexível ao contrário de elevar as condições sociais e gerar emprego e renda, produz a miséria humana.

Parafraseando Mészáros (2011), Estado e capital formam uma unidade recíproca, na qual o Estado sustenta e produz o funcionamento metabólico do capital e este de outra parte assegura a existência do Estado, cuja atuação está diretamente relacionada à sobrevivência do capital. O Estado faz parte da estrutura de dominação capitalista, porém, de modo algum o capital se encontra subordinado a ele. Ele é um pré-requisito para garantir a unidade sob um sistema de organização, que tem por base a falta de coesão entre as distintas fragmentações que o compõe, e, não apenas criando as estruturas para seu funcionamento como garantindo sua reprodução ininterrupta. Em contrapartida, o Estado também é dependente do capital e sem ele não haveria sentido sua existência.

O Estado, agente primordial do capital, coordenou e facilitou a espacialização e a liquidez do capital no espaço, produzindo um novo momento das relações capitalistas, que se move pela financeirização do capital. Chesnais (1996) destaca que, a mundialização financeira se tornou o campo mais avançado da expansão do capital pelo espaço.

Nesse âmbito, O Estado foi convocado a assumir uma “nova teoria de práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais [...]” (HARVEY, 2008, p.12). Neste sentido,

[...] tem de usar seu poder para impor ou inventar sistemas de mercado (como a negociação de direitos de poluição). [...] O Estado neoliberal deve buscar persistentemente reorganizações internas e novos arranjos institucionais que melhorem sua posição competitiva como entidade diante de outros Estados no mercado global (HARVEY, 2008, p.76).

O Estado neoliberal assegurou o livre mercado, a circulação de mercadorias e força de trabalho por meio da desregulamentação de direitos trabalhistas e privatizações, bem como liberalizou a transferência de renda da esfera produtiva para financeira, principal símbolo da nova fase de acumulação capitalista. Nesse ínterim, o Estado “abriu mão” do papel de produtor e indutor de políticas e ações sociais, que asseguravam o crescimento econômico repassando para a esfera do mercado a garantia desse avanço.

Para Harvey (2005b), na conjuntura atual, assiste-se a uma reprise de um filme exaurido da década de 1930, com sombras de década de 1890, com objetivos como “justiça social” e “conservação” sendo gradualmente convertidos em objetivos de eficiência e

racionalidade do mercado com um toque de muito socialismo para os ricos, auxílio financeiro para empresas e instituições financeiras pouco sólidas.

Cabe destacar que a relação entre capital e Estado se revoluciona a cada momento de crise, pois ele serve para coibir qualquer sociabilidade desveladora do caráter insuperável e inquestionável do capital. Santos (2008, p.40) ressalta que para manter o sistema do capital, apaziguar os conflitos de classe, garantir a propriedade privada e ainda estabelecer uma relação de dominação e subordinação entre os países, não se pode prescindir de um comando político (o Estado). Neste sentido, ele é a força sustentadora da aliança compulsória capital-trabalho.

Como afirma Harvey (2005b), o Estado é o agente catalisador da produção e reprodução capitalista. É o mecanismo de sustentação da exploração e controle da força de trabalho, por meio do qual conserva e estrutura divisão social e hierárquica do trabalho e se expande ao longo dos diferentes períodos de formação histórico-social. Destarte, ele sempre esteve presente na produção das exigências necessárias para a acumulação. Apenas muda a forma de atuar conforme o capitalismo também modifica sua atuação para exercer e manter o domínio do capital sobre a classe trabalhadora que move a acumulação.

Nesse sentido, a partir da aparência às avessas do Estado como instituição autônoma e de iguais, da liberdade ao alcance de todos e para todos, como representante da sociedade civil, coroa o sistema capitalista como sistema totalitário e irrecusável de transformação⁵. Assim, o poder coordenador estatal se traduz como natureza imprescindível para encobrir a lógica destrutiva da democracia burguesa.

1.2. Pós-Segunda Guerra Mundial e a emergência do capital financeiro

Com o rompimento da rigidez fordista estabelecida com a transformação do Estado protetor da economia keynesiana/fordista em um Estado neoliberal e o fim do Acordo de Bretton Woods, o qual dava ao dólar valor superior perante as distintas moedas dos Estados-nação se desencadeou um movimento flexível e expansionista do capital pelas fronteiras nacionais.

O sistema capitalista com o auxílio do Estado promoveu a descentralização do processo produtivo e assegurou a obtenção do lucro em qualquer ponto do espaço. Esse processo se deu por meio do deslocamento do capital para áreas e setores produtivos mais rentáveis e exerceu

⁵ Ver Mészáros (2011, p.96-98), no qual discute o totalitarismo do capital e seu irrecusável consentimento de mudança na estrutura classista da ordem burguesa.

sobre o espaço um movimento de equalização/diferenciação. Para Smith (1988) o domínio do capital sobre o espaço teve como efeito a diferenciação daqueles espaços geográficos ainda não diferenciados o que se deu a partir da concentração e centralização espacial e social do capital por meio de poucos capitalistas individuais.

Neste sentido, os Estados Unidos comandaram o desenvolvimento e crescimento do capital, estabelecendo a absorção da produtividade capitalista. Wallerstein (2003) analisou a fase de expansão capitalista no Pós-Guerra como uma etapa na qual a economia mundial era um conjunto denominado economia-mundo e não apenas economias nacionais isoladas.

Segundo o autor, a hegemonia americana que se deu nos anos iniciais do Pós-Guerra concomitante a ascensão da fase fordista se deve ao fato dos Estados Unidos serem o único país depois da guerra que permaneceu com seu poder industrial intacto e seu território.

Para Harvey (2005a; 2008), o poder hegemônico era alicerçado no domínio político-econômico e militar garantido pelo Acordo de Breton Woods, em 1944. Este fixava o valor de todas as moedas a partir do dólar que tinha o valor comparativo ao ouro por meio de uma taxa de câmbio fixa. A moeda norte-americana era o padrão de convenção para todos os outros países permitindo aos Estados Unidos imprimir seu ritmo à economia mundial.

A produção e o consumo em massa como seus pilares e o padrão ouro-dólar sucumbiram com a perda de controle do modo de produção fordista da economia.

A queda tendencial nas taxas de lucro no final dos anos 1960 e início dos anos de 1970 desmantelou a lógica produtiva intervencionista. Iniciou-se um processo de estagnação da economia mundial, que minou o acordo entre Estado, capital e trabalho, fonte de sustentação desse padrão de acumulação capitalista. A intensa espacialização da política de financiamento que invadiu os países ao longo do tempo e produziu o crescimento via exportação de capital entrou em processo de crise. A crise da dívida pública, uma crise inflacionária, que impediu os países de pagarem suas dívidas públicas.

Os Estados Unidos perderam a capacidade de sustentar o crescimento econômico mundial, conquistado no período fordista em que absorviam a carga de capital excedente e exportavam fazendo outros países ganharem, a exemplo do Japão. Mas, ao mesmo tempo, criou novos excedentes e também economias competitivas, embora, esse movimento tenha gerado mais tensão que resultados, pois foram poucos aqueles países a experimentarem esse crescimento econômico.

O Acordo Bretton Woods que dava ao dólar poder superior perante as outras moedas foi desfeito e estas passaram a se equiparar. Este fato foi um sinal visível da estagnação da economia keynesiana-fordista. De acordo com Harvey (2005a, p.135) “na superfície, essas

dificuldades podem ser mais bem apreendidas, por uma palavra: rigidez”. Esta era representativa da falta de saída para os compromissos envolvidos na sustentação do fordismo.

Com a finitude do processo de substituição das importações aliado ao término da reconstrução dos países envolvidos na guerra os excedentes não encontravam aplicação. Havia poucas áreas para investimento, denotando uma enorme quantidade de capital sem gerar valor, ao mesmo tempo em que o Estado estava sufocado no seu comprometimento em manter a estabilidade do capital a partir do Estado intervencionista. Assim,

O ímpeto da expansão pós-guerra se manteve no período de 1969-1973 por uma política monetária extraordinariamente frouxa por parte dos Estados Unidos e da Inglaterra. O mundo capitalista estava sendo afogado pelo excesso de fundos; e, com as poucas áreas produtivas reduzidas para investimento, esse excesso significou forte inflação (HARVEY, 2005a, p.136).

Desse modo, o Estado não suportou o crescente descontentamento que rodeava a maior parte da sociedade capitalista que era excluída dos ganhos alcançados pelo domínio da força de trabalho. O poder de domínio e sustentação das taxas de produtividade que eram controladas pelo empenho incondicional do Estado no desenvolvimento do sistema capitalista se desfez.

Do outro, a força de trabalho estava inquieta com a diminuição das ações nas áreas sociais e na oferta do pleno emprego. Todos esses fatores criaram um clima de descrédito da estrutura fordista como forma econômica plausível e a busca de um novo modo viável para retomar e sustentar as taxas de lucro capitalista.

O processo de flexibilização da produção e dos processos de trabalho, acompanhado de mudanças na forma de pensar fez o capitalismo retomar os trilhos da expansão espacial e da acumulação.

Estas fazem o capitalismo alcançar um tempo de realização do valor quase que de forma instantânea obtida por dois movimentos paralelos e complementares o desenvolvimento científico-tecnológico, acompanhado do acesso e controle de informações. De acordo com Duménil e Lévy,

[...] o suporte material dessa renovação corresponde às novas tecnologias de comunicação e informação: informática, internet, telefonia etc. além de transformar a vida cotidiana de uma fração da população, ela metamorfoseia a organização das empresas, sobretudo o trabalho dos gestores e empregados, que constitui aquilo que denominamos *gestão* (2003, p.28 – grifo do autor).

No capitalismo pós década de 1970, elas se tornam cruciais para dar respostas rápidas e tomar decisões imediatas em um modo de acumulação, no qual dominar as novas tecnologias e ter acesso ao conhecimento antes de qualquer outra coisa representa uma possibilidade de ganho, ou seja, lucro sem tamanho na luta competitiva.

[...] a acumulação flexível envolve rápidas mudanças de padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões desenvolvidas (tais como “Terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar dos países recém-industrializados) (HARVEY, 2005a, p.140).

Em conjunto a esses dois, surge a reorganização do sistema financeiro mundial, que segundo Harvey (2005a) foi muito mais importante que os anteriores por permitir a diversificação de serviços financeiros e a descentralização dessa atividade permitindo o alcance de toda sociedade.

A reestruturação do sistema financeiro facilitou as transações possibilitando a separação espacial entre compra e venda. Esta separação já havia sido realizada com a mercadoria equivalente universal do valor de todas as outras no sistema de troca, porém, com o dinheiro essas trocas são flexibilizadas ao extremo, permitindo a quase supressão do espaço pelo tempo. Harvey (2005b) ao analisar as transformações sócio-espaciais feitas pelo capital por sua necessidade acumulativa destacou a importância do avanço tecnológico na espacialização do sistema capitalista.

Por outro lado, também permite grande formação de lucro pela junção entre vários setores produtivos, no qual a esfera produtiva e a financeira se fundem, levando a acumulação capitalista ao extremo. Este processo baseado em investimentos no setor financeiro concede aumento ao valor retirado na produção sem necessariamente passar por um novo processo de trabalho.

Este período se dá pela espacialização de relações capitalistas flexíveis por todo espaço mundial. Para Chesnais (1996), vivencia-se a “mundialização do capital”, na qual a esfera produtiva e a financeira se entrelaçam, permitindo arrancar em todas as escalas e setores produtivos a extração do lucro com o reinvestimento em novos campos além do setor produtivo.

Nele também se constituiu a descentralização dos serviços financeiros por todas as áreas geográficas, propiciando ao lado da monopolização do capital pela fusão do capital das grandes corporações o reavivamento dos pequenos negócios.

Inicia-se um processo de desregulamentação financeira e liberalização dos mercados, no qual a esfera financeira assume a autonomia da condução do capital na economia pós-fordista a partir da década de 1990, proporcionada pela mundialização do capital.

Segundo Chesnais (2003) a primeira fase de autonomia do capital que tem por trás a finança como credora corresponde a da “ditadura dos credores”. Esta proporcionou aos Estados Unidos retomarem os eurodólares que haviam saído da economia norte-americana por meio do aumento da taxa de juros sobre os títulos da dívida pública dos países resgatados por grandes grupos americanos que trouxeram de volta o poder à economia estadunidense.

De acordo com Menezes (2007), com a necessária busca pelo alcance da acumulação com a estagnação econômica fordista, o capital altera o processo produtivo permitindo reativar o circuito acumulativo do capital a partir da reestruturação produtiva.

A “reestruturação produtiva”, que representa a construção política, ideológica e produtiva de um novo terreno lucrativamente mais fértil e tem como principais fenômenos: o neoliberalismo, a privatização das funções sociais e produtivas do Estado, desregulamentação da economia, flexibilização da legislação trabalhista e a consequente perda de direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores. Introduziu-se o “Toyotismo”, que representa o conjunto de características que visa à intensificação da extração do mais trabalho pela inserção de novas técnicas gerenciais na organização do trabalho e pela inserção da lógica técnico-científica na produção (a flexibilização do trabalho) (MENEZES, 2007, p.47- 48).

A aliança Estado/capital legitimou uma (re) produção sócio-espacial diferenciada em um movimento desigual de integração e desintegração, permitindo a fluidez necessária à espacialização do capital. O espaço mundial se reconfigurou, o Estado se reorganizou para atender as novas demandas que surgiram com o processo de flexibilização e a classe trabalhadora foi forçada a se adequar as mudanças desencadeadas com a produção flexível. Estas se desdobraram na mundialização e na hegemonia do capital financeiro na condução da economia capitalista.

A integração do espaço às formas de circulação do capital financeiro facilita a acumulação através do ajuste espacial. Vivencia-se a mundialização do espaço sobre o domínio da circulação do capital financeiro. É a financeirização que move as estratégias de acumulação e ajuste espacial na atual fase do capitalismo.

A aliança Estado/capital consolidou o descompasso no processo de desenvolvimento capitalista e legitimou a (re) produção do espaço em um movimento contraditório de

integração, desintegração que reformula as escalas espaciais de produção e desenvolve políticas públicas que fomentam a fluidez necessária a espacialização do capital.

O espaço mundial, desde então, passou por sucessivas reestruturações, que selecionaram parte deles, pois “não é todo planeta que interessa ao capital, mas somente partes dele [...]” (CHESNAIS, 1996, p.18). O Estado garante o aparato disciplinador para as transferências do capital pelo espaço competitivo e seletivo. Este, apesar da propalada “crise política” desde os anos de 1980 com a expansão do poder das unidades individuais capitalistas, que se encarnam nesse momento nas grandes multinacionais e de modo especial os fundos mútuos e de pensão, e de outro a securitização da dívida pública, permaneceu indispensável para sustentar a acumulação do capital em sua fase mundializada e flexível, a qual tem na esfera financeira seu maior aliado para garantir a reprodução ampliada do capital. Como afirma Chesnais.

[...] ele *não* é mundializado no sentido que englobaria o conjunto da economia mundial numa totalidade sistêmica. Inversamente, ele é efetivamente mundializado no sentido em que seu funcionamento exige, a ponto de ser consubstancial a sua existência, um grau bastante elevado de liberalização e desregulamentação não apenas da finança, mas também do investimento externo direto (IED) e das trocas comerciais (2003, p.52 – grifo do autor).

Para Chesnais (1996) o período se define como a “mundialização do capital”, pois esta expressão “é a que corresponde mais exatamente ao termo inglês “globalização” (CHESNAIS, 1996, p.17), que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços de adotar, por conta própria, um enfoque de condutas “globais”.

[...] na concepção vulgar de globalização, a integração é um processo de enfrentamentos em um ambiente nada idílico, determinada que é, em última instância, pela concorrência, necessariamente marcada por rupturas, transformações, conquistas e tentativas de preservação de espaços e horizontes renovados para a reprodução ampliada do capital (BRANDÃO, 2007, p.76).

O espaço mundial, desde então, passou por sucessivas reestruturações, nas quais “não é todo planeta que interessa ao capital, mas somente partes dele [...]” (CHESNAIS, 1996, p.18). Novos espaços são construídos e outros desprezados para institucionalizar a mobilidade e a acumulação do capital por meio de políticas de liberalização e desregulamentação que serviam para derrubar as barreiras que impeçam livre circulação e o financiamento do capitalismo.

O enlace da esfera produtiva às finanças possibilitou a criação de instrumentos que integram o mundo inteiro ao circuito espacial da produtividade capitalista, proporcionando a valorização rápida e flexível do capital investido. No entanto, valor só é produzido na produção. A esfera financeira produz somente lucro na forma de dinheiro. Neste sentido, o capital não produz sua garantia de sobrevivência desenvolvendo-se de maneira ilusória e contraditória em um processo de crise estrutural.

é na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social dessa riqueza (CHESNAIS, 1996, p.15).

A financeirização é movida pela esfera produtiva, não importa o destino do capital depois de extraído para continuar se reproduzindo no circuito capitalista. Ele nasce do trabalho com a extração de mais-valor gerando a riqueza destinada a nutrir e alimentar a rentabilidade do capital financeiro que domina o processo de produção do capital desde a década de 1990.

A autonomia do setor financeiro nunca pode ser senão uma autonomia relativa. Os capitais que se valorizam na esfera financeira nasceram - e continuam nascendo - no setor produtivo. [...] A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. Ela mesma não cria nada. Representa a arena onde se joga um jogo de soma zero: o que alguém ganha dentro do circuito fechado do sistema financeiro, outro perde (CHESNAIS, 1996, p.241).

O capital acumulado nessa fase é reinvestido em um novo capital-dinheiro na forma de empréstimos juros, títulos da dívida pública, que não necessariamente se transforma em uma nova mercadoria, ou seja, o dinheiro gera lucro sem passar por um novo ciclo produtivo. A valorização do capital passou a ser conduzida a partir da circulação no mercado. Para Lisboa,

as grandes empresas remetem a exploração de grandes empréstimos a fim de obterem lucros especulativos de curto prazo em detrimento de investimentos produtivos e os bancos com o sistema de créditos assumem papel nuclear como operadores de dinheiro do futuro, o capital fictício. É o capitalismo da grande empresa, dos bancos e da predominância do cálculo financeiro sobre a estratégia produtiva. A esfera financeira é requisito essencial na fase de mundialização com a reestruturação econômica e produtiva, que acentua a corrida por novos mercados e pela internacionalização do capital (2007, p.139).

Segundo dados do Banco Mundial (2016), a dívida dos governos de países ricos como Alemanha em 1990 comprometia em torno de 20% o produto interno bruto (PIB) do país, e treze anos depois, já em 2013 alcançou mais de 50% do seu valor. Os Estados Unidos (EUA), por exemplo, em 1990 possuía uma dívida que tomava por volta de mais de 40% do seu PIB, e depois ela passou a somar 97% em 2014. Os países mais frágeis economicamente como Costa Rica tinha uma dívida por volta de mais de 29% do PIB em 1996 e em 2001 chegou a 38%, o capital se espacializou. Ele pode ir e vir para qualquer área com maiores vantagens e a maior extração de valor mediante a fluidez do capital financeiro.

De acordo com Lima e Conceição (2009, p.8), “na mundialização do capital, a financeirização da economia, onde os lucros dos capitalistas não estarão tão dependentes dos investimentos produtivos, pois se alcançará uma alternativa perigosa, porém, eficiente às necessidades prementes”. Nesta explode a formação de vários serviços financeiros para garantir que o capital utilize de todos os setores produtivos e dos espaços, como a ampliação do sistema de crédito.

A imposição de uma lógica de ajuste espacial do movimento de produção/reprodução do capital permitiu aos capitalistas se livrar das incertezas das operações e repassá-las para os tomadores desses empréstimos com o auxílio do Estado neoliberal. Com a desregulamentação e a liberalização, o Estado facilita a difusão de práticas financeiras através da garantia de retorno desses investimentos a partir da formação de instituições como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC).

Estas instituições funcionam como reguladoras do movimento “saudável” de valorização do capital e da imposição de pacotes de ajustes estruturais para enquadrar os tomadores e os impelir a pagarem seus empréstimos.

Harvey (2008, p.84) destacou que essas práticas não condizem com a condução de uma gestão neoliberal, mas com uma forma intervencionista que garante o pagamento mesmo que esses investimentos tenham sido feitos de maneira arbitrária pelos prestadores dele.

A partir da lógica financeira, os espaços são cada vez mais selecionados pelo grau de mobilidade da força de trabalho e do capital, empurrados para um vaivém competitivo que, (re) força a disputa entre os lugares na direção das vantagens comparativas oferecidas por cada um deles. Um movimento, no qual o capital se desloca através da circulação flexível promovida pela desregulamentação e inovação financeira, ampliando a disparidade e a dependência socioeconômica dos países. De acordo com Lisboa e Conceição,

a mundialização do capital revaloriza as vantagens localizacionais, reforçando a competitividade entre os lugares, dessa forma, manifesta sua iminência em todos os lugares. [...] As redes e fluxo complexificaram os lugares, de modo que a criação e o desfazer dessas parcelas do espaço se processam com enorme rapidez. Novos territórios são construídos e desconstruídos a depender da função que vão assumindo para a reprodução do capital (2007, p.117).

Nessa dinâmica, as potências hegemônicas, tomadas pelo espírito da competitividade, e de um “clima favorável” aos bons negócios, como assinalou Harvey (2008) produzem um movimento que fortalece o controle e a precarização da força de trabalho, e ao mesmo tempo efetiva os grandes grupos multinacionais no comando dos rumos do sistema capitalista.

Um processo competitivo apadrinhado no alargamento das fronteiras produtivas, e segundo Harvey (2005a), teve como pilares o desenvolvimento científico-tecnológico e a reestruturação do sistema financeiro. Destarte, a financeirização se realiza sob o amparo de novas estratégias baseadas na inovação de serviços e produtos financeiros e inserem todos os sujeitos sociais na dinâmica da acumulação do capital rentista com forte vinculação dos governos neoliberais.

A imbricação das esferas produtiva e financeira com a liberalização possibilitou que novas instituições ganhassem espaço no mercado mundial. Surgem à cena como organizações poderosas financeiras, os mercados financeiros centralizados e concentrados nos fundos mútuos fundos de pensão, em bancos criados pela própria empresa.

A partir da desregulamentação financeira adotada pelos governos, que flexibilizaram o controle da entrada e saída de capital nas fronteiras nacionais, os bancos perderam o domínio sobre o mercado das finanças mundial. Estas ocorreram a partir da retirada da fixação dos preços dos serviços bancários e formação de um mercado de seguros que permitia a fuga dos capitalistas de preços fixados de rendimento e pagamento.

Chesnais (1996) destaca que a integração financeira internacional foi acompanhada, com efeitos pelo menos igualmente importantes, pela abertura dos diferentes tipos de mercados (mercados de câmbio, de créditos, de ações e obrigações) e foi favorecida pela criação de muitos novos produtos financeiros.

[...] As fronteiras entre funções distintas como bancos, corretoras, serviços financeiros, financiamento habitacional, crédito ao consumidor etc. tornaram-se cada vez mais porosas, ao mesmo tempo em que novos mercados futuros de mercadorias, de ações, de moedas ou de dívidas surgiram em toda parte, introduzindo o tempo futuro no tempo presente de maneiras estarrecedoras. O uso de computadores e as comunicações eletrônicas acentuaram a significação da coordenação internacional instantânea de fluxos financeiros. “A atividade bancária”, disse o Financial

Times (8 de maio de 1987), “está se tornando com rapidez indiferente às restrições de tempo, de espaço e de moeda” (HARVEY, 2005a, p.154).

Neste contexto, a espacialização da esfera financeira conferiu um novo ritmo de acumulação ao capital, proveniente da abertura dos mercados nacionais aos investimentos externos e das inovações financeiras que permitiram o crescimento dos lucros e a concentração e centralização social e espacial do capital.

Chesnais (2003) ressaltou que o movimento de mundialização atrelado à dominância financeira da economia é indissociável das derrotas operárias ocidental, com o solapamento das garantias trabalhistas fordistas, também da restauração do capitalismo nos países da ex-União Soviética que patrocinou o reinvestimento de capital excedente nas economias ditas “democracias populares”.

Desse modo, a minimização o papel do Estado foi propalada como mecanismo necessário para proteger a liberdade comercial e humana. Neste sentido, privatizar os setores essenciais como saúde, educação e moradia e facilitar a abertura de um mercado competitivo e subordinado é tida como mecanismo para garantir a permanência no mercado mundial. Segundo Lisboa (2007) na fase de financeirização,

as economias nacionais deveriam abrir-se ao mercado mundial adequando seus preços aos preços internacionais; a exportação deveria ser priorizada; as políticas monetárias e fiscais tinham que ser orientadas para a redução da inflação e da dívida pública; a regulação estatal tinha que ser mínima (p.144).

As mudanças político-econômicas facilitaram o enfraquecimento das lutas e pressões sociais sob os governos locais. A autossuficiência momentânea do capital através de novas formas de acumulação não resultou na extinção dos problemas estruturais da acumulação.

[...] desindustrialização, o desemprego disseminado e aparentemente “estrutural”, a austeridade fiscal aos níveis tanto nacional quanto local, tudo isso ligado a uma tendência ascendente do neoconservadorismo e a um apelo muito mais forte (ainda que, freqüentemente, mais na teoria do que na prática) à racionalidade do mercado e à privatização elevou a incapacidade da resolução dos problemas intrínsecos do processo de acumulação do capital, que tem por natureza a necessidade incontável da exploração da mais-valia (HARVEY, 2005b, p. 166).

O espaço é modelado pelo propósito da acumulação a partir do comando dos detentores do poder hegemônico do capital. Para Mészáros (2011), mesmo apesar da força do capital como relação capaz de contornar os obstáculos e deslocar para longo prazo sua solução não

elimina a desagradável realidade da transformação do capitalismo avançado ser um processo intensificador da desigualdade social e da precariedade do homem.

Com a flexibilização dos processos produtivos e políticos, o Estado passou a cumprir “novos” papéis, como a adoção de políticas centradas na inovação e no empreendedorismo local. Este movimento alterou a forma de atuação dos governos locais para enfrentar a nova dinâmica da produção e do espaço mundializado. O espaço local deve ser posto como um território capaz de oferecer à iniciativa privada condições favoráveis para o investimento assumindo os riscos dessa empreitada. Deve apresentar e criar vantagens específicas comparativas que os diferencie no jogo concorrencial.

Neste sentido, compreender a espacialização do microcrédito, um dos instrumentos que ganham força com a consolidação da financeirização do capital na década de 1990, repercute como fundamental para analisar as transformações do espaço mundial no espaço do capital.

A partir da importância de entender analisar o Programa de Microcrédito Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil, o qual é um programa gestado por um banco estatal é revelador das estratégias que o capital utiliza no momento da mundialização financeira. Também é revelador da orientação política que sai do comando das economias avançadas para quais caminhos devem ser trilhados pelos Estados nacionais para alcançar o desenvolvimento e como os espaços locais se adaptam e são remodelados por essa justificativa.

1.3. A Espacialização do Microcrédito no Brasil na Lógica Capitalista Financeira.

Nas últimas décadas, o capitalismo se desenvolveu pela esfera financeira a partir da liberalização e desregulamentação econômica, estruturada com a mundialização do capital e intensificada na década de 1990 com a ascensão do Estado neoliberal.

De acordo com Chesnais (1996), com a abertura e a desregulamentação dos mercados o capital-dinheiro hoje possui uma capacidade quase incontável de dominação sobre a economia mundial movimentando-se conforme seu desejo arbitrário de acumular.

Surgiram incontáveis produtos e serviços financeiros entrelaçados entre si que acentuaram a acumulação como nunca antes em toda história capitalista. Segundo Harvey (2005a) o controle do capital bancário e financeiro na direção do fluxo de capital produziu uma chance maior para a formação de crises, mas, por outro lado deu condições maiores de minimizá-las. Este aspecto parece ter dado uma autonomia tão poderosa ao sistema do capitalista financeiro que este parece desprezar o espaço e o tempo.

[...] esse “espantoso” mundo das altas finanças envolve uma variedade espantosa de atividades entrelaçadas, em que os bancos tomam maciços empréstimos a curto prazo um dos outros, as companhias de seguro e fundos de pensão reúnem tal quantidade de fundos de investimento que terminam por funcionar como “formadores de mercado” dominantes, enquanto o capital industrial, mercantil e imobiliário se integram de tal maneira às estruturas e operações financeiras que se torna cada vez mais difícil dizer onde começam os interesses comerciais e industriais e terminam os interesses estritamente financeiros (HARVEY, 2005a, p. 154).

As microfinanças englobam grande parte da população pobre do país, muitas das quais estão sobrevivendo em condições precárias de acesso aos mais básicos serviços sociais como alimentação e saúde. Para Lima (2011, s/n) “sabe-se que o incentivo ao empreendedorismo através da política de microcrédito não anula a possibilidade de os indivíduos envolvidos serem explorados pelo capital, ao passo que a crença de uma falsa autonomia reforça ainda mais a dificuldade de alterar esta relação de exploração”.

As microfinanças definidas como serviços financeiros sem exigência de garantias reais para empréstimo à população mais pobre despontam como uma ferramenta integrante do processo de financeirização da economia consolidado nas escalas nacional e local. O microfinanciamento nas últimas décadas do século XX tornou-se um campo rico, no qual o sistema capitalista buscou encontrar novos mecanismos para permanecer hegemônico no controle das relações sociais.

Os indivíduos sugados pelas microfinanças alimentam a esfera financeira na medida em que transferem parte do valor produzido pelo seu trabalho para o pagamento de parcelas dos empréstimos acrescido de juros, os quais culminam na formação do capital financeiro valorizado que nasce na produção. O mercado de créditos no Brasil tem aderido à expansão das políticas do mercado de financiamento em conjunto com o mercado mundial.

Os programas⁶ de governo realizados no país, nas últimas décadas constituem exemplos ricos das políticas de financiamento que partem de diretrizes da política financeira internacional. O estímulo à incorporação da população à esfera financeira se alia a necessidade perene do capital permanecer buscando e incorporando inovações, que permitam retirar a mais-valia social total. Para Mészáros,

O esmagador volume da acumulação capitalista está “predestinado” por determinações sistêmicas ao reinvestimento, sem o qual o processo de

⁶ O Programa Crescer, o Programa Minha Casa Minha Vida, o Fundo de Financiamento Estudantil, dentre outros, institucionalizados para abarcar o público das classes mais pobres no país.

expansão e realização estaria encerrado, levando consigo o capital – e, naturalmente, todas as suas personificações dadas e potenciais – para o tûmulo histórico (2011, p.139).

A espacialização da produção e a acumulação coordenada pelas finanças, desta forma, suga a mais-valia da classe trabalhadora. A produção do valor é posta a serviço da sustentação das relações capitalistas por meio de inovações feitas a partir do avanço tecnológico e do domínio da ciência e da técnica.

De acordo com nota divulgada para imprensa pelo Banco Central do Brasil (BCB) (2016), o volume total de crédito do sistema financeiro no Brasil atingiu R\$3.145 bilhões em maio de 2016 incluindo as operações com recursos livres e direcionados. Este montante representou aumentos de 0,1% no mês e de 2% em doze meses tornando-se bastante revelador do caráter desse crescimento do sistema financeiro. Desse total, as operações destinadas a pessoas físicas foram maiores que as operações dirigidas às pessoas jurídicas.

O microcrédito desponta como integrante desse processo nas escalas nacional e local. O microcrédito se fundamenta no empréstimo direcionado à população de baixa renda, ofertado pelo setor privado ou público com objetivo de fomentar microempreendedores populares. Os tomadores de crédito podem ser “pessoa física ou jurídica⁷”. Define-se como operação que, “dedica-se a conceder crédito para o financiamento de pequenos empreendimentos e diferencia-se dos demais tipos de empréstimo essencialmente pela metodologia utilizada, bastante diferente daquela adotada para as operações de crédito tradicionais” (ALVES; SOARES, 2004, p.12).

O microcrédito segundo Banco Central do Brasil se manteve estável em (0,4% em 2014), porém a carteira cresceu 16,6%, acima da taxa de 11,3% do total do SFN. “Em 2014, a maior parte dos clientes pessoa física – PF (77,4% de tomadores) pertence à faixa de renda de até 3SM e está concentrada na região Nordeste (55%), em quantidade de clientes e operações. Entre os clientes pessoa jurídica – PJ, 94,8% são microempresas” (BCB,2015).

Em 1952, o Banco do Nordeste do Brasil foi criado para reduzir a desigualdade socioeconômica entre o Nordeste e as outras regiões do país (Relatório BNB, 2011). Ele propõe superar a pobreza por meio da inclusão da população de baixa renda no mercado financeiro, investindo o crédito como uma ferramenta capaz de enfrentar o desemprego e constituir fonte de renda para a população mais pobre.

⁷ Considerações feitas a partir do Estudo Especial Panorama do Microcrédito desenvolvido pelo Banco Central do Brasil (2014, p.04). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/appron/apres/Microcredito-EstudoEspecial_VI_Forum.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2015.

Com a especialização dos sistemas de financiamento no Brasil, o Banco (BNB) criou em 1998 o Programa de Microcrédito Popular Crediamigo, financiado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB). O Programa está engendrado na política de combate e redução da pobreza em parceria com o governo federal, atrelado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Ele tem como objetivo oferecer crédito à população de baixa renda da região Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo para alcançar o desenvolvimento da região.

O Banco do Nordeste do Brasil se traduz em um das instituições financeiras mais efetivas nessa modalidade no país, angariando grande número de força de trabalho para seu programa de microfinanciamento, o Programa de Microcrédito Crediamigo. O empréstimo associa-se a ideia de direitos sociais, emancipação individual e inclusão social.

O programa atingiu a marca de um milhão de clientes no ano de 2011. Em dezembro de 2011, o Programa passou a contar com 380 unidades, atendendo 1.878 municípios e já atuando em outras regiões do país (BNB, 2011).

A política de microcrédito no Estado brasileiro se intensificou na década de 1990 seguindo as orientações do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) para os países pobres de redução e combate à pobreza. Nos anos 2000, com a disposição das Leis 10.1735/2003 e a 1110/2005 ela se consolidou.

A Lei 10.1735/2003 instituiu o direcionamento de depósitos à vista pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores. E, também instituiu a criação do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social (PIPS) (BRASIL, 2003). A Lei 1110/2005 tratou da instituição do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares⁸ (BRASIL, 2005).

A política de incentivo a empréstimos microfinanceiros desdobrada com o incentivo ao microcrédito produtivo orientado, financiado pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) objetivava,

incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares; disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado e oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para prestação de serviços para os empreendedores populares (BRASIL, 2013).

⁸ Ver e saber mais sobre as leis mencionadas, respectivamente, disponíveis em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/111110.htm>. Acesso em: 05 de maio. 2015 e <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.735.htm>. Acesso em: 05 de maio. 2016.

Nos últimos anos, o incentivo às microfinanças ganhou força e voz através gestores públicos e privados. Estas se tornaram uma saída pacífica e eficiente para arrefecer a luta da classe trabalhadora por acesso ao mercado de trabalho e por condições mais dignas de vida. E, também para oferecer o tom perfeito para negar a necessidade do Estado fomentar o desenvolvimento social.

No discurso de posse da ex-presidenta do Brasil, Dilma Roulssef em janeiro de 2015 verifica-se a intencionalidade do Estado.

Por isso, no novo mandato vamos criar, por meio de ação firme e sóbria, na economia, um ambiente ainda mais favorável aos negócios, à atividade produtiva, ao investimento, à inovação, à competitividade e ao crescimento sustentável. Combateremos sem trégua a burocracia. Tudo isso voltado para o que é mais importante e mais prioritário: a manutenção do emprego e a valorização, muito especialmente a valorização do salário mínimo, que continuaremos assegurando.

Quero, neste novo mandato, avançar ainda mais. [...] Vamos acabar com o abismo tributário que faz os pequenos negócios terem medo de crescer. E sabemos que, se o pequeno negócio não crescer, o país também não cresce. Nos dedicaremos ainda, a ampliar a competitividade do nosso país e de nossas empresas.

Ao falar dos desafios da nossa economia, faço questão de deixar uma palavra aos milhões de micro e pequenos empreendedores do Brasil. Em meu primeiro mandato, aprimoramos e universalizamos o Simples e ampliamos a oferta de crédito para os pequenos empreendedores (BRASIL, 2015).

Em entrevista realizada com o coordenador regional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) do município de Itabaiana/Se foi afirmada a importância do atendimento empresarial, de manter parcerias e ações com os bancos (Banco do Nordeste, Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal) (Pesquisa de Campo, 2015).

A tabela 02 revela o valor e a quantidade de operações de microcrédito realizadas no país no ano de 2013 de acordo com estudo feito pelo Banco Central do Brasil (BCB) sobre Educação, Proteção e Inclusão. É perceptível o predomínio da modalidade financeira envolvendo as pessoas físicas no Brasil, ou seja, homens e mulheres sujeitos sociais individualizados, os quais formam e produzem o capital nacional total⁹ e somam-se ao capital social total.

⁹ Ver Mészáros (2011) cap. II.

Tabela 02: Brasil – microcrédito: valor e quantidade de operações da carteira total (identificada e não identificada) por tipo de cliente, em porcentagem¹⁰, 2013.

Tipo de cliente	Valor	Total %	Quant. de oper.	Total %	Valor médio
Pessoa física	5.063.728.419	95,0%	3.003.332	96,9%	1.686
Pessoa jurídica	267.607.450	5,0%	94.638	3,1%	2.828
Total	5.331.335.869	100,0%	3.097.970	100,0%	1.721

Fonte: BCB, 2015.

Doravante, a função indispensável do valor criado pelo trabalho através de diferentes atividades efetuadas pelo homem para nutrir o capital financeiro torna-se ávida a luta para incorporar uma massa de trabalhadores cada vez maior no campo das finanças. O estímulo ao microcrédito compõe mais uma das inovações do capital para se apropriar da natureza humana e da sua riqueza produzida.

Desregular, liberalizar o espaço político-econômico e social assume caráter libertário e autonomizador. Este processo torna-se justificável pela suposta garantia do acesso a serviços e mercadorias pela classe trabalhadora afinal transpor todas as barreiras, que impedem à circulação do capital fetichizado na mercadoria promove a ilusão da liberdade e do direito aos produtos produzidos e retirados dos trabalhadores com a fragmentação entre produção e produto.

Emite-se a fantasia da “*soberania do consumidor*”, ou seja, do poder de escolha do consumo ou não da mercadoria disponível no mercado pelos homens para mascarar a realidade de exploração e de exclusão criada pelo domínio do controle do produto resultado de seu trabalho (MÉSZÁROS, 2001, p.109).

Para Chauí (1980) o ocultamento do real legitima relações sociais que nem sempre é escolha do homem e, produz ideias ou representações do real para explicar e entender sua história, que escondem a essência da produção dessas relações sociais chamadas de ideologia. Assim, legitimam condições sociais de alienação como legais e justas.

¹⁰ Os dados apresentados na tabela correspondem a dezembro de 2013 com base em dados disponíveis no Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Banco Central do Brasil (BCB) e na Receita Federal de acordo com a Série Cidadania Financeira Estudos sobre Educação, Proteção e Inclusão, Nº 1.

Desse modo, o Estado funciona como o aparato legal para induzir à sociedade a se circunscrever no fomento de práticas sociais que nutrem a reprodução da força de trabalho e a se associar à geração de valor, pois este somente se realiza com a utilização da força de trabalho na esfera produtiva.

CAPÍTULO II: MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO: NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA MUNDIALIZAÇÃO.

Trabalho é a ação mediadora do intercâmbio homem-natureza por meio da qual a existência humana adquire sentido. Segundo Marx (2013, p.120), “[...] é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”.

Pelo trabalho o homem (re) cria a natureza e se apropria dela formando uma unidade dialética indissociável na qual homem e natureza são objetos do mesmo processo de produção. A natureza torna-se parte do homem, pois o homem imprime nela um novo valor e a transforma em uma natureza social. Por outro lado, o homem transforma-se em um objeto natural, pois ao necessitar consumir os produtos da natureza para sua existência se conecta a ela, assim torna-se parte dela. Assim, o homem, está na natureza como a natureza está no homem. De acordo com Marx (2004),

[...] a natureza é o corpo inorgânico do homem, saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é seu corpo, como o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (p.84).

Ao transformar a natureza imprime nela uma nova qualidade, ou seja, produz valor de uso distinto. Essa alteração expressa o agir do homem sobre a natureza e a relação de interdependência mútua entre ambos. Oliveira (2007) destaca que, ação do homem na natureza qualifica um ato consciente e natural, pois o homem põe seu interesse no ato laborativo e, ao mesmo tempo produz o resultado da própria ideação transcendendo a carência física imediata determinante no processo produtivo dos outros animais. Segundo Smith,

[...] É a atividade humana produtiva, não como um conceito geral, mas como um ato histórico concreto destinado a criar os meios de subsistência, que diferencia os seres humanos dos animais. O trabalho assim diferencia o homem dos animais, **pois este é produto da atividade do fazer, e se cria/realiza a partir dele** (1988, p.74 – grifo nosso).

A ação humana, portanto, dá-se sobre a natureza para garantir os objetos úteis para sua existência, pois a finalidade da produção é propagar sua vida. O processo de troca é feito apenas quando há excedentes. Como destaca Marx no Grundrisse (2011, p.628), “a finalidade desse trabalho não é criação de valor – embora eles possam realizar trabalho excedente para

trocá-lo por trabalho alheio, i.e., produtos excedentes –; ao contrário, a sua finalidade é a conservação do proprietário singular e de sua família, bem como a da comunidade como um todo [...]”.

No entanto, com o desenvolvimento do sistema de relações sociais fundamentado na divisão social do trabalho e na propriedade privada houve o rompimento da relação recíproca entre o homem e a natureza. Iniciou-se aí a proletarianização da força de trabalho, processo fundante da precariedade¹¹ humana. Homens e mulheres expropriados das forças produtivas e do objeto do seu trabalho foram obrigados a se lançar no mercado como mercadoria.

A produção tornou-se momento da negação humana, no qual a perda da autonomia do ser social é realizada. Antunes (2005, p.69) destaca que, “o processo de trabalho se converte em meio de subsistência e a força de trabalho se torna, como tudo, uma mercadoria especial, cuja finalidade vem a ser a criação de novas mercadorias objetivando a valorização do capital”. Nas palavras de Ranieri,

[...] a existência do capital determina e aprisiona o caráter efetivador do trabalho, mas, ao mesmo tempo, não pode prescindir dele. No capitalismo, o lugar da realização consciente é o do auge do despojamento, da completa despossessão daqueles elementos que se relacionam diretamente à interação entre produtor e produto do trabalho (2011, p.140).

Desse modo, no capitalismo a classe trabalhadora se deparou com a desefetivação do mundo do trabalho através da sua própria ação por meio do incremento das forças produtivas tecnológicas e ideológicas, as quais acentuaram a produtividade do trabalho e diminuíram o total de braços necessários para produção. Parafraseando Marx (2011) foi só no modo de produção capitalista sob as relações sociais de apropriação desigual, que o trabalhador se fez pobre pela sua capacidade biológica e intelectual de realizar trabalho. Nele, desta forma o desenvolvimento das forças produtivas é concomitante a perda de autonomia do homem por meio de si próprio.

No último século, porém, com a mundialização do capital a desrealização humana alcançou seu momento mais agudo com a reestruturação do mundo do trabalho. Iniciou-se um processo de flexibilização e desregulamentação do mercado e das relações de trabalho, o qual diminuiu os postos de trabalho, reduziu direitos trabalhistas, aumentando o desemprego e a dependência dos trabalhadores de ocupações precárias. A nova lógica do mundo do trabalho

¹¹Segundo (Alves, 2007), a precarização é um processo histórico-social de perda de vínculos sociais com a produção do capital. [...] precariedade é uma condição histórico-ontológica de instabilidade e insegurança de vida e de trabalho [...] Mesmo o trabalhador assalariado que flui por conta dos ciclos industriais, explicita sua precariedade viva (a precariedade é uma dimensão ontológica do trabalho assalariado).

está diretamente associada ao crescimento da produtividade do trabalho e a potencialização da exploração, que tem como resultado a intensificação da precariedade humana.

De acordo com a Organização Internacional do trabalho (OIT) (2016) mediante Relatório sobre a tendência do mercado de trabalho no mundo, em 2016, o desemprego e o emprego precário aumentaram no mundo inteiro. Em 2015, 197 milhões de pessoas estavam desempregadas, e em 2017 esse total poderá alcançar 200 milhões. E, do total de empregos existentes em 2015, 46% eram empregos precários e em 2017 esse total permanecerá estável. Desse modo, é possível vislumbrar nas últimas décadas a pontencialização da desrealização humana, que tem como efeito visível o desmonte das conquistas sociais trabalhistas alcançadas no século XX.

De acordo com Sr. M. Guiro (membro dos trabalhadores de Senegal), eleito na primeira sessão sobre a Comissão de Trabalho e Emprego Decente para a Transição para Paz promovida pela OIT entre maio e junho de 2016, os efeitos das diversas crises que assolam a economia mundial reduziu a proteção social da população mundial expondo 75% dela a riscos de saúde, invalidez, desemprego e envelhecimento, enquanto que 50% dos trabalhadores do mundo foram privados de um nível mínimo proteção (OIT, 2016).

La desregulación de los sistemas de protección social exponía al 75 por ciento de la población mundial a riesgos vinculados con la salud, la discapacidad, el desempleo y el envejecimiento, mientras que el 50 por ciento de los trabajadores del mundo quedaban desprovistos de un nivel mínimo de protección. Desde el estallido de la crisis financiera de 2008 se habían perdido más de 61 millones de puestos de trabajo, y de continuar las tendencias actuales se estimaba que en 2019 habría otros 80 millones de empleos menos y 212 millones de personas desempleadas (OIT, 2016).

Desta forma, as formas de trabalho instituídas cada vez mais a partir de atividades “atípicas” configuram o cenário da fragilização da força de trabalho sob as relações do capital mundializadas (VASAPOLLO, 2006). Para Thomáz Júnior (2002) o mundo do trabalho, toda via, não se encontra em extinção, mas as ocupações estáveis é que estão agonizando por conta disso há o aumento de empregos precarizados.

Neste âmbito, é necessária uma investigação sobre as relações de trabalho produzidas com a volatilidade da espacialização do capital e da produção em diversos ramos produtivos, as quais criam novas sociabilidades no sistema capitalista. A realidade posta para o mundo do trabalho é foco nesta pesquisa, sobretudo com a mundialização do capital, que se nutre da esfera financeira, reestruturando o mercado e as relações de trabalho.

Desse modo, analisar a funcionalidade das microfinanças¹² é relevante para entender as formas adquiridas pelo sistema capitalista em sua etapa mundializada para continuar sua expansão em todas as escalas. A relação entre microfinanças e mundialização do capital é visível no Brasil com a criação de um programa nacional de incentivo ao microcrédito, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado¹³ (PNMPO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lançado em 2005 e reforçado em 2011 com a ampliação para Crescer – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. Este tem por “objetivo incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares” (BRASIL, 2005). No entanto, tal programa estimula a espacialização do capital financeiro por todos os espaços e nutre a financeirização na escala local.

2.1. Fim do Trabalho ou Renovação do Trabalho?

A compreensão do mundo do trabalho é uma necessidade perene nesta pesquisa. Faz-se importante entender até que ponto no capitalismo moderno, com o desenvolvimento científico, o trabalho conserva ou perde o papel central na sustentação do capital como relação social hegemônica.

A partir desta indagação é necessários questionarmos tais como, a ciência é uma produção autônoma do trabalho? O trabalho pereceu ou se reestruturou no capitalismo moderno para atender aos interesses do capital? Essas questões são relevantes para compreender como o capital, enquanto relação social hegemônica, que se faz pela dominação material e imaterial dos homens se sustenta como tal. Para Chauí (2004) esse fato se faz por meio da legitimação das ideias e valores da classe dominante como verdadeiras e irrefutáveis.

Com o avanço técnico-científico, marca inegável da reestruturação do sistema capitalista, emergiram novos paradigmas produtivos e comerciais em escala global, que rebateram no mercado e nos processos de trabalho. O processo produtivo passou a se dá pela ampliação do trabalho morto cristalizado na maquinaria e pela diminuição do emprego do trabalho vivo, o que levou diversos teóricos a afirmarem a perda da centralidade do trabalho

¹² Segundo Soares e Sobrinho “o termo microfinanças refere-se à prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional, com utilização de produtos, processos e gestão diferenciados” (2008, p.23).

¹³ O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO é um programa instituído pelo governo federal na forma da lei 11.110, de 25 de abril de 2005. Objetiva disponibilizar crédito a população de baixa renda e a microempreendedores como forma de gerar emprego e renda. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/pnmpo/pnmpo_apresentacao.asp>. Acesso em: 05 maio. 2015 e em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/111110.htm> Acesso em: 05 maio. 2015.

como força produtiva capaz de criar valor.

Para esses estudiosos, a cientificação do processo produtivo, desencadeada com o desenvolvimento capitalista, transferiu a produção do valor da esfera do trabalho para a esfera da ciência e da técnica. Segundo Antunes (2009) teóricos como André Gorz, J. Habermas e Claus Offe passaram a asseverar que a partir do progresso científico-tecnológico, o valor se encontra desconexo do emprego do trabalho pondo em vias de desaparecimento a produção de valor pelo valor-trabalho. Destarte, o valor seria produto da apropriação do conhecimento científico.

Antunes (2005) revela que, entretanto, ao contrário do fim do valor-trabalho por meio do desenvolvimento científico ocorreu um processo de interação entre o trabalho manual fabril e o intelectual que intensificou a extração de sobretrabalho e a apreensão de mais-valia. O progresso da ciência faz parte das necessidades intrínsecas do capital e a modificação da sua base técnica e organizacional, apenas o faz incrementar o processo de extração de mais-valia, por meio do qual acrescenta mais valor ao capital inicial preservando a competitividade das suas unidades individuais e capitalistas que são a personificação dele próprio. E, de outra perspectiva assegura a desigualdade social, que o mantém de pé como sistema social hegemônico.

O valor criado pela inserção da ciência no processo produtivo não se desvencilha do trabalho vivo, pois a ciência está impregnada pelo trabalho humano já que faz parte do mundo das criações humanas. O conhecimento é parte do homem, que se desprende por meio de sua ação laborativa material ou cognitiva e se assenta sob a base técnica ou da abstração.

Destarte, a separação entre capital e trabalho é um equívoco, pois mesmo que haja uma cientificação constante do modo de produção capitalista e esta permita diminuir o número de trabalhadores necessários para produção e acentuar a precariedade humana, a relação de exploração capital/trabalho não só se conserva como se transforma. Para Harvey,

O acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve importância na luta competitiva; mas, também aqui, podemos ver uma renovação de interesse e de ênfase, já, que, num mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades e de sistemas de produção flexíveis (em oposição ao mundo relativamente estável do fordismo padronizado), o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica, implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva. O próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas. [...] (2005a, p.151).

Por outro lado, o conhecimento científico inserido no processo produtivo como uma

mercadoria, que diferencia e cria vantagens competitivas, inaugurou uma nova fase na relação capital/trabalho pela capacidade gerada pelo emprego das máquinas de acelerar a produtividade do trabalho. Nesta, menos trabalhadores produzem a mesma quantia de trabalho produzida anteriormente por um número maior deles, e/ou a mesma quantidade desses trabalhadores produz mais trabalho no mesmo tempo socialmente necessário em que criavam uma determinada quantia de objetos.

Entretanto, essa tendência não nega a presença do trabalho humano na produção de valor. Ele está presente desde a concepção da máquina empregada na produção até o momento da prática produtiva. O emprego do trabalho vivo é o único meio capaz de criar mais valor ao novo produto, pois o trabalho morto cristalizado nas máquinas apenas transfere valor criado anteriormente para o novo produto e tendencialmente decresce até se extinguir, já que apenas perde essa grandeza.

Assim, a importância do valor-trabalho permanece e ganha consistência no regime de acumulação flexível, no qual a mudança rápida e constante de padrão de pensamento e produtivo necessita aprisionar e alienar mais cérebros pensantes, braços e pernas produtoras para conceber e produzir produtos variados e obsoletos, que propiciam o reinício da acumulação.

Para Thomáz Júnior (2004) é fundamental a desmistificação ideológica da perda de relevância do valor do trabalho pela apropriação capitalista do conhecimento, pois o caráter imaterial do trabalho não desdenha sua funcionalidade para produção do valor e muito menos se faz sem ele.

O aumento do número de homens e mulheres a procura por qualquer tipo de atividade para ao menos sanar ao menos as necessidades alimentares é a clara explicitação da centralidade do trabalho na sociedade capitalista. Para Mészáros (2006), o avanço do capitalismo pelo espaço ocorreu desde a menor até a maior escala em associação direta com o trabalho. A espacialização do capital teve como tendência igual à sujeição dos sujeitos do trabalho à precarização e ao desemprego, que se disfarça sob a aparência da flexibilidade.

O homem, nessa circunstância, vive para agir diariamente sobre a natureza e na maioria das vezes adquirir só o suficiente para se manter disposto a continuar a engrenar o ciclo da produção. Para Menezes “[...] usar as necessidades humanas para fazer do dinheiro o lucro é a expressão da poderosa dinâmica do capital no seu processo produtivo, pois jamais ele se manteria sem ter uma utilidade humana, embora esta utilidade seja mera condição para a acumulação” (2007, p.92).

O tempo de trabalho socialmente necessário para produzir um determinado objeto é o tempo de vida útil do homem, ele tornou-se um acessório do trabalho abstrato, parafraseando Mészáros (2011) o homem é uma carcaça do tempo e seu valor é dado pela quantia de trabalho socialmente necessário gasto para produzir um determinado objeto. Na sociedade capitalista o valor dos homens é igual ao de todos os outros, a qualidade perdeu o sentido. Eles necessitam somente ser capazes de se encaixar na lógica da produtividade intensa como máquinas que engatam a produção do valor.

A intensificação do ritmo de trabalho e a redução do trabalho vivo iniciam novas formas de exploração da natureza humana pelo trabalho, as quais são criadas para recompor o processo de extração de mais-valia confirmando a serventia do valor-trabalho. Assim, Alves (2007) chama atenção para o fato de que a denominada crise do trabalho é a reafirmação plena da categoria trabalho sob a condição assalariada na centralidade da produção do valor.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2016) por meio do Relatório perspectivas do emprego e das questões sociais, em 2016, no mundo mais de 62,8% da população em idade ativa global (com 15 ou mais anos) está inserida na PEA (População Economicamente Ativa), implicando a natureza constante e substancial para a sociedade capitalista do trabalho. Sem falar nas incontáveis formas (re) criadas de inserção dos trabalhadores excluídos do setor produtivo como o trabalho autônomo e o estímulo ao empreendedorismo, as quais não só reavivam a necessidade da mercadoria trabalho como ratifica o contínuo envolvimento do capital no domínio do homem coisificado em mercadoria.

As incontáveis formas de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, dentre as quais, o trabalho autônomo e o empreendedorismo no período de integração espacial, que exclui a maioria da classe trabalhadora da condição de sobrevivência digna, asseguraram a exploração do trabalho produtivo. Em contrapartida acentuam a extração de mais-valia por meio da desregulamentação e liberalização dos mercados de trabalho.

Novos processos de exploração da força de trabalho como o acréscimo de horas extras e/ou a intensificação do ritmo de trabalho tornam-se cada vez mais urgentes preservando a relação capital-trabalho. A consolidação de leis trabalhistas flexíveis, que consentem a realização de jornadas de trabalho extenuantes em alguns períodos anuais pelos trabalhadores são reveladoras desse processo.

Em entrevista com trabalhadora do Instituto Nordeste Cidadania (INEC) em Sergipe, é responsável pela contratação da força de trabalho do Programa Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) é notória a exploração humana e sua funcionade no capitalismo mundializado. Segundo a funcionária os assessores de crédito do Programa tem que cumprir

metas de trabalho mensalmente, que variam de acordo com a necessidade do Instituto, associado ao Banco. “Nossa meta é inserir oito clientes fixo todo mês esse ano. Mas, até maio temos uma meta de dez mais porque a gente precisa renovar a parceria com o Banco do Nordeste. Sergipe todo para não perder a parceria” (pesquisa de campo, 2016).

A A jornada de trabalho flexível e o controle do trabalho também podem ser visualizados na fala de outra funcionária do Instituto Nordeste Cidadania em Sergipe. A flexibilização e extensão da jornada de trabalho efetivada pelo compromisso e concessão dos trabalhadores revela a alienação a qual está subjugado o trabalhador: .

Às vezes você marca uma determinada quantidade de clientes só que não consegue fazer, dá um atraso ou próprio cliente chega atrasado até eu mesmo não posso chegar. Como esse grupo que eu marquei hoje foi para as 9:00 h da manhã quando foi 8:30 h a menina ligou dizendo que não tinha como porque o pessoal não tirou as cópias do documento, aí pra ele só deu certo uma hora, aí foi quando eu me atrasei um pouco e ainda quando eu cheguei tinha um que não tinha chegado, aí atraso de certa forma né. Aí a gente se habitua lidar com gente é assim né tem que ter essa flexibilidade. A gente tem que se virar né. Aí eu vou se virando do jeito que dá (pesquisa de campo, 2016).

Pela declaração da funcionária, se constata a conservação da alienação do trabalho na fase pós reestruturação produtiva. Esta ocorre a partir do comprometimento do trabalhador com o aprimoramento de seu desempenho consentido pelo controle psíquico dos sujeitos do trabalho. Para Alves (2007, p.168) “estamos diante de um simulacro de inteligência humana ou de polivalência do trabalho”.

Na fase mundializada do capital, o trabalhador nunca esteve tão perdido de si e de seu objeto ao longo da história do capitalismo. Este não se percebe explorado pelo sistema capitalista, pois naturaliza a condição precária que está submetido. Alves (1999) destaca que, nesse momento a ofensiva do capital sobre o trabalhador é de tal modo que ele se desvinculou das práticas solidárias e coletivas, tornando-se um ser social individualista capturado pelo capital.

Na etapa da mundialização do capitalismo acompanha-se a perda do trabalhador **“não apenas da dimensão física da corporalidade viva da força de trabalho, mas sua dimensão psíquica e espiritual, que se manifesta por sintomas psicossomáticos”**(ALVES, 2011, p.42 – grifo nosso). O trabalhador encontra-se tolhido pelo medo do desemprego e dominado psiquicamente, o que permite o “assalto” dos donos do capital de uma alta produtividade refletindo em altas taxas de exploração e acumulação. De outro lado, há uma fragmentação da luta das classes. Para Smith,

[...] “como na simples produção de valor de uso para o consumo direto, o indivíduo realiza-se sobre a natureza no processo de trabalho. Mas as condições de trabalho contemporâneo são tais que convertem o trabalhador, não no romântico e digno *self-made-man* de fama Hollywoodiana, mas “forçando sua destacada destreza às expensas de um mundo de capacidades produtivas e instrutivas” converte ele ou ela em um “monstro inválido”[...] (1988, p.90).

De acordo com Tavares (2004) à medida que o capital se reorganiza por meio de inovações tecnológicas, organizacionais e pelo discurso ideológico burguês da cooperação do trabalho ofusca a desigualdade de classes e faz desaparecer a busca por mudanças estruturais.

Essa situação é visível nas práticas realizadas na sociedade capitalista flexível, as quais se utilizam de premiações como, viagens, até automóveis, bonificações e dispensas de trabalho em datas como aniversários, e também de estratégias como a terceirização, subcontratação e transferências para a esfera privada de interesses sociais, a exemplo das OSCIPs (organizações da sociedade civil de interesse público) e das ONGs (Organização não governamentais), dentre outros que alienam o trabalhador e o fazem um ser doce e cordial, que consente e acha necessária essa execução.

Mészáros (2011) destaca que, o anseio capitalista sujeita os homens, a natureza e tudo a sua volta à exigência mais íntima do capital não importa as consequências. Desta forma, surgem modificações constantes no processo produtivo e no mundo do trabalho que não desqualificam o trabalho como fonte primária de valor. O trabalho permanece presente em todas as fases do capital na condução da extração de mais-valia em analogia. Sobre esta questão, Harvey (2005b) destaca que apenas suas formas de exploração modificaram.

O trabalho intenso, disciplinado da era fordista cedeu lugar ao também intenso trabalho precarizado, principalmente através da dominação psíquica dos trabalhadores. Há uma crise dos empregos, no entanto, não existe uma crise da funcionalidade do trabalho na sustentação do capital, muito menos a ciência e a técnica se fazem sem o agir do homem.

2.2. A nova face do mercado e das relações de trabalho no capitalismo mundializado.

Com a reestruturação produtiva novas configurações socioespaciais foram criadas, repercutindo sobre o mundo trabalho. Segundo Harvey (2005a), nesse momento novos padrões de produção e consumo associados ao desenvolvimento científico-tecnológico passaram a orientar o sistema capitalista e estreitar o espaço garantindo a acumulação em

escala global. Iniciou-se um modelo de acumulação flexível fundamentado na reorganização do sistema produtivo, político e socioespacial.

O capital criou novas “racionalidades” produtivas, que acentuaram o emprego do trabalho na produção e a precariedade humana. Para Antunes (2009), as mudanças notáveis do sistema capitalista são reflexos da procura efetiva do capital pela lucratividade e pela perpetuação do controle hegemônico das relações sociais capitalistas.

O toyotismo ou modelo japonês ascendeu como sistema organizacional de maior influência para recuperação do crescimento das taxas de lucro depreciadas com a crise do modelo de produção fordista/taylorista. O toyotismo está baseado na introdução de novas técnicas de gestão ao processo produtivo inspiradas na experiência da fábrica automobilística japonesa Toyota. A reorganização do processo produtivo e das relações de trabalho promoveu a espacialização da produção para fora do chão da fábrica e, de outra parte renovou as formas de exploração da classe trabalhadora por meio da racionalização produtiva, através do envolvimento psíquico com sua atividade. De acordo com Antunes e Alves,

Apesar de o toyotismo pertencer a mesma lógica de racionalização do trabalho do taylorismo/fordismo, o que implica considerá-lo uma continuidade com respeito a ambos, ele tenderia, em contrapartida, a surgir como um controle do *elemento subjetivo* da produção capitalista que estaria posto no interior de uma *nova subsunção real* do trabalho ao capital – o que seria uma descontinuidade com relação ao taylorismo/fordismo (p. 346 - grifo do autor).

No toyotismo, a produção é direcionada para a necessidade do mercado consumidor passando a realizar-se em pequenas quantidades e com um mínimo de estoque possível por meio da reorganização produtiva pelo sistema de *Kanban*¹⁴. Essa nova organização do processo produtivo assegurou a absorção do capital excedente com a abertura de novos setores produtivos para reinvestimento, dados por meio da necessidade constante da inovação das mercadorias e garantiu o consumo evitando a ociosidade do capital. Destarte, criou-se a condição para garantia da reprodução ampliada do capital.

Para Harvey (2005a), a inovação, essencial em situações de concorrência e de crise para a vitalidade capitalista criou a condição para acumulação. Esta se deu por meio da produção de uma mudança cultural, que associou a fugacidade instantânea da moda à indução de necessidades fictícias ao homem por meio das quais realizou a aceleração do tempo de giro do consumo e simultaneamente acentuou a exploração do homem e da natureza.

¹⁴ Segundo Antunes (2009) *kanban* é uma técnica do sistema de organização da produção toyotista, no qual é utilizado senhas de comando para reposição de peças de estoques.

Na outra ponta desse transcurso, a reestruturação produtiva iniciou um processo denominado “qualidade total”. Este fenômeno acelerou o tempo de giro do capital tornando as mercadorias obsoletas, ou seja, encurtou seu tempo de vida útil proporcionando uma reposição veloz da demanda por novas mercadorias, e, uma redução do tempo de valorização do capital investido, que também apressou a acumulação. Antunes destaca que,

[...] a “qualidade total” torna-se, ela também, a negação da durabilidade das mercadorias. Quanto mais “qualidade” as mercadorias aparentam (e aqui a aparência faz a diferença), menor tempo de duração elas devem efetivamente ter. Desperdício e destrutividade acabam sendo os seus traços determinantes (2009, p. 53).

A “qualidade total”, nesse movimento, engendrou a exigência do consumo sem controle levando cada vez mais o homem buscar ganhar um salário maior para adquirir a infinidade de mercadorias produzidas no processo produtivo flexível o que o tornou mais suscetível à alienação. Houve um processo alienante de internalização do controle do trabalho pelo próprio trabalhador propiciando uma forte extração de mais-valia. Esta dominação se deu por meio da criação dos Círculos de controle de qualidade (CCQs), constituídos por grupos de discussão sobre o desempenho do trabalhador e das suas metas. Realiza-se, portanto, uma das artimanhas mais frutíferas do sistema capitalista flexível organizado sobre o modelo toyotista.

Para Thomáz Júnior,

Isso configura uma nova materialidade do trabalho que não exaure na mudança ocupacional, em particular diante das hordas de trabalhadores desempregados, mas atua diretamente na subjetividade do trabalhador, nos seus referenciais culturais, de classe, de gênero, etc. que impôs ao homem condições desumanas de sobrevivência (2002, p.12).

Belluzzo (2013) afirma que na era do capitalismo industrial e financeiro, o capital cria desejos e novas necessidades, reinventando e dominando a natureza com o desenvolvimento científico-tecnológico. Faz o trabalhador vislumbrar a superação da exaustão e do estresse por meio do seu desenvolvimento, mascarando a funcionalidade da ciência e da técnica para controlar o trabalhador. Dessa maneira, dá-se a intensificação dos níveis de produtividade e a insegurança no mercado de trabalho sobre a fase de mundialização do capital.

A culpabilização do trabalhador e a imposição ideológica da melhora de seu desempenho a todo instante o converteu “num importante instrumento para o capital apropriar-se do *savior-faire* intelectual e cognitivo do trabalho que o fordismo desprezava” (ANTUNES, 2009, p.57). Assim, a força de trabalho “torna-se um carrasco de si mesmo” (ALVES, 2011, p.41), ganhar mais e mais salário é a única saída para adquirir remuneração

suficiente para usufruir da gama de produtos criados e induzidos pelo fomento de necessidades fictícias. E, como afirma Mészáros,

[...] a expansão desenfreada do capital desses últimos séculos abriu-se não apenas em resposta a necessidades reais, mas também por gerar apetites imaginários ou artificiais – para os quais, em princípio, não há nenhum limite, a não ser a quebra do motor que continua a gerá-los em escala cada vez maior e cada vez mais destrutiva – pelo modo de existência independente e pelo poder de consumo autoafirmativo (2011, p.109).

De outra parte a concessão de sobretrabalho por parte dos trabalhadores representou aprisionamento sob a produção flexível, pois o “*cerne essencial do toyotismo*, a busca do “engajamento estimulado” (ALVES, 2007, p.160 – grifo do autor), principalmente do trabalhador central, o assalariado “estável” assegurou a sustentação do capitalismo flexível e estimulou a degradação da natureza humana. Surgiu, nesse momento, no sistema mundializado novas estratégias de exploração e sobrevivência da classe trabalhadora que reestruturaram o mercado de trabalho.

A reestruturação do mercado de trabalho provocou a redução da força de trabalho estável do mercado e ascensão de proletários precarizados, despossuídos de garantia de trabalho e sem nenhuma segurança no emprego. A substituição dos trabalhadores estáveis por outros com alta flexibilidade é um componente essencial e dos mais efetivos mecanismos estratégicos empresariais no sistema flexível de produção. E, também um dos mais lucrativos para os capitalistas.

O processo produtivo passou ser realizado também de forma conjunta exigindo do trabalhador domínio total do processo produtivo e flexibilidade para se mover de um espaço a outro e para realizar diversas etapas da produção horizontalizada. Desse modo, o novo sistema organizacional da produção reduziu o número de trabalhadores empregados na produção, acentuou o desemprego e proporcionou a precarização do trabalho.

Acompanha-se também a alteração da estrutura da classe trabalhadora, que de maneira similar alterou a organização e a luta de classes. A força de trabalho se encontra cada vez mais alienada daquilo que produz, e também do seu de embate contra esse círculo vicioso de exploração alienação acumulação. Os sujeitos que vivem da venda da sua força corpórea e intelectual aos donos do capital, com os quais não mantêm nenhum contato direto, só cumprem regras e metas de trabalho sofrem um desmonte da condição de luta e da consciência de classe.

A classe trabalhadora, então, confronta-se com a fragmentação, heterogeneidade e complexidade do “novo mundo multifacetado do trabalho” (ANTUNES, 2005, p.53). Este

processo é produzido por um “processo de conformação do sujeito humano, caracterizado pela quebra dos coletivos de trabalho, captura da subjetividade do homem-que-trabalha e redução do trabalho vivo à força de trabalho como mercadoria” (ALVES, 2011, p.39).

Parafraseando Harvey (2005a), as mudanças de modelos de acumulação acompanham o sistema capitalista e são resultados da ideologia do progresso arquitetada para forçar a renovação dos mecanismos de exploração do trabalho, que deriva da necessidade intrínseca de sua materialidade. Surgem em escala global trabalhadores precários que devem estar dispostos e aptos a diferentes tarefas e a mobilidade espacial.

De acordo com estudo sobre as perspectivas e tendências de emprego no mundo realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) o desemprego mundial tende a crescer em todas as economias do globo. No entanto, este aumento ocorrerá principalmente nos países em desenvolvimento e emergentes no biênio 2016 – 2017.

En el 2015, el desempleo alcanzó 197,1 millones de personas – cerca de un millón más que en el año anterior, y 27 millones más que en los años anteriores a la crisis. [...] En base a las previsiones de crecimiento más recientes, se estima que el desempleo mundial crecerá en 2,3 millones en el 2016 y 1,1 millones más en el 2017 (OIT, 2016, p.07).

A força de trabalho precarizada de acordo com estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) feitas no Relatório perspectivas sociales y del empleo en el mundo em 2016 (Perspectivas do Emprego e das Questões Sociais no Mundo 2016) forma quase 50% do proletariado empregado no mundo e 76% dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho nos países em desenvolvimento e emergentes como mostra a tabela 03. E, além disso, esse total permanecerá com taxas relativas estáveis até 2019.

A partir das informações contidas na tabela 03 é possível analisar a nova/velha tendência do capital de intensificar o controle sobre a classe trabalhadora, pois esses dados revelam o crescimento do trabalho precário em todos os países desmetificando a falácia de crise localizada como resultado apenas do mal funcionamento econômico de alguns países ou da má gestão feita por um governante qualquer.

Tabela 03: Estimativas do total relativo de trabalho precário no mundo e no grupo de países segundo a Divisão Internacional do Trabalho de 2014 a 2019.

	2007-2014	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Estimaciones mundiales y principales agrupaciones de países							
Mundo		46,3	46,1	46,0	45,9	45,9	45,8
Economías avanzadas		10,5	10,4	10,4	10,3	10,3	10,2
Economías emergentes		53,1	52,9	52,6	52,3	52,1	51,9
Economías en desarrollo		76,8	76,7	76,6	76,5	76,3	76,2
Economías del G20		42,0	41,7	41,6	41,4	41,3	41,2
Economías avanzadas del G20		9,9	9,8	9,7	9,6	9,6	9,5
Economías emergentes del G20		53,7	53,4	53,1	52,8	52,6	52,4
UE-28		12,3	12,2	12,1	12,0	11,9	11,8
Regiones de la OIT							
Estados Árabes		17,5	18,0	17,7	17,7	17,8	17,9
Asia Central y Occidental		33,0	32,6	32,3	32,0	31,6	31,1
Asia Oriental		42,6	42,1	41,6	41,3	41,1	40,9
Europa del Este		11,3	11,2	11,5	11,4	11,4	11,3
América Latina y el Caribe		31,0	31,0	31,1	31,1	31,1	31,1
África del Norte		34,2	34,0	33,8	33,6	33,4	33,2
América del Norte		6,5	6,5	6,4	6,3	6,2	6,1
Europa del Norte, del Sur y Occidental		11,5	11,5	11,4	11,3	11,2	11,1
Asia Sudoriental y el Pacífico		54,4	54,1	53,7	53,3	52,9	52,5
Asia del Sur		74,1	73,6	73,3	72,8	72,4	71,9
África Subsahariana		69,8	69,9	69,7	69,6	69,5	69,4

Fuente: Cálculos de la OIT sobre la base de Modelos econométricos de tendencias, noviembre 2015 del Departamento de Investigaciones de la OIT.

Embora a tabela 03 não revele a natureza das ocupações dos trabalhos precários, pode-se afirmar que há uma concentração de ocupações mais frágeis nas economias mais pobres e esta tem explicações no nível de desenvolvimento econômico tardio e incompleto desses países, que acaba implicando na oferta de direitos trabalhistas, de remuneração e de desenvolvimento tecnológico. Este acúmulo também decorre do processo histórico de dominação pelo qual passaram e passam essas economias e da sua fragilização político-econômica, sobretudo, a partir dos anos de 1990 com a abertura econômica por meio da adequação ao neoliberalismo.

Como saída para conter a pobreza e o desemprego propagou-se a ideologia do individualismo intrinsecamente subordinada ao projeto neoliberal sustentado na máxima da capacidade autônoma inerente a cada indivíduo. De acordo com Singer (1996) esta “autonomia” representava formas precárias de inserção do trabalhador no processo produtivo flexível. O “subemprego, desemprego disfarçado, estratégia de sobrevivência” (SINGER, 1996, p.11) como quer que sejam chamadas as estratégias de inserção dos trabalhadores

excedentes no mercado de trabalho sob as relações capitalistas é a constatação da precariedade do sujeito do trabalho.

É importante destacar outra transformação fundamental no mundo do trabalho, a exclusão da maior parte dos jovens e idosos do mercado de trabalho e a inserção da mulher e de outros grupos vulneráveis como, negros, imigrantes e crianças que permitiu a fragilização da luta da classe trabalhadora.

Nesse campo de transformações encabeçadas a partir da conjuntura da reestruturação produtiva o trabalho domiciliar, autônomo e informal se tornou mais presente no processo de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho flexibilizado. Para Cacciamali (2001, p.12) “[...] a diminuição de mão de obra masculina na indústria de transformação, especialmente menos escolarizada, e do aumento da participação de mulheres, com maior nível de escolaridade, especialmente, no setor de serviços”.

Essa situação reafirma a condição desigual de inserção da mulher no mercado de trabalho e ao mesmo tempo a importância da exploração do trabalho para a acumulação capitalista em tempos de organização flexível.

Também é relevante salientar o papel do trabalho domiciliar e autônomo nas novas formas de trabalho precarizado, que despontam no contexto da mundialização do capital como um dos principais mecanismos garantidor da alienação do trabalhador e o põe como seu algoz. Essas formas de trabalho permitem a libertação do trabalhador do chão da fábrica, e ao mesmo tempo se associam a explosão do setor de serviços pós-reestruturação produtiva de diversas maneiras como, a terceirização, a informalidade, o trabalho parcial e temporário, nos quais se insere o incentivo ao emprego de jovens em empresas privadas como estímulo a geração de ocupação e renda garantindo a acentuação do valor criado pelo trabalhador.

Segundo Harvey (2005a) as novas formas de trabalho no contexto de reestruturação produtiva se sustentam nos pequenos negócios e foram acentuadas concomitantes ao crescimento da monopolização do capital simbolizado pelas grandes empresas. A difusão das relações capitalistas por todas as escalas do espaço a partir de fusões e aquisições promoveu a concentração de poder econômico e estimulou o repasse do processo produtivo para pequenas empresas através da subcontratação e da terceirização de serviços secundários. É nesse espaço que os pequenos negócios florescem, motivados pela oferta de redução de custos e com remotas chances de estabelecerem uma autonomia.

O espaço mundial tem sido apropriado pelo capital segundo suas intenções de suprir seu sociometabolismo. Smith (1988) chama atenção para o fato de que o espaço se diferencia no último século como produto direto da busca necessária da imobilização do capital em suas

formas fixas na paisagem, garantindo que o capital tenha lucro em períodos longos por todos os espaços. Assim, na proporção em que a produção do capital ocorre em conjunto com o desenvolvimento capitalista há a produção do espaço absoluto e relativo. O primeiro decorre da apropriação total do espaço pelo capital, e o último é resultado da criação do espaço pelo capital. Desta forma,

Os últimos cem anos de desenvolvimento capitalista têm levado a produção do espaço a um nível sem precedentes. Mas ele não se tem realizado pela expansão absoluta num dado espaço, mas através da diferenciação global, isto é, através da produção de espaços absolutos diferenciados dentro do contexto mais amplo do espaço relativo (SMITH, 1988, p.136).

O mundo do trabalho acompanha as mudanças socioespaciais produzidas pelo desenvolvimento desigual capitalista. Em síntese, Thomáz Júnior enumera as principais características do mundo do trabalho com o processo de reestruturação:

1) a desproletarização do trabalho industrial fabril, típico do fordismo; 2) a ampliação do assalariamento no setor de serviços; 3) o incremento das inúmeras formas de subproletarização, decorrentes do trabalho parcial, temporário, domiciliar, precário, subcontratado, “terceirizado”; 4) verifica-se, também, que todas essas formas que redimensionam a heterogeneização do trabalho têm, na crescente incorporação do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, expressão, em especial, quando se pensa em termos da expansão do trabalho precarizado, “terceirizado”, sub-contratado, part-time, etc.; 5) intensificação da superexploração do trabalho, através da extensão da jornada; 6) a exclusão de trabalhadores jovens e “velhos” (acima de 45 anos), do mercado de trabalho; 7) a expansão do patamar de trabalho infantil, em especial nas atividades agrárias e extrativas (2002, p.08).

Ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista, e mais ainda, sob o capitalismo mundializado, a dominação do capital se faz e permanece sendo feita através de mecanismos de exploração e de apropriação do valor do trabalho. Desse modo, a redução do crescimento das taxas de ocupações assalariadas formais e a formação de relações trabalhistas precárias que o sistema capitalista vivencia se encaixa no objetivo do capital em encontrar soluções para sua contínua ampliação do lucro.

Segundo Thomáz Júnior (2002), a informalidade no Brasil está em constante crescimento com a reestruturação promovida pelas políticas neoliberais implementadas na década de 1990, incluindo desde os trabalhadores que estão ativos no mercado de trabalho aos desempregados. Nesta forma de organização do mercado de trabalho os direitos trabalhistas são desfeitos dando plena garantia à realização de processos de trabalho precarizados.

Desse modo, com o incentivo a inclusão dos trabalhadores no mercado de trabalho precarizado e informal o capital atua de diversas maneiras sobre a exploração da classe trabalhadora. Neste sentido, “o setor informal não é mais um simples depositário de força de trabalho que atua autonomamente” (THOMÁZ JÚNIOR, 2002, p.07), assume caráter de agregador de mais-valor mistificado no caráter necessário da inclusão desses no mercado de trabalho para sanar o ronco do estômago que se exalta como necessidade primária do homem.

2.3. A natureza da informalidade das relações de trabalho.

O desmonte do mercado e das relações de trabalho estáveis símbolo dos “anos gloriosos do capital” alargou a taxa de desemprego e expandiu as ocupações precárias por todo o espaço mundial. Esse processo desencadeou a volta à utilização de sistemas de trabalho arcaicos, do qual a informalidade das relações de trabalho se constitui parte e produto.

A informalidade do trabalho adquiriu um novo sentido. A natureza depreciativa que a caracterizava e a distinguia das atividades formais nas décadas anteriores foi suprimida. Ela, no momento do capital mundializado voltado para a esfera financeira tornou-se necessária e incentivada pela sua eficiência em reduzir os custos do processo produtivo e garantir uma exploração mais intensa e veloz em qualquer espaço.

Segundo Tavares (2004), o novo milênio inaugura a era do trabalho informal, porém essa forma de trabalho não rompe com a extração de valor da ação humana, de outra forma preserva, dissimula e intensifica essa extração por meio da eliminação da proteção do trabalho.

A precariedade e a intensificação do desemprego são partes da própria lógica seletiva do sistema do capital na mundialização impulsionada pelo movimento de flexibilização e desregulamentação. Esse movimento proporcionou ao capital utilizar a força de trabalho até exaurir suas forças e sair de qualquer espaço e/ou de qualquer setor produtivo sem grandes entraves. Para Chesnais (1996), esse fato está intimamente relacionado às inovações suscitadas pela mundialização financeira, que tornou o capital na qualidade da mercadoria dinheiro flexível e móvel.

Segundo Beluzzo,

Isso aconteceu no mesmo período em que as novas formas financeiras contribuíram para aumentar o poder das grandes corporações em suas relações com os empregados e terceirizados. As fusões e aquisições suscitaram um maior controle dos mercados e promoveram campanhas

contra os direitos sociais e econômicos, considerados um obstáculo à operação das leis de concorrência (2013, p. 172).

O dismantelamento das conquistas trabalhistas implementadas nas últimas décadas do século XX, e que prosseguem nas duas primeiras do século XXI, das quais faz parte uma infinidade de práticas como a criação de leis, emendas e até programas de assistência para o grande capital representam uma ampla prova da flexibilização as conquistas trabalhistas e da informalização do mercado e das relações de trabalho. Estas, em seu bojo puseram em prática a “lei” do capital, que domina e mantém sob seu controle todos os sujeitos sociais, por meio da coerção e da dominação ideológica.

Nesse sentido o trabalhador a cada dia mais é cooptado pelo capital e tendenciado a penetrar no mercado de trabalho de forma informal e precária. O domínio do trabalhador ocorreu no momento em que as inovações financeiras aumentaram o poder dos capitalistas com a liberalização dos mercados produção e consumo. Isso aconteceu no mesmo período em que as novas formas financeiras contribuíram para aumentar o poder das grandes corporações em suas relações com os empregados e terceirizados. As fusões e aquisições suscitaram um maior controle dos mercados e promoveram campanhas contra os direitos sociais e econômicos, considerados um obstáculo à operação das leis de concorrência (BELUZZO, 2013, p.172).

Com o crescimento do desemprego estrutural e da precarização do trabalho, originou-se um processo de informalização das relações de trabalho ocasionado em parte pela liberdade do capital selecionar os espaços de produção. O mercado informal, principalmente nas últimas décadas com a crise econômica mundial, originada nos Estados Unidos passou a responder pela forma de inserção de grande parte da mão de obra disponível.

A incapacitação do pagamento de dívidas pelos norte-americanos e por outro lado a ociosidade de parte do capital fixo criado pelas grandes empresas promoveu o crescimento das taxas de desemprego e a ampliação de trabalhos precários. Nessa conjuntura, os países mais desprotegidos economicamente ficaram impossibilitados de criar e sustentar empregos principalmente em setores econômicos frágeis à instabilidade econômica como o da construção civil e automobilístico, os quais representam espaços importantes para alocação dos trabalhadores em condição de trabalhar nessas economias. Milhares de trabalhadores foram lançados ao desemprego e a buscar inserção no mercado de trabalho em ocupações precárias.

Hoje, o emprego remunerado é responsável por cerca de metade do emprego global, abrangendo apenas 20 por cento dos trabalhadores em regiões como a África Subsaariana e o Sul da Ásia. Numa série de economias avançadas

observa-se uma tendência decrescente do emprego remunerado que, assim, se demarca de padrões históricos. Por outro lado, o trabalho por conta própria e outras formas de trabalho fora do âmbito da relação tradicional empregador-trabalhador estão em ascensão. Nas economias emergentes e em desenvolvimento, a tendência histórica para um aumento do emprego remunerado está a abrandar. A incidência de empregos na economia informal e o trabalho familiar não remunerado permanecem persistentemente elevados na maioria dos países em desenvolvimento (OIT, 2015, p.03).

Para Antunes e Druck (2013), a mundialização do capital ocasionou uma explosão de novas formas de trabalho despontando no cenário mundial. Com esta explosão “[...] a informalidade deixa de ser a exceção para tendencialmente tornar-se a regra e a precarização passa a ser o centro da dinâmica do capitalismo flexível, se não houver contraposição forte a este movimento tendencial de escala global” (ANTUNES; DRUCK, 2013, p.214).

A piora dos postos de trabalho teve também como fator preponderante a abertura dos mercados e das economias nacionais em desenvolvimento ou emergentes. Esse processo ofereceu um controle mais débil da legislação trabalhista principalmente após 1990, com o neoliberalismo.

A informalidade se constitui como parte do esforço do capitalismo para recuperar o fôlego da acumulação do capital na fase de reestruturação produtiva na qual o capital se movimenta por todos os lugares e (re) organiza sua dominação.

De acordo com análise de dados disponíveis no site do Banco Mundial por meio do Informe sobre el desarrollo mundial 2013: empleo panorama general, o total de trabalhadores incorporados no mercado de trabalho pelo capital continua abundante. A figura 02 traz dados panorâmicos da situação social e do trabalho no mundo. O trabalho precário, feminino, estrangeiro, em microempresas e até mesmo, a situação do trabalho escravo são o lado perverso de uma sociedade que (re) produz a precariedade das relações sociais sob o jugo do capital.

Figura 02: Panorama mundial da situação social e do trabalho.



Fonte: Banco Mundial, 2012.

No mundo inteiro mais de trezentos milhões de trabalhadores foram incluídos no mercado de trabalho por meio de inúmeras formas de trabalho, e por volta de um milhão e seiscentos mil estão desempregados. Sem falar em outros um milhão e quinhentos mil, que trabalham na agricultura e em pequenos negócios familiares e/ou sob relações de trabalho temporárias e parciais, que são força de trabalho dos países com menor desenvolvimento. O

referido relatório ainda informa que quase duzentos milhões de sujeitos sociais adultos em idade de trabalhar, em sua maioria composta por mulheres, não trabalham nem buscam nenhum trabalho, e não há conhecimento do número de pessoas a procura de emprego.

Acompanha-se no espaço mundial o desenvolvimento de formas precárias de trabalho e a redução do emprego da força de trabalho, mas, mesmo nesse contexto é grande o total de trabalhadores envolvidos no processo produtivo. Esse processo significou, em sua essência, apenas uma reconfiguração do modo de exploração da classe trabalhadora. E, não pode haver nenhuma ilusão de que os sujeitos não inseridos são desnecessários, pois é aí que se vê o seu contrário. Eles são essencialmente necessários na lógica capitalista para rebaixar os salários e o custo da produção.

Segundo Thomáz Júnior (2002), no Brasil a informalidade está em constante crescimento com a reestruturação promovida pelas políticas neoliberais implementadas na década de 1990, incluindo desde os trabalhadores ativos no mercado de trabalho aos desempregados. Nessa forma de organização do mercado de trabalho, os direitos trabalhistas são desfeitos dando plena garantia à realização de processos de trabalho precarizados.

Em entrevistas entre 2015 e 2016, com assessores de crédito do Programa Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil, porém trabalhadores do Instituto Nordeste e Cidadania (INEC), denominados de Agentes de crédito a partir de 2016 constatou-se o obscurecimento da exploração e da alienação realizada por meio de práticas concessivas de incremento de salário e de recompensas extrasalariais. Estas recompensas fetichizam a exploração e a alienação por serem apresentadas como remuneração variável, obtida através do cumprimento de metas e no enquadramento dos trabalhadores de acordo com o tempo de serviço na empresa.

Nas palavras do agente de crédito “nós temos premiação se trabalharmos direitinho, ela acontece em um encontro anual. É só o reconhecimento” (pesquisa de campo, 2016). Segundo outro agente de crédito,

quanto mais tempo você trabalha no programa você vai adquirindo níveis, esses níveis são pra gente assim a cada 125 clientes que você capta e você mantém e vão de um a onze. Você não pode perder aqueles clientes que você captou. Você tem um nível aí você vai aumentando de nível, aí a remuneração vai variando nível um e o valor também. Hoje eu tô no nível cinco. Hoje minha remuneração variável está em torno de R\$ 400,00 porque eu sou nível cinco tem uns aumentos que são de R\$ 70,00 outros que são R\$ 100, 00 e outros que são de R\$ 20,00. Não tem assim valor fixo pra cada nível. Sua manutenção de crescimento na carteira, seus clientes novos tudo isso conta no meu salário, as renovações que a gente faz que no caso é daquele cliente que fica e os outros que não ficam, a inadimplência e o risco

de hoje. O que conta para o nosso salário é o risco por isso que a gente fala são operações tipo hoje entra na minha ida na agência a dependência da parcela de R\$ 1000,00 aí quando entra o mês não vai ser mais esses R\$ 1000,00 no caso hoje na minha carteira tem um milhão e meio aí no caso a inadimplência de 0,5 não influencia nada, mas passou de 0,5 tá 1% 2% você trabalha e não tem lucro aí é um responsabilidade muito grande emprestar dinheiro (pesquisa de campo, 2015).

Ao analisar o depoimento do Agente de crédito, percebe-se a lógica destrutiva do sistema do capital sobre o homem sujeito do trabalho. Este, já não é mais o sujeito de si, se encontra cada vez mais preso aos estratagemas do capital permissivo a exploração.

Neste sentido, é uma ilusão acreditar que o capital possa tornar supérflua a força de trabalho. Em qualquer circunstância, o capital encontra formas vis de controle e dominação da natureza humana, levando o homem a mais profunda condição de precariedade e, ele próprio, se transforma no sujeito da internalização do controle e dominação do trabalho.

CAPÍTULO III - A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO E A ESPACIALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO CREDIAMIGO DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL EM ITABABAINA/SE: INCLUSÃO SOCIAL OU DESENVOLVIMENTO DESIGUAL?

3.1 A política de financiamento no Brasil uma raiz histórica

O Estado brasileiro desde sua origem esteve atrelado à procura do sistema do capital por novos espaços de acumulação e dominação, constituindo um hospedeiro para exploração do capital internacional através da adoção de práticas políticas, que teve no financiamento sua condição de fomento. O financiamento público e privado, interno e externo foi o elo da coalizão das várias oligarquias que compunham o capital mercantil e industrial mantendo a tutela do controle econômico, social e político nas mãos da elite oligárquica.

Segundo Fiori o Estado brasileiro foi “[...] transformado no laboratório experimental de uma estratégia associada, pública e privada, de desenvolvimento, que contou com o apoio dos organismos multilaterais e com o investimento direto do capital privado de quase todos os países do núcleo central do sistema capitalista” (2001, p.270).

No século XX, com a adesão de políticas de desenvolvimento baseadas no crescimento econômico sob a orientação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) o Estado brasileiro iniciou um novo ímpeto de aquisição de empréstimos para consolidar práticas políticas. Este impulso a partir da incorporação do processo de modernização econômica, que se estruturava por meio do estímulo ao progresso produtivo e pelo consumo retroalimentou o capital monetário internacional consolidando a dependência do Estado nacional brasileiro aos ativos financeiros externos. A desigualdade social era sinônima da disparidade entre setores da economia moderno e atrasado.

Segundo Moreira (2014) o Estado nacional brasileiro subsidiou, fomentou e promoveu a formação da sociedade urbano-industrial, que tinha no mercado interno a base da sustentação para seu desenvolvimento a partir da inserção subordinada do Brasil no mercado mundial, produzindo a infraestrutura necessária para consolidar a industrialização nascente.

O Estado direcionou o mercado por meio do controle cambial e fiscal e pela criação de leis trabalhistas, que de forma essencial estipularam as regras de compra e venda de mercadorias e o valor pago pela força de trabalho com a fixação do salário mínimo. Também executou a criação de setores estratégicos como a indústria de base, assegurando o enriquecimento da burguesia industrial e a acentuação da desigualdade social e do endividamento do país.

Os financiamentos realizados pelo Estado assentaram a articulação e integração do Estado nacional na economia mundial, garantindo a apropriação da riqueza pela elite econômica e financeira. Lisboa (2007) destaca que, a entrada de empréstimos e financiamentos estrangeiros no país tornou-se o principal instrumento para superar o atraso econômico levando à ampliação da desigualdade regional e social além de vários focos de tensões no espaço brasileiro. Como afirma Moreira,

A sociedade brasileira é uma sociedade historicamente concentradora e excludente. Concentradora no sentido da distribuição desigual de riqueza e renda. Excludente no sentido da marginalização da maioria da população do poder de decisão dos caminhos e formas de organização da sua própria forma de sociedade (2014, p.299).

O projeto cepalino, a partir da segunda metade do século XX com ênfase no dinamismo interno através do setor industrial e na integração nacional para superar o atraso econômico fomentado pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) perdeu força para explicar a condição desigual das economias capitalistas no circuito mundial. Nesse momento, a explicação do atraso passou a se constituir pela condição de dependência econômica dos países no circuito do capital mundial. Tornou-se necessário adotar um novo modelo de ataque ao desenvolvimento desigual, no qual emergiu um novo pensamento sobre o desenvolvimento focado na região.

Segundo Lisboa (2007), a política de desenvolvimento foi direcionada ao financiamento dos organismos multilaterais, que passaram a exigir a captação de financiamentos do Estado, gerando um desenvolvimento social e espacial distinto.

A estratégia de desenvolvimento adotada pelo Estado, a qual permitia e preservava a acumulação do setor privado, pois assumia o compromisso de organizar o espaço e dotá-lo de infraestrutura, de outra parte intensificou a dependência do país às economias centrais e aumento da dívida externa.

A estratégia de desenvolvimento adotada pelo Estado assumia o compromisso de organizar o espaço e dotá-lo de infraestrutura, de outra parte intensificou a dependência do país às economias centrais e aumento da dívida externa.

Desse modo, Cacciamali (2001, p.11) destaca que, “o norte desse conjunto de ideias e suas principais características residem em criar condições para o fortalecimento de uma sociedade de regime democrático, centrada numa economia de mercado, constituindo o setor privado o motor do crescimento econômico”. Porém, essa parceria teve um custo crucial para o Estado nacional brasileiro, sancionou sua exploração pelo capital internacional e nacional

através dos juros pagos pela dívida externa e interna, ao mesmo tempo em que, criou mecanismos de abertura da economia aos investimentos estrangeiros que exploraram as riquezas natural e social brasileira.

A partir da década de 1980, com a recessão econômica mundial e a perda da capacidade das economias desenvolvidas de manterem o volume de empréstimos para os países subdesenvolvidos endividados refinanciarem seus débitos e continuarem alimentando o sistema do capital a estrutura do Estado nacional entrou em crise. Esta ocorreu a partir da incapacitação de o Estado honrar seus compromissos e garantir a contratação de novos empréstimos, que mantivessem seu poder de coordenador do crescimento econômico implicando em uma crise de governança, cuja resultou na ingovernabilidade¹⁵ e na dissolução da política desenvolvimentista.

A dívida externa do Brasil, contraída no período de 1978 a 2007, aumentou e de acordo com dados disponíveis em revista publicada em 2008, vinculada a Associação Auditoria Cidadã da Dívida Pública¹⁶. Esta foi multiplicada por cinco segundo a associação, e nesse mesmo período, o Estado pagou R\$ 262 bilhões de dólares a mais do que recebeu de empréstimos. De acordo com a revista,

a dívida interna do governo brasileiro era inexpressiva no início da década de 90. Cresceu a partir do Plano Real, atingindo R\$ 62 bilhões em 1995. Entre 1995 e 2007 pagamos 651 bilhões de reais só de juros; mesmo assim, a dívida multiplicou por 20, e passamos a dever 1 trilhão e 390 bilhões de reais em 2007 (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA REDE JUBILEU SUL/BRASIL, 2008, p.07).

Com a crise desenvolvimentista iniciou-se um processo de reestruturação estatal, que se fundamentou na difusão de políticas descentralizadoras, sustentadas na teoria neoliberal. A função do projeto descentralizador é garantir o funcionamento do Estado, preservando os interesses privados à medida que transfere a responsabilidade pelo desenvolvimento para os governos locais e a sociedade civil. Ao mesmo tempo ofertava “um amplo espectro de linhas

¹⁵ Segundo Pereira (1997, p.60) governança é a capacidade do Estado de tornar efetivas as decisões do governo, através do ajuste fiscal, que devolve autonomia financeira ao Estado, da reforma administrativa rumo a uma administração pública gerencial (ao invés de burocrática), e a separação, dentro do Estado, ao nível das atividades exclusivas de Estado, entre a formulação de políticas públicas e a sua execução; governabilidade corresponde ao aumento do poder do governo graças à existência de instituições políticas que garantam uma melhor intermediação de interesses e tornem mais legítimos e democráticos os governos, aperfeiçoando a democracia representativa e abrindo espaço para o controle social ou democracia direta.

¹⁶ A Auditoria Cidadã da Dívida é uma associação sem fins lucrativos. As atividades da Auditoria Cidadã da Dívida se iniciaram logo após o Plebiscito Popular da Dívida Externa, realizado no Brasil em setembro do ano 2000, em 3.444 municípios do País, organizado por diversas entidades da sociedade civil brasileira, especialmente pela Campanha Jubileu Sul (Auditoria Cidadã da Dívida, 2016). Disponível em: <<http://www.auditoriacidadada.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 12 maio. 2016.

de crédito e expande os subsídios e outros favores, procurando dar guarida à pulverização de interesses imperantes” (BRANDÃO, 2012, p.152).

Nos anos 2000, “o país destinou cerca de 40% de seu orçamento para o pagamento aos rentistas”, tal fato evidencia a importância e o impacto dos empréstimos externos e internos nos rumos da economia no presente (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA REDE JUBILEU SUL/BRASIL, 2008, p.3). É esse exame do processo de constituição do Estado nacional que segundo Brandão nos leva,

a lançar luz sobre a natureza de nosso padrão histórico de crescimento, com concentração brutal da terra, da riqueza, da renda e do poder. Ou seja, demonstra que a coalizão de poder, o “bloco histórico” que domina o país, se alimenta e se reproduz, também, da extensividade, do caráter itinerante, da fuga para frente, recorrentemente se reproduzindo em busca de fontes de valorização que utilizam a dimensão continental e a dialética da alta concentração geográfica e, ao mesmo tempo, altíssima “capilaridade” e capacidade de interiorização e “saída para dentro” que o capitalismo brasileiro aprendeu a utilizar, constituindo cadeias produtivas longas e complexas (2012, p.91).

Em 2007, as autoridades priorizaram “o pagamento de juros e amortizações (ou seja, o principal) da dívida consumiu 30,59% dos recursos, enquanto áreas sociais fundamentais receberam muito menos” (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA REDE JUBILEU SUL/BRASIL, 2008, p.08). De acordo com a Auditoria Cidadã da Dívida feita pela Rede Jubileu Sul Brasil “a saúde, por exemplo, ficou com apenas 5,17%, enquanto a educação com apenas 2,58% e a Reforma Agrária 0,46%. [...] Se for levado em conta o refinanciamento (ou seja, o pagamento de amortizações com a emissão de mais títulos), a fatia do orçamento comprometida com a dívida sobe para 53,2%” (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA REDE JUBILEU SUL/BRASIL, 2008, p.09).

Para Fiori (2001), o processo de formação econômica e desenvolvimento social no país se realizaram sob uma sociedade cada vez mais desigual. O contínuo crescimento do Produto Interno Bruto e da riqueza está centrado na retroalimentação periódica da expansão de crédito, do investimento internacional e do endividamento externo do país.

De outra parte, a situação do trabalho no país sempre foi de dificuldades para a classe trabalhadora, o que desencadeia uma história de luta e resistência dos trabalhadores. Para conciliar os conflitos e amenizar as tensões sociais, o Estado passou a desenvolver políticas sociais focalizadas para conter as pressões por direitos sociais, que a partir da adesão do pacote fiscal pós-1980 foram reduzidos. As agências internacionais de desenvolvimento, de maneira singular o Banco Mundial, que se tornou um dos principais irradiadores de

projetos sociais focalizados sob a ideologia de superação da pobreza, passaram a conduzir o destino das políticas públicas em escala mundial. A pobreza passou ser o novo foco de atuação dos governos para negligenciar e silenciar o conflito capital-trabalho latente com a desestruturação do mercado de trabalho, que se dava com a flexibilização e desregulamentação do processo produtivo. Para Kraychete, o caráter da política pública na era neoliberal,

[...] orienta a focalização das políticas, com os mais pobres devendo ser atendidos por políticas de caráter compensatório e os demais por políticas orientadas pelo mercado. Enquanto as políticas compensatórias devem agir em favor do fortalecimento das capacidades individuais, com o propósito de fortalecer os indivíduos, de forma a que estes possam competir em igualdade de condições com outros grupos, as políticas orientadas para o grupo dos pobres, sustentam-se nos valores expressos no empreendedorismo competitivo (2005, p.21).

Os países desenvolvidos, ditadores das regras do comportamento desde a escala mundial até a local, submetem os países subdesenvolvidos e definem estratégias políticas redistributivas de decisões externas e não redistributivas de igualdade social e renda como é vinculado no discurso oficial.

Com a adoção do neoliberalismo, efetivam-se políticas e programas de cunho compensatórios e focalizados, demandados pelo Banco Mundial, FMI, BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) dentre outras instituições que orientam a política de desenvolvimento brasileiro. Estas políticas se tornam um mecanismo fecundo para a territorialização do capital financeiro no espaço nacional, postas como um elemento indispensável para o desenvolvimento social e econômico brasileiro. É com base nesse pressuposto que será analisada a política de microcrédito.

3.2. Breve histórico do microcrédito no Brasil

Diante da financeirização da economia, o microcrédito despontou e ganhou notoriedade na década de 1990 no Brasil, principalmente nos anos 2000 por meio do reforço dado pela institucionalização do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), em 2005. Esta modalidade de microfinança adquiriu destaque com o alinhamento do Estado brasileiro a políticas neoliberais sustentadas no discurso do desenvolvimento local e capacidade individual para a geração de emprego e renda.

O microcrédito, apesar de ganhar notoriedade nas últimas décadas, contudo já havia sido posto em prática no país desde os anos de 1970 (BARONE *et. al* ¹⁷, 2002). A União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO) foi a entidade pioneira a financiar a modalidade microfinanceira, [...] “também considerada a primeira experiência de microcrédito na América Latina”. Nos anos de 1980, surgiram outras experiências desenvolvidas através de “incentivos financeiros e metodologia internacionais” (MIGUEL, 2012, s/n).

De acordo com documento publicado em 2002 pelo Banco Central do Brasil (BCB), realizado pelo Conselho da Comunidade Solidária, “a UNO financiou milhares de pequenos empreendimentos, em Pernambuco e na Bahia, formou dezenas de profissionais especialistas em crédito para o setor informal e, durante muitos anos, foi a principal referência em expansão dos programas de microcrédito da América Latina” (BARONE *et al*, 2002, p.15).

O Banco da Mulher/Seção Bahia, pôs em prática um programa de concessão de microcrédito adotando a metodologia dos grupos solidários de crédito. O Sistema Nacional de Emprego do Ceará (SINE/CE) desenvolveu o Programa de Produção (PAMICRO), a partir de recursos oriundos do Serviço Alemão de Cooperação Técnica Social (DED) e do Programa de Prioridades Sociais, do governo Sarney.

Também surgiram os Centros de Apoio ao Pequeno Empreendedor (CEAPES), organizados sob a coordenação da Federação Nacional de Apoio a Pequenos Empreendedores (FENAP) em várias capitais. Em 1987, foi posta em prática a primeira experiência da CEAPE¹⁸, a Federação de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (FENAPE), hoje CEAPE Nacional. Segundo Barone *et al*,

Diferentemente de outros países da Ásia e América Latina, a indústria de microfinanças no Brasil, até 1994, era praticamente inexistente. Apenas a Rede CEAPE, com treze filiadas, e o Banco da Mulher, associado ao Banco Mundial da Mulher, com sete filiadas operavam no país. As altas taxas inflacionárias, a tradição de crédito ao consumidor e um marco legal não propício são apontados como principais causas desse atraso (2002, p.08).

No entanto, a partir da década de 1990 o microcrocrédito alcançou a demarcação do campo legal de atuação dos agentes de fomento e também passou a ter expressividade social e

¹⁷ O estudo do Conselho de Economia Solidária especificado denomina-se Introdução ao Microcrédito. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 15 de jul. 2015.

¹⁸ A análise das primeiras experiências de microcrédito no país pode ser encontrada em MIGUEL (2012) Microcrédito no Brasil: uma agenda de política pública para o mercado de microfinanças, e SANTIAGO (2001) Microcrédito para “empreendedores”: a im (pertinência) da política de geração de ocupação e renda e combate à pobreza no mundo do trabalho contemporâneo, XVI Encontro de Economia Política.

econômica. O fomento dessa modalidade de financiamento foi garantido por meio de associações sem fins lucrativos, das quais fazem parte as OCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), ONGs (pessoas jurídicas de direito privado) e cooperativas de crédito e também por instituições com fins lucrativos, nas quais estão a Sociedade de Crédito ao Microempendedor (SCM) e instituições pertencentes ao Sistema Financeiro. Para Lima,

Não é novidade a adoção de políticas neoliberais enquanto resposta de enfrentamento. A novidade consiste na adoção, por parte dos Estados, de mecanismos oriundos do mercado financeiro enquanto proposta de geração de trabalho e renda. Estes mecanismos passam a ditar o vocabulário das políticas sociais a partir da década de 1980 (2011, p.40).

A ampliação do mercado informal nesse momento se erguia na mesma proporção em que o capital exercia seu poder de comando desrealizador sobre o homem o tornando “supérfluo” para produção de valor efetivando um extenso espaço de atuação para o mercado de microfinanças. O novo olhar sobre a informalidade com o consenso da impossibilidade de existir o fim das atividades formais abriu espaço para as instituições financeiras atuantes no mercado incluírem a força de trabalho que está fora do mercado formal nos programas de financiamento de crédito.

Nesse sentido, o microcrédito adquiriu um papel considerável na articulação do espaço econômico local através das políticas creditícias. Cacciamali (2001) chama atenção que,

[...] o processo de informalidade mostra o aumento das diversas modalidades de desemprego, mudanças nas formas de inserção laboral, nas relações de trabalho assalariado, nos contratos individuais, nas negociações e contratos coletivos definidos com os sindicatos, rumo à definição de outras regras ou conjunto de regras (p.15).

Os desequilíbrios econômicos e a ruína das garantias trabalhistas tiveram como uma de suas mais fortes expressões o crescimento da inserção no mercado de trabalho através de relações de trabalho “autônomo” e domiciliar. O microcrédito, assim ganhou espaço como suporte na inclusão desse grupo de trabalhadores no mercado.

A formação de pequenos negócios em cooperação com os grandes grupos que comandam o mercado produtivo facilitou a flexibilização da produção e a exploração do trabalho em todos os espaços e domínios, seja articulando a produção a um custo menor, seja estimulando a montagem de pequenas empresas, agentes inseridos no mercado de créditos. Assim, as políticas creditícias se fortalecem na economia brasileira transformadas em aliadas da inclusão e ascensão social.

É inegável que uma das bases que sustentam a “teoria sobre o microcrédito” é o setor informal, visto como uma realidade permanente do mercado de trabalho. Por outro lado, não parece haver, naquela teoria, uma preocupação em conceituar claramente a informalidade e entender sua constituição, seus desdobramentos históricos, seus antecedentes e os impactos que gera sobre os trabalhadores. Há, aparentemente, uma visão segundo a qual o setor informal, se bem abastecido de crédito produtivo, tornar-se-á estratégico no “combate à pobreza”, o que, por sua vez, funda-se na já citada concepção de empreendedorismo (COLODETI, 2012, p.92).

Segundo Soares e Melo Sobrinho (2008), nos últimos 25 anos, as microfinanças sofreram uma expansão veloz, calcula-se que mais de trinta milhões de pessoas têm acesso a esses serviços ofertados por mais de dez mil instituições especializadas, das quais centenas podem ser avaliadas como entidades financeiras maduras por oferecerem serviços de forma adequada. Em entrevistas realizadas no município de Itabaiana/SE com tomadores de empréstimo foi constatado o envolvimento das pessoas com os programas de crédito direcionados ao microcrédito. A maior parte dos tomadores de empréstimo afirmou fazer parte de programas de crédito há certo tempo.

[...] Se eu não me engano eu acho que nem sei aqui deve ser mais de cinco a sete anos (pesquisa de campo, 2016).

[...] Eu acho que há uns quatro anos faço empréstimos. Renovo de seis em seis meses (pesquisa de campo, 2016).

[...] Eu acho que eu tirei os dois ou três empréstimos quando eu trabalhava do Bacana porque o pessoal lá que irá tira hoje. (pesquisa de campo, 2016).

[...] Ah! Nem lembro mais acho que tiro empréstimos há doze anos (pesquisa de campo, 2016).

Desse modo, verifica-se no espaço local a realização das atividades de microfinanças e com ela a transferência para a esfera financeira à riqueza produzida pelo trabalhador na esfera produtiva. Isso acontece sob o ideário da geração de emprego e renda evocado pelo Estado e encampado pelos bancos.

A espacialização do mercado creditício pode ser constatada ao verificarmos o patrimônio líquido dos bancos no país: de R\$ 11,4 bilhões por meio de transações com cartões de crédito e débito, o que representou um acréscimo de 40,7% no valor total do patrimônio desses agentes entre 2012 e 2015, segundo dados coletados na FEBRABAN (2015).

A Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), em seu relatório anual sobre o balanço do setor bancário no país em 2015, informou que o lucro líquido do setor bancário

atingiu R\$ 143,6 bilhões com um acréscimo de 43,6% em igual período. Já o total de consumidores ativos no sistema financeiro alcançou um total de um milhão e sessenta e cinco mil pessoas, que de acordo com o estudo, representou um aumento de 50,0% nesse intervalo de tempo.

Os dados da FEBRABAN comprovam a eficácia do capital rentista no Estado brasileiro na etapa de flexibilização e desregulamentação produtiva, que promoveu o desemprego de grande parte dos sujeitos em idade ativa e permitiu diversas formas de exploração dos trabalhadores disponíveis no mercado de trabalho por meio de ocupações precárias, como as informais que, são um recurso para a adesão aos empréstimos e financiamentos existentes nos bancos.

Também é importante destacar, o crescimento do número de agências bancárias no país entre 2010 a 2014 (Relatório de Inclusão Financeira 2015, realizado pelo Banco Central do Brasil) revelando o caráter atrativo do Brasil para o capital rentista.

As tabelas 04, 05 e 06 demonstram o crescimento total de agências bancárias no país e a faixa de renda dos que solicitam empréstimos. Observa-se o aumento do número de agências bancárias entre os anos de 2010 e 2014, passando de 18.213 (2010) para 23.279 (2014), representando um crescimento de 5.066 agências em apenas 4 anos. Destaca-se ainda, a presença do capital privado (nacional e estrangeiro) que somava 9.918 agências em 2010, passando a 13.041 em 2014, demonstrando a ampliação das agências financeiras no país.

Segundo o Relatório de Inclusão Financeira 2015 do Banco Central do Brasil até 2014 havia 1392 instituições financeiras atuando no país. A região Nordeste tinha de acordo com esse relatório 2.672 agências ou sedes bancárias, 1.601 postos de atendimento e 6.795 postos de atendimento eletrônicos.

Tabela 04: Brasil – total de agências bancárias por controle de capital, 2010-2014.

	2010	2011	2012	2013	2014
Privado Nacional	6.631	7.644	7.665	7.635	9.246
Privado Estrangeiro	3.287	3.471	3.636	3.819	3.795
Público	8.295	8.507	9.295	9.950	10.238
Total	18.213	19.622	20.596	21.404	23.279

Fonte: BCB/Unicad

Os dados da tabela 05 e 06 a seguir são significativos para demonstrar a faixa de renda dos que buscam o crédito, assim como a condição em que ele é solicitado (consignado e sem consignação). Os tomadores do crédito consignado estão concentrados na faixa de até 3 a até

5 s.m. Isso significa que são tomadores com baixo rendimento, funcionários públicos, aposentados ou pensionistas. Por outro lado, os que solicitam o crédito sem consignação estão concentrados na faixa de rendimentos acima de 10 s.m. Tal fato revela o endividamento das pessoas ao mesmo tempo em que as instituições financeiras estimulam a realização de um volume crescente de empréstimos.

Tabela 05: Brasil – volume de crédito pessoal por faixa de renda sem consignação, dezembro de 2012-2014.

	Dez-2012	Dez-2013	Dez-2014
Sem Rendimento	1%	1%	0%
Até 3 s.m	22%	23%	24%
De 3 a 5 s.m	14%	13%	14%
De 5 a 10 s.m	22%	21%	21%
Acima de 10 s.m	41%	42%	41%

Fonte: BCB/SCR, 2015.

Tabela 06: Brasil – volume de crédito pessoal por faixa de renda Consignado, dezembro de 2012-2014.

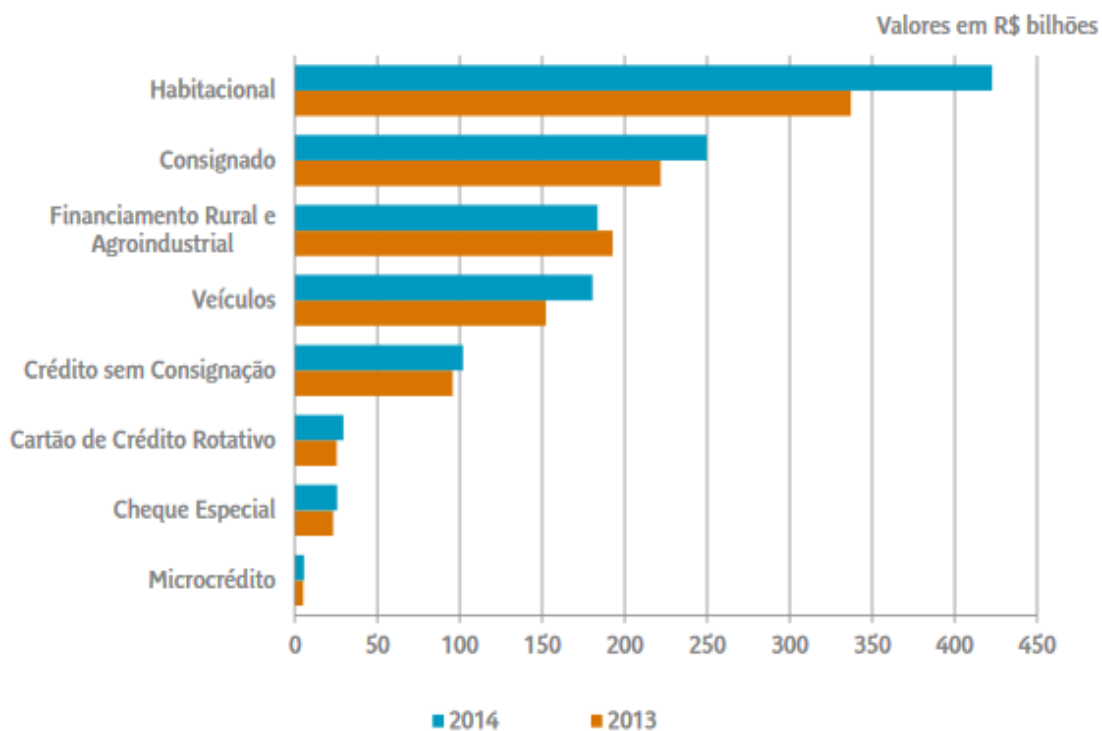
	Dez-2012	Dez-2013	Dez-2014
Sem Rendimento	2%	2%	1%
Até 3 s.m	35%	35%	36%
De 3 a 5 s.m	19%	18%	17%
De 5 a 10 s.m	22%	23%	23%
Acima de 10 s.m	22%	22%	22%
Todas as faixas	100%	100%	100%

Fonte: BCB/SCR, 2015.

Outra questão de extrema relevância é o crescimento das várias modalidades de crédito no país como é identificado no gráfico 02 que, demonstra a expansão de crédito em setores essenciais para a existência humana, como é o caso da moradia. Mais de R\$ 400 bilhões do valor da carteira de crédito total utilizada no Brasil foram para pagamento da moradia nos anos de 2013 e 2014, revelando a natureza da política habitacional do país. Cabe ao próprio indivíduo arcar com as despesas de moradia através de financiamento. Os dados do gráfico são preocupantes por revelarem a fragilidade social do brasileiro. O apelo ao crédito se constitui em uma forma de suprir as necessidades de moradia, transporte e atividades

produtivas. O indivíduo assume, ele próprio, a realização de obrigações que são tradicionalmente realizadas pelo Estado.

Gráfico 02: Brasil – valor da carteira total de várias modalidades de crédito pessoa física, 2013-2014.



Fontes: dados do BCB/SCR para o microcrédito e do BCB/SQS (séries 20.587, 20.573, 20.574, 20.579, 20.581, 20.612, 20.609, 20.615) para as demais modalidades

O gráfico 02 também retrata em sua natureza o endividamento da classe trabalhadora, a qual é destituída do poder de controle e de compra dos mesmos objetos que produz todos os dias, visto que se observa o desempenho da modalidade de financiamento do microcrédito. Este, apesar de se constituir um mercado favorável e excelente para alocação do capital em sua etapa financeirizada é o que apresenta o menor valor da modalidade de crédito analisada pelo relatório do Banco Central. Entretanto, essa circunstância não retira sua serventia para a reprodução ampliada do capital, pois este necessita de todas as unidades individuais que o compõe uno na fragmentação. Esse fato explica também porque na etapa de dominação mundial da relação social do capital ele não aniquila atividades ou setores mais frágeis.

As microfinanças, assim aparecem como “boa moça” que irá levar os bons ventos quando na verdade, como explica Lima (2011, s/n) “sabe-se que o incentivo ao empreendedorismo através da política de microcrédito não anula a possibilidade de os indivíduos envolvidos serem explorados pelo capital, ao passo que a crença de uma falsa autonomia reforça ainda mais a dificuldade de alterar esta relação de exploração”.

No propósito funcional da superação da pobreza, o mercado microfinanceiro se institucionalizou no país. Um esforço “saúdável” e fácil ao capital financeirizado que, se apodera do trabalho (atividade) de milhares de vítimas da política financeira internacional dissimulada no trato da pobreza. Surgem no país diversos programas e várias Sociedades de Crédito ao Microempreendedor, cooperativas de crédito, dentre outros agentes, os quais agenciam a força de trabalho sem emprego, ou com renda baixa por meio da promessa de uma condição social digna a buscarem cada dia mais se incluïrem no mercado de crédito, no qual o microcrédito se encaixa levando os trabalhadores ao endividamento e a intensificação da exploração.

O microcrédito ganha relevo para minimizar as consequências do crescimento do desemprego e suprir as demandas da população por inclusão produtiva no Brasil e em Sergipe, pois a história está e é construída em constante movimento espacial que, produz e refletem as relações sociais de produção, os espaços são resultantes desse movimento da totalidade no qual as partes são movidas pelo movimento geral.

Com a implementação da Nova Política de Desenvolvimento Territorial em Sergipe no ano de 2007 foi criada uma reorganização espacial, que redefiniu o território. O espaço foi delimitado em oito territórios de planejamento para auxiliar na tomada de decisões e priorizar as demandas sociais da sociedade local sustentados na argumentação do planejamento participativo da sociedade e gestores.

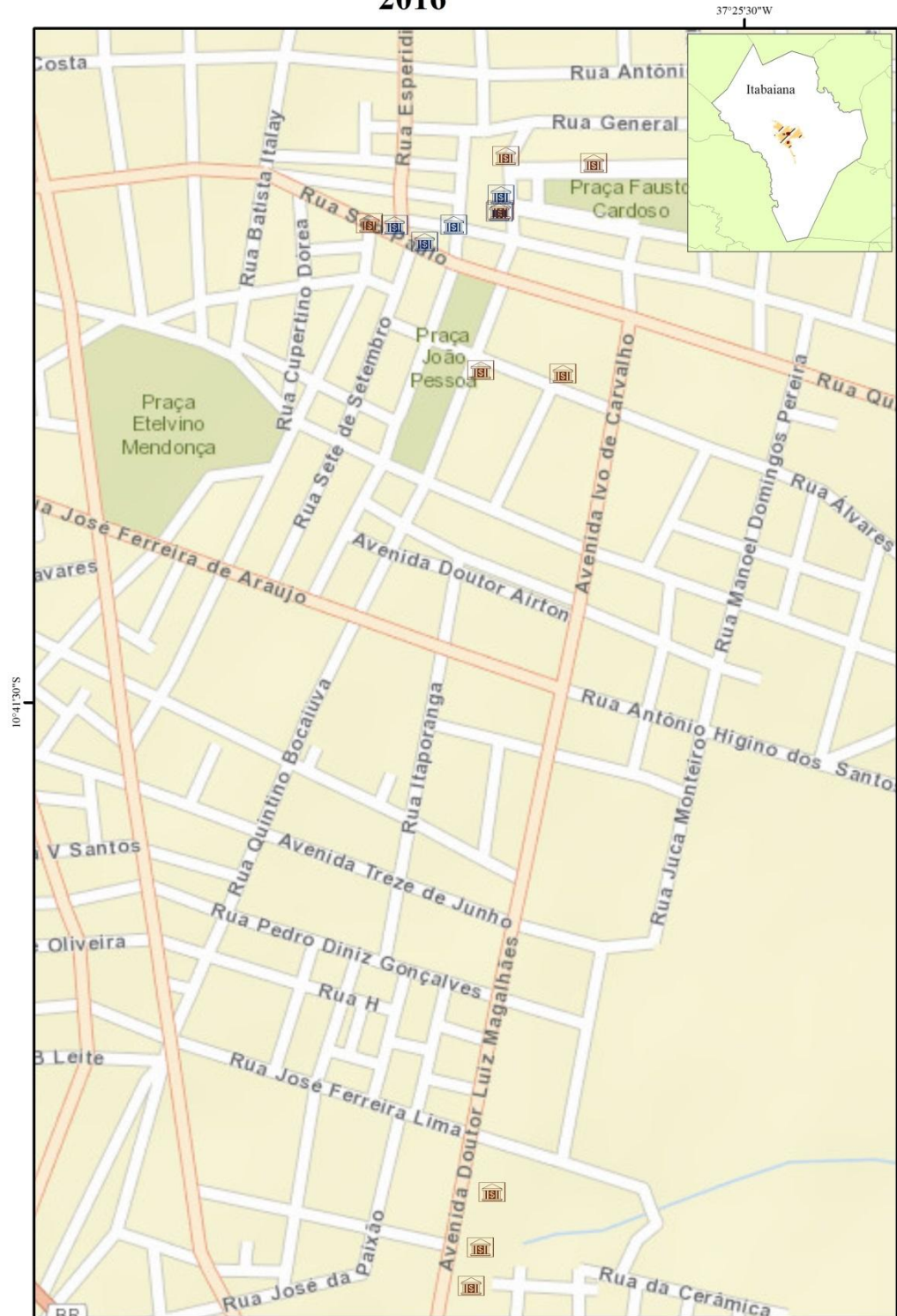
Os territórios foram definidos de acordo com critérios como identidade cultural, econômico-produtiva e geoambiental, respeitando os municípios que os compõem. Desta forma, criaram-se as denominações dos territórios Alto Sertão, Médio Sertão, Sul, Centro Sul, Leste Sergipano, Agreste Central, Baixo São Francisco e Grande Aracaju (SERGIPE, 2015).

Essa política lançou a base de sustentação do discurso do desenvolvimento territorial pelo talento pessoal no estado tendo como emblema o empreendedorismo. Foi um dos mecanismos mais estimuladores dos programas de crédito direcionados à inclusão social e produtiva na escala local.



Em pesquisa de campo em Itabaiana/SE entre 2015 e 2016, identificou-se nesse município agências e instituições financeiras, como Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Banco do Estado de Sergipe e Banco do Nordeste do Brasil reorganizando e produzindo novas dinâmicas espaciais e sociais nesse espaço (ver figuras 03, 04, 05, 06, 07 e 08). Na figura 03, a qual mostra a distribuição espacial desses agentes no espaço itabaianense é visível a (re) organização espacial, que esses agentes financeiros promovem nesse espaço.

Conforme visto nas figuras a seguir, que demonstra diversas financeiras em Itabaiana e a espacialização destas no município, as quais estão presentes na área comercial. Evidencia-se a forte presença do capital financeiro e a busca dos representantes do capital portador de juros pela dominação do espaço local. Assim, constituindo um território de grande capacidade atrativa e de geração de lucro.

Figura 03: Itabaiana
Distribuição de Bancos e Financeiras
2016



Fonte: Google Earth; BNB (2016); SRH (2014).
Base Cartográfica: Altas Digital sobre
Recursos Hídricos de Sergipe, 2014.
SIRGAS_2000.
Organização: Maria Joseane Costa Santos, 2016.
Digitalização: Edésio Alves de Jesus, 2016.

 Agências
 Financeiras



0 0,045 0,09 0,18 0,27 km

Figura 04: Itabaiana/SE – Agência Financeira Euro Serviços Financeiros.



Foto: Maria Joseane Costa Santos, pesquisa de campo, 2016.

Figura 05: Itabaiana/SE – Agência Financeira Center Crédito Financeira Consignado.



Foto: Maria Joseane Costa Santos, pesquisa de campo, 2016.

Figura 06: Itabaiana/SE – Agência Financeira Karolaine Financeira, 2015.



Foto: Maria Joseane Costa Santos, pesquisa de campo, 2016.

Figura 07: Itabaiana/SE – Agência Financeira Crefisa.



Foto: Maria Joseane Costa Santos, pesquisa de campo, 2016.

Figura 08: Itabaiana/SE – Agência Financeira UBLA Consorciado MJ Promotora.



Foto: Maria Joseane Costa Santos, pesquisa de campo, 2016.

Conforme visto nas figuras 04, 05, 06, 07 e 08 há diversas financeiras com distintas qualificações alocadas no espaço local. Nessa lógica é possível entender o papel atrativo do local na submissão dos indivíduos inseridos e excluídos no mercado de trabalho formal ou informal na lógica mundializada do capital. Segundo a dona de um posto de financiamento vinculado ao Banco BMG, que está há 19 anos no mercado de empréstimo,

o retorno dos empréstimos que no início das vendas eram melhores, o prazo era menor, mais pessoas pegavam empréstimo e o juros continuam o mesmo, tem diminuído o mercado, pelo volume de financeiras, que tem em todo lugar, principalmente nas épocas de aumento de salário, aí é que a gente vende mais (pesquisa de campo, 2016).

Segundo a entrevistada,

todo mundo prefere o empréstimo consignado que os juros são mais baratos, mas pode ser também servidor do estado com o contracheque. Acredita que tem cerca de 10 financiadoras em Itabaiana, abre e fecha muitas, diminui a clientela, geralmente quando o cliente inicia a fazer empréstimo parece um ciclo vicioso, e acha que vai pegar dessa vez, mas sempre que tem a possibilidade de pegar, ai pega novamente, a maioria das pessoas, 90% que fizeram empréstimo, renova (pesquisa de campo, 2016).

A entrevistada relatou também possuir cerca de 200 clientes fixos na financiadora dela, que todos os anos pegam empréstimo. Atualmente tem cerca de 500 clientes.

os que são fixos renovam umas 16 vezes, porque antigamente tinha um menor prazo, a gente podia financiar de 6 em 6 meses, hoje com o prazo aumentou, é a partir de dois anos que faz a renovação, o prazo é maior, antes eram 3 anos, agora são 6 anos, não faz de carteira assinada, e sim de funcionário público ou aposentado e pensionista do INSS, já desconta da folha de pagamento, não precisa ter o nome limpo, não precisa ser financiado, não faz nenhum tipo de exigência, além de que ele já seja vinculado a uma conta específica, que você sabe que o dinheiro vai cair todo mês, já é repassado pra gente, não tem como ele não pagar (pesquisa de campo, 2016).

Também é relevante a organização espacial dessas financeiras. Estas se organizam junto à área comercial da cidade, funcionando como atrativo para o endividamento das pessoas e para sua inserção em programas de financiamento à medida que já estão próximos do comércio. (ver figura 09).

Em entrevista de campo, a proprietária de financiadora destacou que, “as financeiras são próximas uma dá outra, a concorrência é muito grande, quando sai de uma a outra já está olhando, isso impacta muito na queda dos lucros, fora as pessoas de pastinha que vive na rua que ganham comissão das financeiras, ela não trabalha com pastinha” (pesquisa de campo, 2016).

Figura 09: Localização de Financeira em Itabaiana/SE.



Foto: Maria Joseane Costa Santos, pesquisa de campo, 2016.

Para Carlos,

No plano do lugar vive-se a contradição do principal (reveladora de outras) que funda o processo de produção do espaço: o processo de produção social do espaço em conflito com sua apropriação privada, posto que, numa sociedade fundada sobre a troca, ele próprio produzido enquanto mercadoria (portanto ligado à forma mercadoria), se reproduz sob a lei do reprodutível. Coordenado por estratégias específicas em cada momento da história do capitalismo (que se estende cada vez mais ao espaço global e que cria novos setores de atividade como extensão das atividades produtivas), o espaço, produzido continuamente enquanto mercadoria, entra no circuito da troca atraindo capitais que migram de outros setores da economia em busca de valorização. Esse movimento explica a emergência de novas formas de dominação do espaço, ordenando, e direcionando a ocupação, fragmentando e tornando os espaços negociáveis a partir de operações que se realizam no mercado. Desse modo, a produção do espaço determina o acesso diferenciado da sociedade, gerando conflitos em torno dos lugares ocupados/vividos (tanto no campo quanto na cidade) No cerne do conflito encontramos a diferenciação espacial como desigualdade sócio-espacial (2013, p.83).

É necessário destacar também que Itabaiana possui 09 agências bancárias das 215 existentes em Sergipe em 2015, de acordo com o IBGE. E, os bancos atuantes de acordo com a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) são: Banco do Brasil, Banco do Estado de Sergipe S.A., Banco do Bradesco, Banco do Nordeste do Brasil S. A., Caixa Econômica Federal e Itaú Unibanco S.A.

Conforme relato dos entrevistados em 2015 e 2016 foi possível observar como essas pessoas são motivadas a se articular à lógica da acumulação pela via financeira movida, quase sempre, pela busca de trabalho e renda para sanar as necessidades mais urgentes, como pagamento de água, energia, vestir-se e se alimentar.

O que me fez agora voltar é a mesma situação a questão é que a gente não tinha dinheiro para negociar e aí preciso pegar esse empréstimo se não como vou sobreviver (pesquisa de campo, 2015).

Porque foi bom assim. Proporcionou a mim mesmo para investir no meu trabalho e agora sim tem três anos que eu pego agora que eu pego crédito pessoal só falta uma para começar a pagar de novo no grupo e individual eu pego os dois (pesquisa de campo, 2016).

Eu já tirei uma vez, um ano aí. Eu parei aí tirei junto com meu genro, aí eu parei e tirei para a mercearia. Aí parei, aí quando foi agora eu precisei para botar uma distribuidora de água e de botijão que eu botei. Aí eu peguei mais, tornei a pegar empréstimo de novo, agora já peguei com outra turma, porque essa turma já não pagava mais. (pesquisa de campo, 2016).

Nesse sentido, os motivos que levam os sujeitos a aderirem os programas de crédito estão voltados para pagamento de contas, dívidas e para negócios de pequeno porte. Quase

sempre circundados pela busca das necessidades reais, apesar das necessidades ilusórias criadas para sustentar a reprodução ampliada do capital, exercerem fascínio e os levem a adquirir esses empréstimos.

Tirei para pagar dívidas, que estava devendo (pesquisa de campo, 2016).

O dinheiro é bom se souber investir, por exemplo, tenho umas amigas que pegam empréstimo para sofá, cama outras é loja... é mais mulher que faz esse crediamigo. Outras querem comprar uma biz (pesquisa de campo, 2015).

Eu peguei assim porque eu procurei uma outra coisa assim né, porque para a gente ficar parado hoje é difícil né. Aí eu procurei um meio de sobreviver, de ter uma rendazinha. E eu não achava como né, aí eu achei assim mais fácil eu ir para água mineral, aí eu botei a distribuidora de água, só que eu perdi muito, eu comecei a vender botijão também só que foi proibido né, a justiça proibiu né, aí agora eu tô sobrevivendo vendendo água mesmo, só vendi botijão uma semana, só fiz mesmo perder dinheiro com os botijão mesmo (pesquisa de campo, 2016).

Para Chauí (2004), a transformação histórica ocorrerá quando homens e mulheres compreenderem que fazem a história. Porém, para esse momento ocorrer necessitará que haja condições e uma delas é uma massa de homens e mulheres sem direito à produção o que é totalmente contraditório na sociedade produtora de mercadorias. E de outro, haja uma divisão social que produza uma massa de expropriados por todo o espaço. Dessa forma, o homem terá consciência do real valor da práxis e que são produto e produtores da exploração.

Assim, é fundamental destacar que a lógica da espacialização do capital financeiro volátil e de relações de trabalhos também flexíveis encontrou no espaço local um substrato perfeito para exercer um poder manipulatório sobre o espaço e os sujeitos sociais a partir da ideologia empreendedora que envolve o município. As microfinanças, desse modo encontram respaldo material e ideológico seja por parte do poder local ou por parte da sociedade local.

3.3. O local na mundialização financeira

Os gestores locais são responsáveis pela tarefa de dotar o espaço de infraestrutura para que possa receber investimentos. Como afirma Harvey (2005b), depois de 1980, os governos passaram a ser coagidos a ceder a práticas empreendedoras. O papel principal do “bom” gestor era promover inovações e empreender-se para aproveitar diferentes possibilidades, que atenuassem a crise do capital na década anterior que imobilizou Estado. Os governantes locais tinham que assumir uma nova postura atrelada à liberdade da entrada e saída de capital, mas

ao mesmo tempo deveriam proteger e sancionar a alienação e a exploração da classe trabalhadora local.

Para Harvey (2005b), o empreendedorismo urbano se efetiva a partir de quatro estratégias: a primeira por meio da concorrência espacial para oferecer aos capitalistas os melhores atrativos e vantagens específicas que tornem o espaço local o espaço do capital, na segunda opção essa atração se dá por meio do fomento a uma qualidade diferenciada do local. O espaço local torna-se um local de prazer, lazer, descanso, enriquecimento, dentre outras possíveis características; na terceira opção está direcionado ao espaço do comando capital financeiro. O local é o espaço da concentração e centralização do capital na fase de mundialização e por último o empreendedorismo pode se dá por meio da redistribuição de ativos financeiros, ofertando a estrutura para o capital.

Em entrevista com funcionário do SEBRAE do posto de atendimento da regional Itabaiana/SE se constatou esse processo requisitado na escala mundial se assentando no espaço local. Segundo o entrevistado vários bancos governamentais como Caixa Econômica Federal, BNB, Banco do Brasil, dentre outros fazem parcerias com o SEBRAE e por meio desta entidade sem fins lucrativos, que atua principalmente junto aos micro e pequenos empreendedores captam e estimulam a força de trabalho a inserção em programas creditícios que alimentam o sistema financeiro.

[...] por meio de dados estatísticos pelo microcrédito as taxas de inadimplentes não são muito altas, enfim eles conseguem mesmo pagar o acordado pelos bancos financiadores de crédito. [...] pelo que sei pelos dados estatísticos no caso esses programas dão super certo até porque a inadimplência é até pequena quantas pessoas novas de um ano pra cá que é o tempo que eu tenho do SEBRAE são quase sempre pessoas novas que estão entrando nesse mercado elas se mostram inseguras quanto a isso desejando sempre mais do que isso. (pesquisa de campo, 2015).

Também em entrevista realizada com o coordenador geral do SEBRAE da unidade regional de Itabaiana/SE, que compõe uma área de atuação em treze municípios: Itabaiana, Carira, Pinhão, Frei Paulo, Pedra Mole, Ribeirópolis, Macambira, Moita Bonita, São Domingos, Campo do Brito, Santa Rosa de Lima, Malhador e Areia Branca ficou claro a atuação dos bancos em todas as escalas espaciais vinculados a flexibilização da produção e o estímulo a atividades informais.

Segundo entrevistado, diversos bancos atuam no espaço itabaianense captando empreendedores formais (micro e pequenas empresas e MEIs¹⁹) e informais, empreendedores que buscam montar um negócio por meio de parcerias com o SEBRAE. “O SEBRAE direciona esses trabalhadores a buscarem as linhas de crédito daqueles bancos, que se associam a essa entidade privada sem fins lucrativos no município” (pesquisa de campo, 2015).

É fundamental para o pequeno negócio ter acesso o crédito, porque assim ele precisa comprar máquinas, ele precisa estruturar o seu negócio, seja para uma pequena reforma que ele pretende fazer, aniversário da loja, para ampliação ou algo a respeito e essas parcerias são fundamentais porque elas compreendem o crédito orientado. E o crédito orientado ele é um crédito bom porque além de financiar ele orienta a forma adequada que aquele empreendedor deve levar a cabo o crédito que ele tomou. Então os microcréditos são fundamentais para os pequeninhos mesmo que ainda não são formais e estão procurando se estruturar em busca da formalização (pesquisa de campo, 2015).

Desse modo, acompanha-se a expansão da política de financiamento de crédito com o crescimento da informalidade e do desemprego no Brasil. O Plano Plurianual 2012/2015 apresentado na posse do primeiro governo da ex-presidenta Dilma Rousseff em 2011 foi um impulsionador da disseminação dos programas e políticas de microcrédito e evidencia a diretriz estratégica da política governamental de emprego e renda dos últimos cinco anos para o mercado de trabalho.

A abertura e incentivo a políticas de crédito como mecanismo de garantia e ampliação do mercado de trabalho se estabelecem na ação dos governos como meta para saída da pobreza e desenvolvimento do país e os gestores locais se unem nesse objetivo.

dada a correlação positiva do investimento produtivo com o crescimento do nível de ocupação da força de trabalho, é preciso garantir a expansão diversificada do crédito. Em outros termos, cabe estimular o investimento produtivo dos micro e pequenos empreendedores urbanos, o que inclui desde as Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedores Individuais e os empreendimentos econômicos autogestionários e coletivos, próprios da Economia Solidária; além de garantir o investimento em inovação tecnológica e em empreendimentos próprios do setor de Turismo, Exportação e Agricultura Familiar (BRASIL, 2011, p.169).

¹⁹ O MEI (microempreendedor individual) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar hoje até R\$ 60.000,00 por ano ou R\$ 5.000,00 por mês, não ter participação em outra empresa como sócio ou titular e ter no máximo um empregado contratado que receba o salário-mínimo ou o piso da categoria. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

Nesse sentido, de acordo com Smith “o capital busca não um equilíbrio construído na paisagem, mas um equilíbrio que seja precisamente viável para criar sua capacidade de se deslocar nas paisagens de maneira sistemática. Este é o movimento em vaivém do capital, que está subjacente ao processo mais amplo do desenvolvimento desigual” (1988, p.213).

O Estado neoliberal permite e estimula a desregulamentação das relações de trabalho para garantir a acumulação do capital. Este vem tecendo relações, que reforçam o controle do trabalhador sob o discurso ideológico de garantia e sustentação do emprego e renda. Um exemplo dessa abertura do Estado para assegurar os anseios capitalistas é o PPE²⁰ - Programa de Proteção ao Emprego criado no Brasil em 2015, no qual o Estado nacional brasileiro assume a incumbência de auxiliar e encarregar-se de parte dos custos da produção.

Esse Programa permitiu aos capitalistas reduzir até trinta por cento da jornada de trabalho e, em contrapartida diminuir essa porcentagem do salário dos trabalhadores, a qual será paga pelo Estado com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

No estado de Sergipe, segundo o Censo Demográfico 2010, a População Economicamente Ativa de 10 anos ou mais de idade somava 927.790 pessoas, das quais 530.486 correspondiam ao gênero masculino e 397.304 eram do gênero feminino. A tabela 06 destaca o total da População Economicamente Ativa quanto ao vínculo de trabalho. Os dados revelam um contingente alto de trabalhadores sergipanos sem carteira de trabalho assinada e que exerciam trabalho por conta própria e que sofrem de forma mais acentuada a precarização.

Tabela 07: Sergipe – população economicamente ativa, 2010.

Vínculo empregatício	Total de trabalhadores por vínculo empregatício
Trabalhadores com carteira assinada	289.232
Trabalhadores sem carteira assinada	201.172
Trabalhadores por conta própria	201.681
Empregadores	12.246

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico 2010.

Organização: Maria Joseane Costa Santos, 2015.

O capital reformula, redesenha os espaços e as relações sócio-espaciais na busca por formas atrativas para a permanência da população no mercado de trabalho. Assim o discurso endógeno alia-se a ideologia da vocação empreendedora possibilitando que grande parcela da

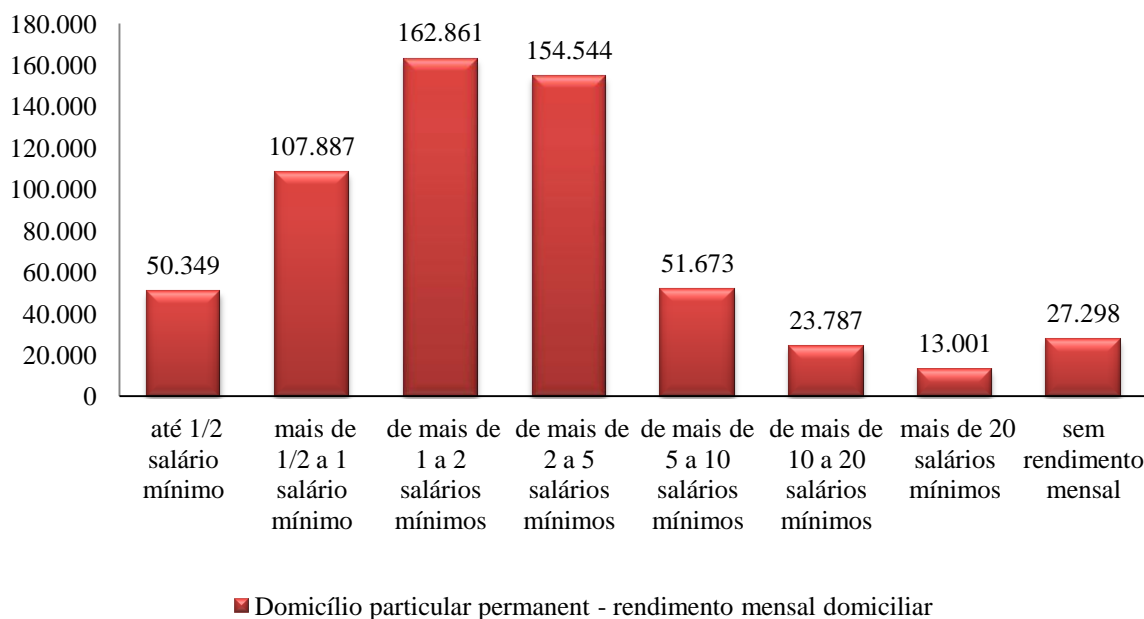
²⁰ O PPE é o Programa de Proteção ao Emprego criado em 2015 pela lei 13.189/2015 (LEI ORDINÁRIA) 19/11/2015, que tem como objetivos possibilitar a preservação dos empregos em momentos de retração da atividade econômica; II - favorecer a recuperação econômico - financeira das empresas; III - sustentar a demanda agregada durante momentos de adversidade, para facilitar a recuperação da economia; IV - estimular a produtividade do trabalho por meio do aumento da duração do vínculo empregatício; e V - fomentar a negociação coletiva e aperfeiçoar as relações de emprego. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/index.php/ppe>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

População Economicamente Ativa seja explorada através de relações de trabalho formal ou informal.

A disparidade econômica e a desigualdade social visível no rendimento mensal dos moradores dos domicílios particulares torna o estado um território permeável à instalação e implementação de políticas e dos programas de microcrédito. A renda baixa das famílias dificulta o acesso às condições básicas de sobrevivência e muitas passam a buscar novas alternativas, como o microcrédito.

O gráfico 03 trata dos domicílios permanentes por rendimento mensal (Censo Demográfico 2010). Os dados revelam o predomínio daqueles com renda mensal de 01 a 02 salários mínimos, que acrescentados aos domicílios de $\frac{1}{2}$ a 01 salário mínimo representam um percentual de 54,3% dos domicílios particulares sergipanos.

Gráfico 03: Sergipe – domicílios particulares permanentes por rendimento mensal familiar, 2010.



Fonte: Censo Demográfico - IBGE, 2010.

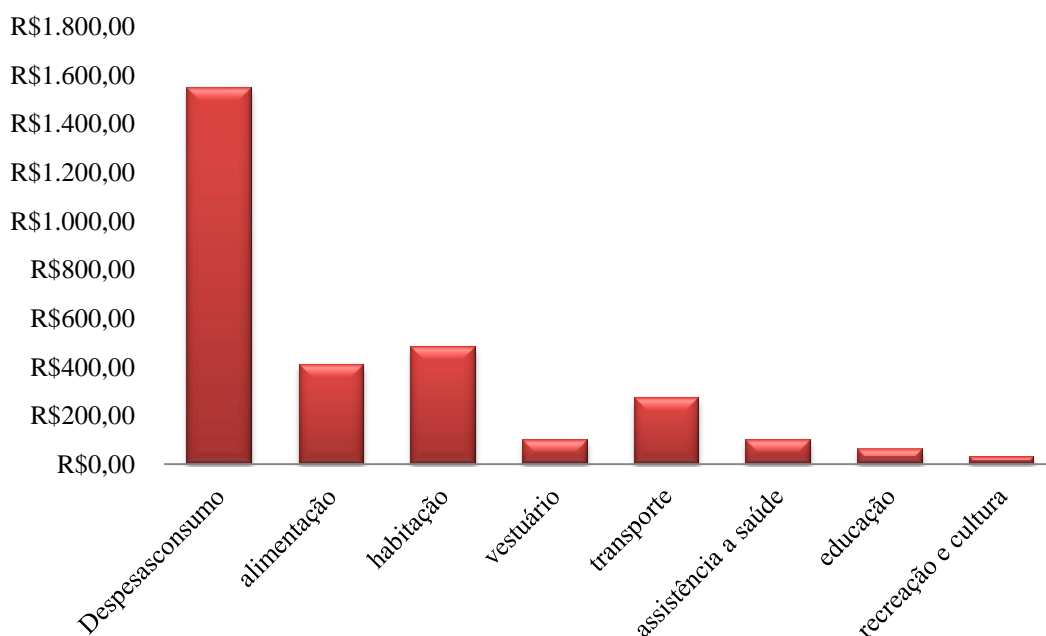
Organização: Maria Joseane Costa Santos, 2015.

O estudo dos orçamentos familiares 2008-2009 (Despesas e Rendimentos) revela que a despesa total média mensal familiar no estado soma R\$ 1809,83, da qual as despesas de consumo atingem o valor de R\$ 1542,57. O valor total das despesas familiares com itens

básicos representa o equivalente a R\$ 1441,25 das despesas médias totais mensais das famílias.

O gráfico 04 ilustra a despesa média mensal familiar com itens básicos entre 2008 e 2009, em Sergipe, e feitas às reduções entre o rendimento total e a variação patrimonial médio mensal familiar equivalente a R\$ 1837,36 e o valor das despesas básicas, as quais somam R\$ 1441,25. Restam somente R\$ 396,11 no orçamento familiar. Também ao fazer a diferença entre o rendimento total médio mensal familiar R\$ 1749,37 e a despesa total média mensal familiar R\$ 1809,83 é perceptível a disparidade entre a renda e as despesas alcançando um valor negativo de R\$ – 60,46.

Gráfico 04: Sergipe - despesas média mensal familiar com itens básicos, 2008 e 2009.



Fonte: IBGE estados - Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 - Despesas e Rendimentos.
Organização: Maria Joseane Costa Santos, 2015.

A oscilação dos preços dos serviços no estado acompanha o ritmo inflacionário da economia brasileira o que se reflete no comprometimento do orçamento familiar no fim da primeira década dos anos 2000. A economia mundial vivia a crise financeira dos Estados Unidos e dos países europeus que se espalhou por todos os países, criando um aumento excessivo dos itens básicos. Na medida em que os salários se encontravam estagnados e o Estado não assistia à população houve um solapamento da renda familiar.

Nos anos mais recentes a desaceleração econômica do país se deu em consenso com a crise da economia mundial, que tem como um dos grandes fatores a queda do crescimento

econômico chinês causou forte impacto nas economias nacionais, produzindo uma queda tendencial nos últimos anos das taxas de emprego aberto²¹.

Este processo de eliminação da capacidade de geração de novos empregos nos países atingiu de maneira acentuada as economias locais, logrando a maior parcela da força de trabalho para a qualidade de exército de reserva e criando filas por empregos nas cidades como se verifica na figura 10.

Figura 10: Fila de emprego no Centro Comercial em Aracaju/SE.

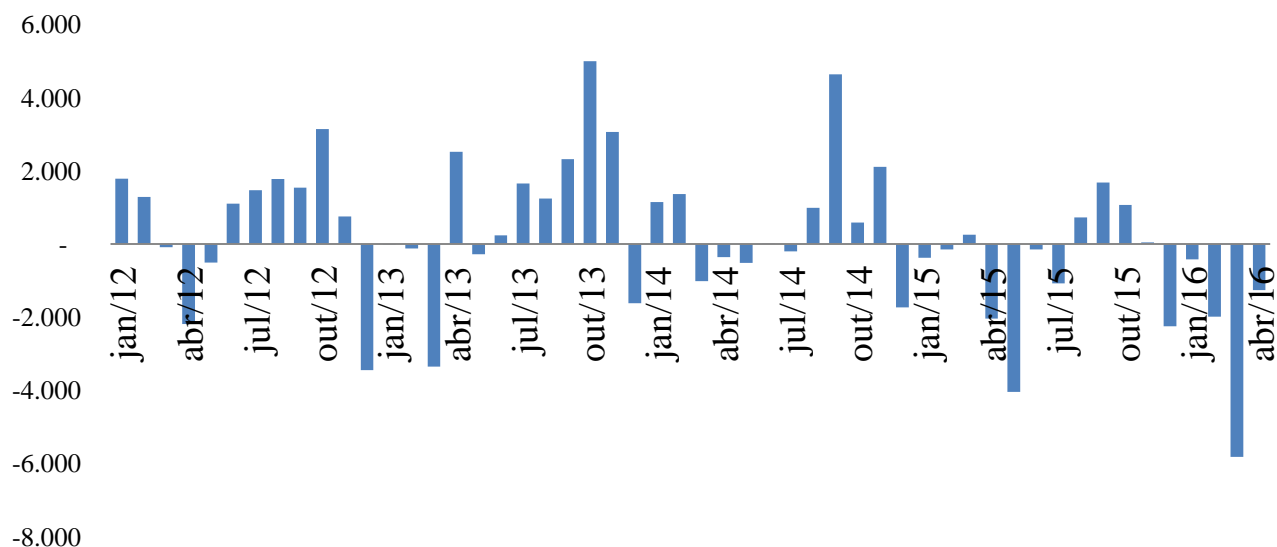


Foto: Maria Joseane Costa Santos, pesquisa de campo, 2016.

Segundo Pochmann (2012), o desemprego que assola o país e ataca a sociedade brasileira como uma epidemia tem raízes na estagnação econômica das décadas de 1980 e 1990 e no modelo de inserção brasileira no mercado internacional desfavorável a geração e sustentação do emprego no Brasil.

Em Sergipe, o mercado de trabalho acompanha a crise da redução do emprego em escala nacional que vem se arrastando no país nos últimos anos e que se agravou nos dois últimos anos com a redução dos preços dos agroindustriais que tem maior peso na balança comercial favorável do país. No gráfico 05 pode se observar e analisar esse fenômeno.

²¹ Segundo Pochmann desemprego aberto corresponde aos trabalhadores que procuram ativamente uma ocupação, estando em condições de exercê-la imediatamente e sem desenvolver qualquer atividade laboral, indica o grau de concorrência no interior do mercado de trabalho em torno do acesso às vagas existentes (2012, p. 78).

Gráfico 05: Sergipe – saldo mensal de emprego, 2012-2015.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, 2016.

Organização: Maria Joseane Costa Santos

É possível verificar que no estado de Sergipe nos últimos cinco anos vêm ocorrendo uma grande oscilação das taxas de emprego segundo o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) órgão responsável por verificar o total de trabalhadores empregados e desempregados no país. Estes dados também revelam a natureza das ocupações criadas em Sergipe que são sazonais de acordo com alguma data festiva, influenciando no surgimento de vagas de emprego de maneira mais eficaz no setor de serviços, do qual faz parte o comércio e o período da colheita de safras agrícolas.

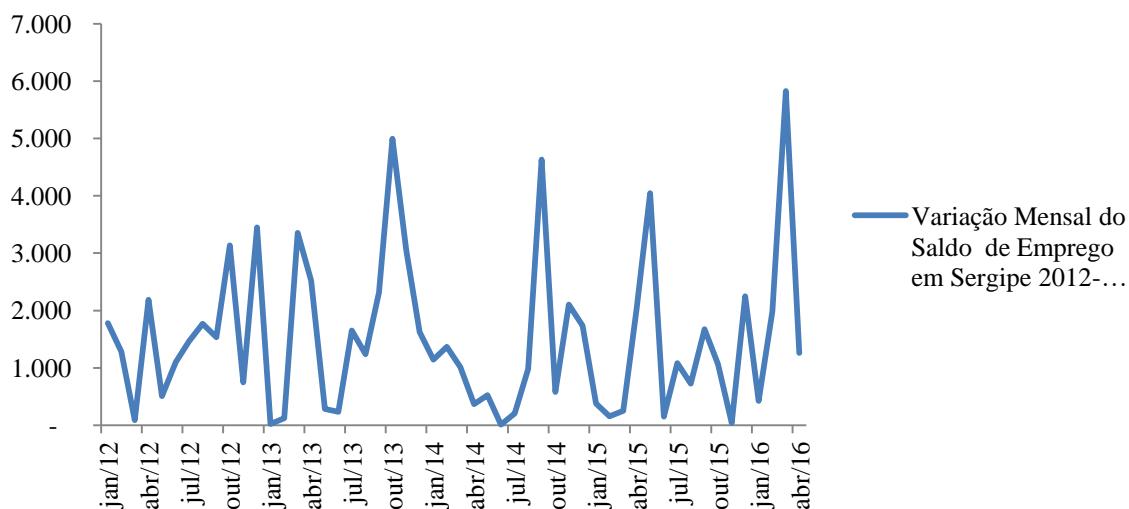
Essa situação é verificável ao analisar os dados catalogados pelo Observatório de Sergipe, que traz informações sobre o total de sujeitos que são introduzidos ou excluídos do mercado de trabalho em Sergipe. Segundo informações do Observatório, em outubro de 2015 o total de empregos criados em Sergipe foi maior que o de desligamentos, o que se deve ao fato da colheita da cana de açúcar expressando claramente a não garantia de emprego estável para os trabalhadores. Essa situação é como afirma Alves,

Num primeiro momento, o desemprego (ou desocupação) era, de certo modo, um *tempo de parada* para imensos contingentes da população trabalhadora: “tempo de parada” é aquele tempo de preparação e de espera da alteração do ciclo da economia. Era quase que um *ciclo de espera* com certa sazonalidade social. Entretanto, na medida em que se altera a composição orgânica do capital, ou seja, incrementa-se a produtividade do trabalho, com as empresas absorvendo menos trabalhadores, a incorporação relativa dos desempregados tende a diminuir em período de crescimento da economia capitalista. Para uma parcela crescente da força de trabalho não-

ocupada, “tempo de parada” se interverteu na “parada do tempo” (2007, p.102 – grifo do autor).

O gráfico 06 revela a oscilação do emprego em Sergipe, demonstrando os picos de crescimento das taxas de emprego no estado, acompanhando o descenso do mercado de trabalho nacional. Pode se constatar que em momentos de recuperação da economia do país o desemprego cai, como é visível entre 2013 e 2014 com o boom do setor da construção civil no país para arrefecer os efeitos da crise.

Gráfico 06: Sergipe – variação mensal do saldo de emprego, 2012 – 2016.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, 2016.

Organização: Maria Joseane Costa Santos, 2016.

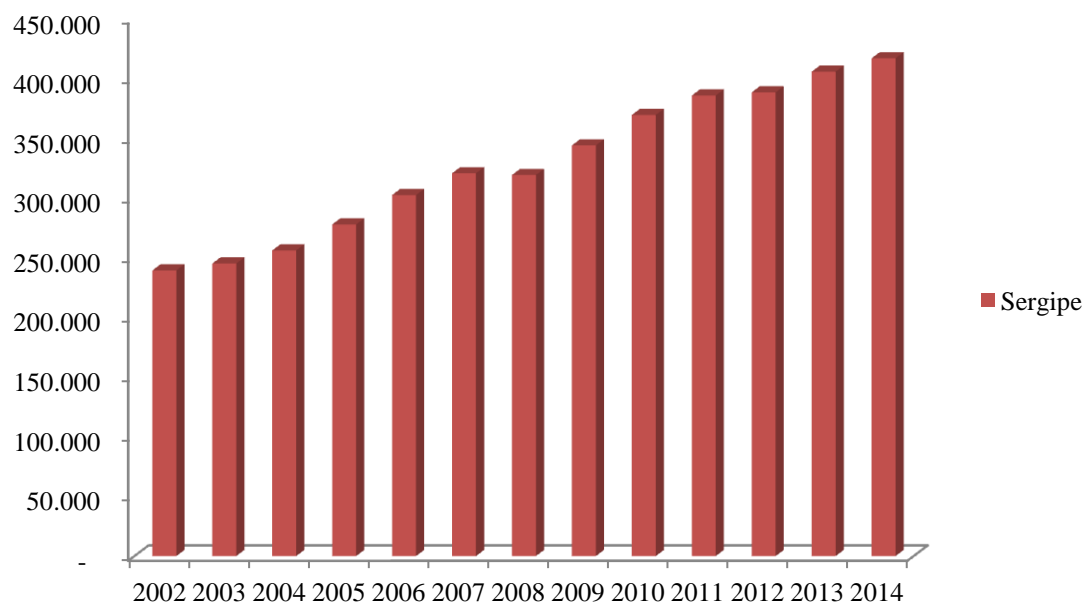
Segundo Andrade,

Outro fator que leva a indústria da construção civil a ter função de minorar os efeitos de crises econômicas no Brasil é a questão do salário/consumo. Ou seja, o consumo das pessoas desempregadas é relativamente baixo, contudo as pessoas empregadas consomem desde produtos perecíveis até bens de consumo duráveis, pois a ideologia do consumo torna este parte fundamental para a concretude do ciclo do capital – a mídia tem papel fundamental na disseminação desta (2013, p.50).

O gráfico 07 ilustra o valor do crescimento total de emprego criado no na última década no estado de Sergipe. Verifica-se que o saldo total de empregos tem crescido. Porém, em ritmo lento a partir de 2008, momento no qual foi deflagrada a crise econômica mundial em sua aparência imobiliária, a qual mesmo que apresente momentos de recuperação é sintomática da crise da sustentação das relações desiguais dos homens. Assim, o que se vê são

tentativas eficientes até certo ponto para incluir os trabalhadores no mercado de trabalho que possam consumir.

Gráfico 07: Sergipe – estoque de emprego, 2002 – 2014.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/ Relação anual de informações sociais – RAIS, 2014.
Organização: Maria Joseane Costa Santos, 2016.

A instabilidade do mercado de trabalho em Sergipe é perceptível na última década. É necessário destacar que, apesar do aumento do saldo total de empregos criados no estado de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) há um crescente movimento de incerteza no mercado de trabalho no estado de Sergipe. Nesta circunstância, esse movimento possibilitou a mobilização dos sujeitos nesse espaço em programas de financiamento de crédito, dentre os quais os financiamentos com pequenos valores para a classe trabalhadora com menor renda.

3.4. Microcrédito: o Programa Crediamigo.

As políticas de financiamento de microcrédito ganham relevo nesse panorama, pois o mercado passou a ser o campo intitucionalizado para efetivar o repasse a sociedade para gerir as necessidades humanas. O crescimento do setor bancário no estado de Sergipe revelado na soma das operações de crédito realizadas sinaliza a espacialização. Estas somaram 14.229 milhões até junho de 2013, totalizando as operações a pessoas físicas e jurídicas. “As operações destinadas para pessoa física somaram, em junho, R\$ 8.706 milhões (61,2% do

total) e as operações destinadas à pessoa jurídica R\$5.523 milhões (38,8% do total)”, (Panorama da Economia Sergipana, 2011).

Em 2012, “no final de setembro, o saldo das operações de crédito realizadas no Nordeste alcançou R\$ 273,9 bilhões, registrando-se uma expansão de 22,9% sobre igual posição no ano passado, de acordo com informações fornecidas pelo Banco Central”, referente a 2011 (Conjuntura Mensal BNB, 2012).

Um dos bancos mais efetivos nessa modalidade é o Banco do Nordeste do Brasil através do Programa de Microcrédito Crediamigo direcionado a trabalhadores formais e informais da zona urbana, que alcançou em 2011, 1.046.062 clientes ativos, uma carteira ativa R\$ 1.144,88 milhão, atendeu a 483.131 clientes novos e acumulou um total de 2.034.525 milhões de clientes atendidos. Em relação aos empréstimos desembolsados levando em consideração a variável (quantidade) atendeu a 2.246.905 milhões de clientes. Os empréstimos desembolsados somaram (R\$) 2.975,86 milhões e o valor médio de empréstimos atingiu R\$1.324,43²² milhão.

Em 2014 de acordo com dados coletados no boletim de notícias na Agência de notícias do Banco divulgadas por ele “o lucro líquido do ano foi de R\$ 747,4 milhões e o resultado operacional foi de R\$ 1,13 bilhão, o que corresponde a um crescimento de 107% e 105%, respectivamente, frente ao ano anterior. Com esse resultado, a rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio ficou em 23,2%. Em 2013, essa mesma rentabilidade foi de 14,0%” (BNB, 2015).

O Banco do Nordeste do Brasil de acordo com informações da instituição bancária coletadas na Agência de notícias do Banco investiu R\$ 8, 5 bilhões em 2015 no Programa de Microcrédito Crediamigo. O valor buscou beneficiar cerca de 2,1 milhões de pessoas. Também a partir das informações coletadas o Crediamigo realizou 15,5 mil operações de crédito por dia, contando com uma carteira de 1,9 milhão de clientes ativos e o valor médio dos empréstimos é de R\$ 1,8 mil e as taxas de juros variam entre 0,99% e 1,20% ao mês²³ (BNB, 2015).

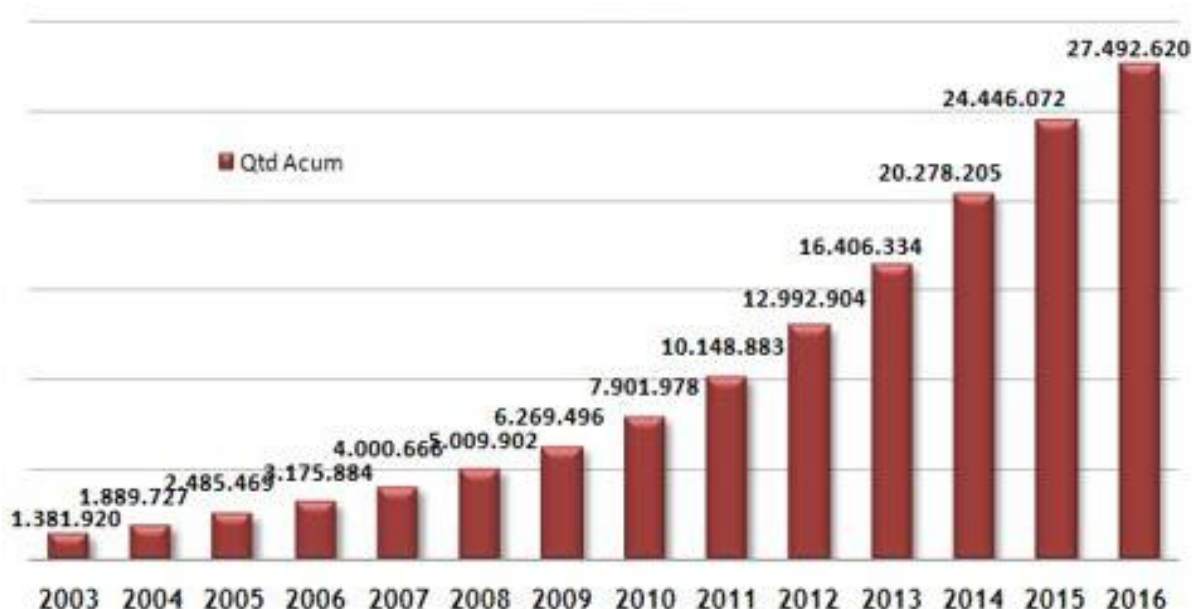
Em 2016 somente até setembro o Banco do Nordeste do Brasil quantificou um total de 3.046.548 operações de crédito relacionadas ao Programa Crediamigo com um valor de 27.492. 620 contrações acumuladas. O valor desembolsado até setembro de 2016 alcançou R\$ 5. 765,20 milhões, já o valor acumulado atingiu R\$ 42.245,60 milhões. Os gráficos 08 e 09,

²² Dados referentes à clientela do banco em 2011 e 2012, obtidos no Relatório Anual BNB 2011 e 2012.

²³ Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/sala-de-imprensa>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

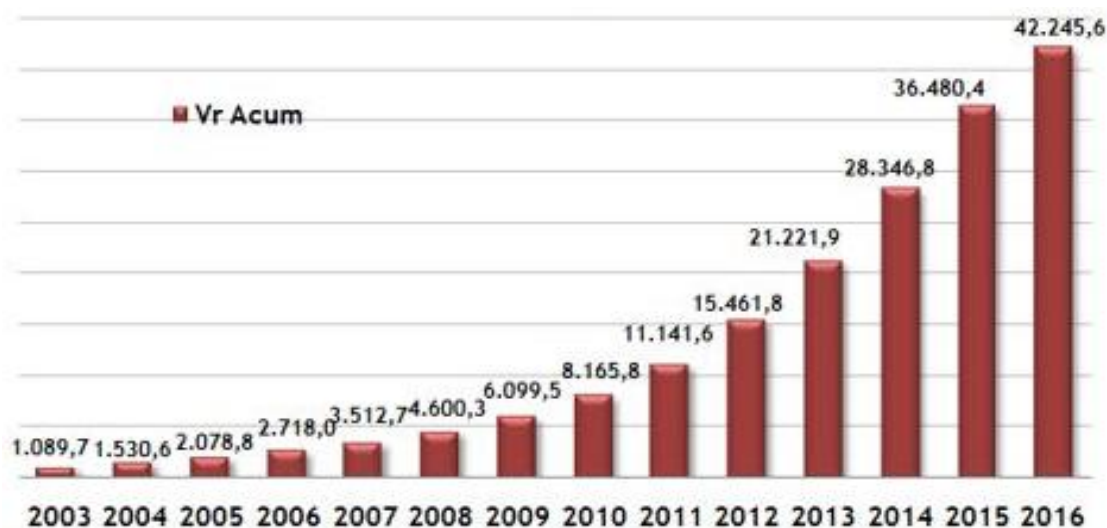
extraídos dos resultados²⁴ lançados pelo Banco demonstram o crescimento desse Programa nos últimos treze anos.

Gráfico 08: Brasil – contratações do Programa Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil setembro, 2016.



Fonte: Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/resultados>>. Acesso em: 08 out. 2016.

Gráfico 09: Brasil – valores de crédito desembolsados acumulados do Programa Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil setembro, 2016.

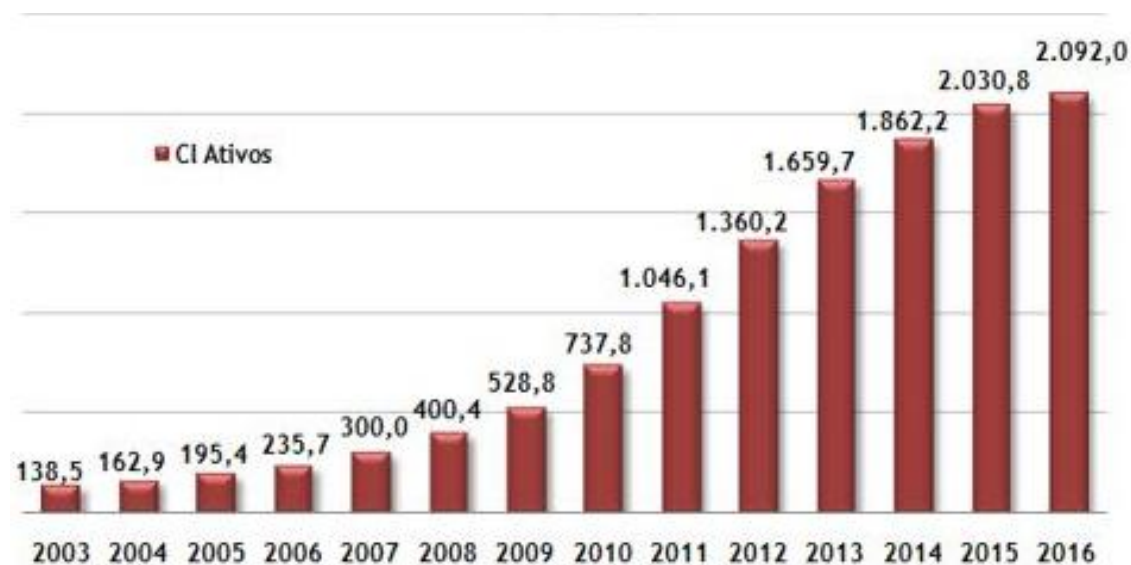


Fonte: Banco do Nordeste do Brasil, 2016. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/resultados>>. Acesso em: 08 out. 2016.

²⁴ Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/resultados>>. Acesso em: 10 out. 2016.

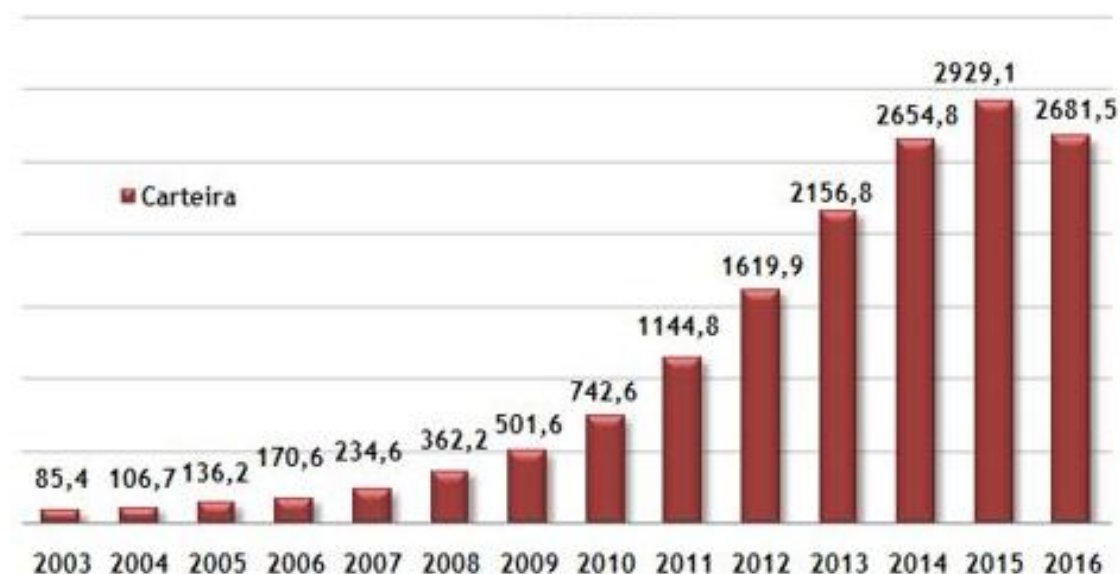
Em 2016 o Banco do Nordeste alcançou 2.092 milhões de clientes ativos e uma carteira ativa de 2.681,5 milhões de clientes. Este banco atua na região Nordeste e também em parte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo na capitalização bancária das pessoas mais pobres. A prerrogativa da superação da desigualdade, da autonomia individual e social fez o banco expandir em 2015 as aplicações no setor do empreendedorismo, em empreendimentos menores segundo informações dos responsáveis pela aplicação do banco (ver gráficos 10 e 11).

Gráfico 10: Brasil – Crediamigo – carteira clientes ativos em mil, Set/2016.



Fonte: Banco do Nordeste do Brasil, 2016. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/resultados>>. Acesso em: 10 out. 2016.

Gráfico 11: Brasil – Crediamigo carteira ativa (R\$ milhões), Set/2016.



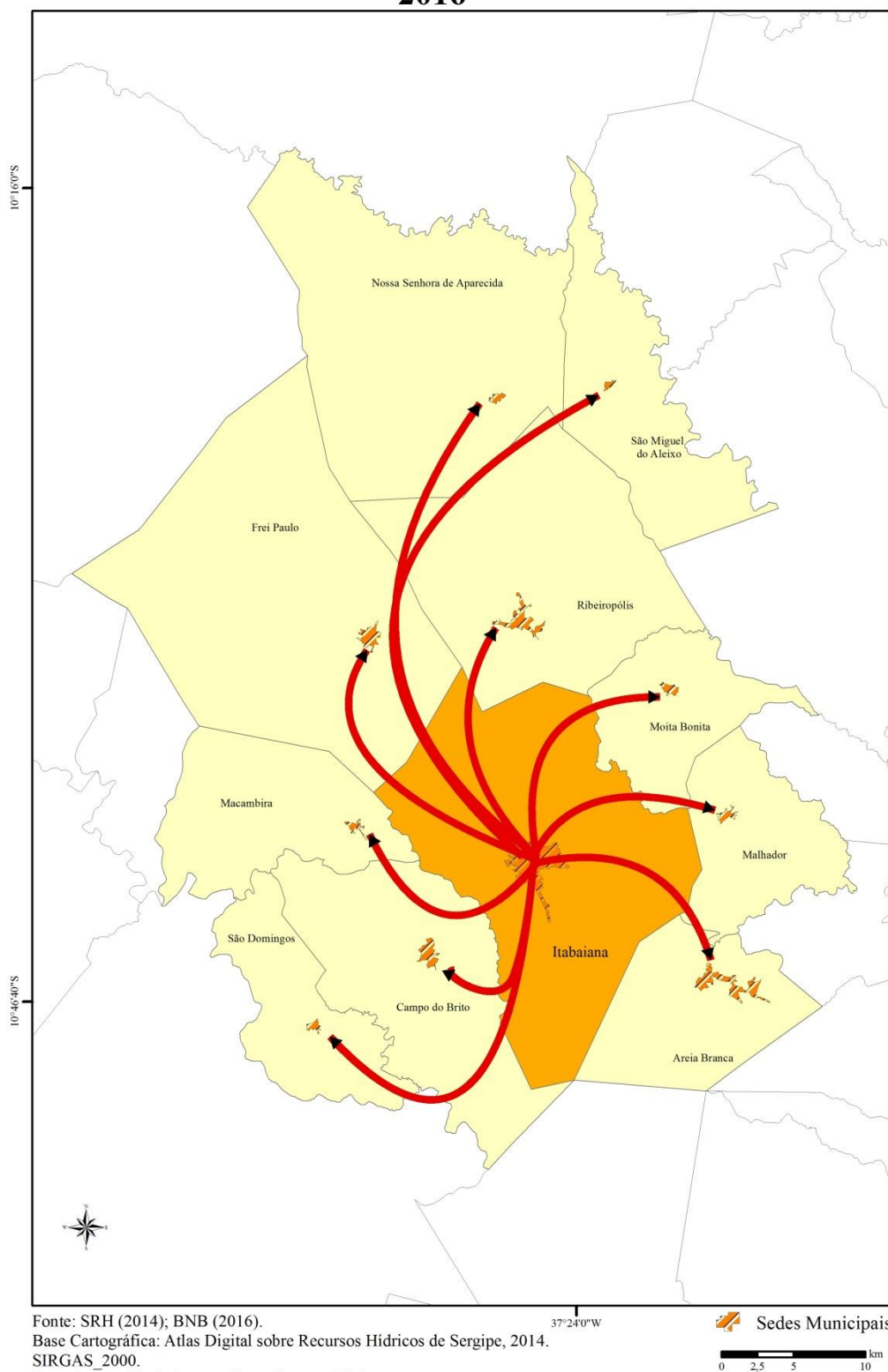
Fonte: Banco do Nordeste do Brasil, 2016. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/resultados>>. Acesso em: 10 out. 2016.

As informações acima comprovam a amplitude do Banco do Nordeste do Brasil nos estados de sua atuação. Em Sergipe a partir de informações coletadas na Sala de Imprensa do Banco²⁵ no primeiro quadrimestre de 2015, o Banco investiu no setor de microcrédito urbano mais de R\$ 1,16 milhão e tem previsão que alcance cerca de 102 mil clientes ativos totalizando 25% do mercado elegível segundo o gerente estadual do Crediamigo, Luiz Alberto Morato. Desde a criação do programa, já foram investidos mais de R\$ 1,5 bilhão somente no estado de Sergipe, em mais de 21.500 operações de crédito (BNB, 2015).

Em Itabaiana (SE), esse banco possui um alto grau de influência sobre os moradores locais e da região circunvizinha, o que foi constatado em pesquisa de campo. De acordo com informações na agência bancária do município por meio dos Agentes de crédito, o Banco do Nordeste do Brasil tem postos de atendimento em municípios da região que estão sob o comando da Unidade de Itabaiana e são direcionados a incluir os indivíduos nessa região no Programa Crediamigo. Essa organização pode ser constatada na figura 11 a seguir, que mostra a Centralidade do Programa no município de Itabaiana.

²⁵ Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/noticias/-/asset_publisher/x8xtPijhdmFZ/content/banco-do-nordeste-aplica-mais-de-r-1-milhao-em-microcredito-urbano-em-2015-em-sergipe/50120>. Acesso em: 03 ago. 2015.

**Figura 11: Itabaiana
Centralidade do Crediamigo
2016**

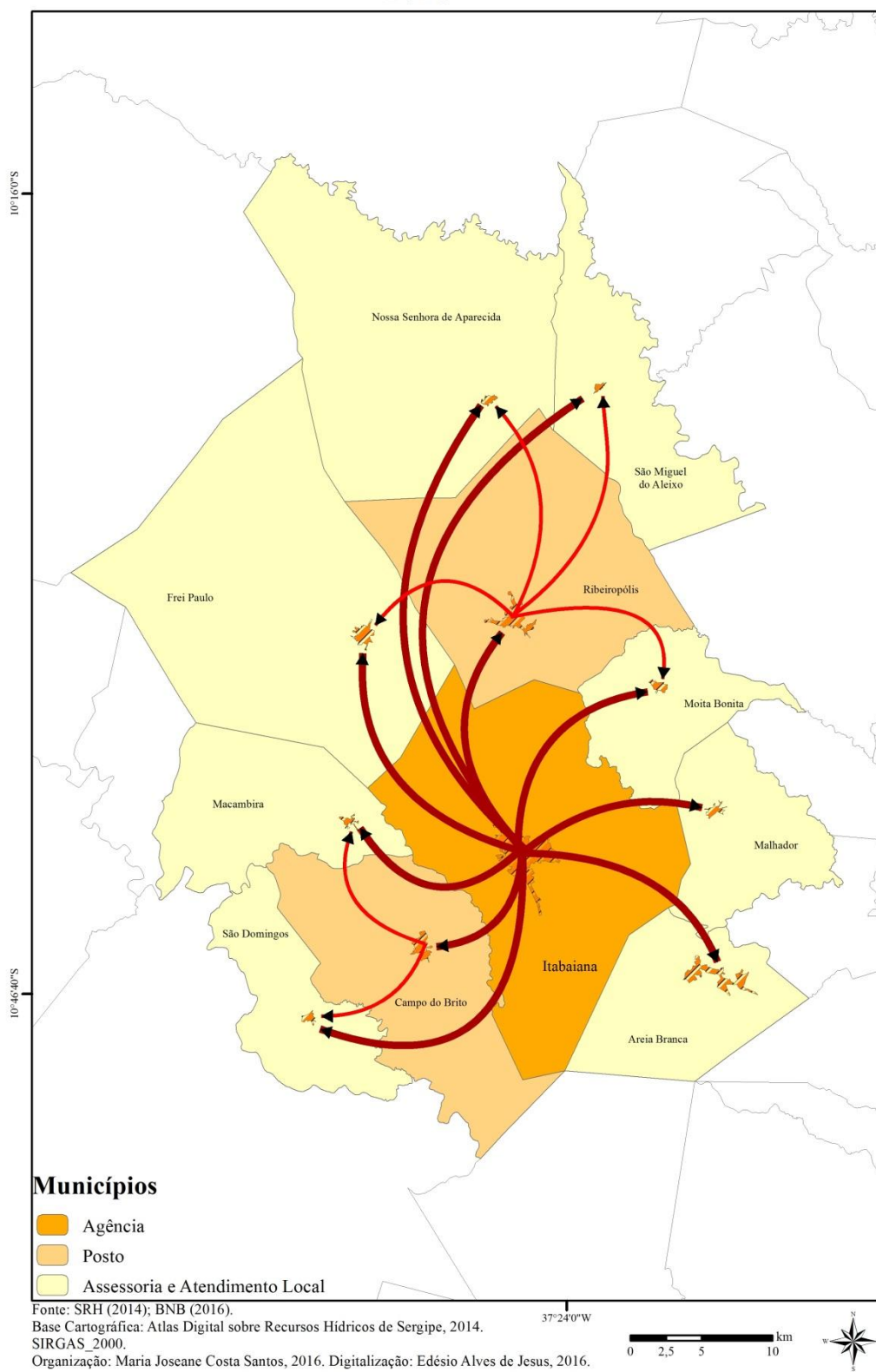


Assim, pode notar-se que o Crediamigo está organizado nesse espaço por meio da coordenação da agência do Banco do Nordeste no município de Itabaiana/SE. Esta agência bancária comanda os dois postos de atendimento presentes no município de Campo do Brito e Ribeirópolis, os quais são responsáveis pela articulação do Programa nos outros municípios que compõem a Microrregião do Agreste de Itabaiana.

3.5. O Programa Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil em Itabaiana/SE

O Banco do Nordeste do Brasil possui postos de atendimento em Itabaiana que coordena todos os postos vinculados a essa região (Campo do Brito e Ribeirópolis). Anteriormente também havia um Posto em Areia Branca, mas foi extinto por questões de redução de gastos. A figura 12 a seguir mostra como o Programa se articula na Microrregião do Agreste de Itabaiana.

Figura 12: Microrregião do Agreste de Itabaiana
Articulação do Crediamigo
2016



A Unidade de Campo do Brito aglutina Macambira, São Domingos e o próprio município de Campo do Brito. O Posto de Ribeirópolis coordena Frei Paulo, Nossa Senhora Aparecida, Moita Bonita e povoados de Itabaiana próximos.

A agência incorpora clientes dos municípios: de Itabaiana, Areia Branca, Campo do Brito, Macambira, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Ribeirópolis, São Domingos e São Miguel do Aleixo, Frei Paulo. Em pesquisa de campo, até junho de 2016, a agência possuía por volta de 15.000 clientes vinculados ao Programa (pesquisa de campo, 2016).

Na Unidade de Campo do Brito tem quatro Agentes de crédito. Segundo informação do Agente “um que não tinha carteira de trabalho ainda novato, um coordenador de posto e dois assessores administrativos” (pesquisa de campo, 2016). Na Unidade de Ribeirópolis há seis Agentes de crédito, três assessores administrativos e um Coordenador de postos (pesquisa de campo, 2016).

A agência bancária de Itabaiana possui 35 Agentes de crédito que devem ter mensalmente uma média de 800 e no máximo 1200 clientes fixos em operações de financiamento na carteira de crédito sob sua responsabilidade. Desse total, oito são Agentes de crédito, três assessores administrativos e coordenador pleno estão lotados na sede em Itabaiana. Segundo Agente de crédito “todos são a equipe e equipe são todos” (pesquisa de campo, 2016).

Os Agentes de crédito inserem uma clientela cada vez maior ao banco, ao mesmo tempo em que são sujeitados a uma relação de alienação e precarização do trabalho. Essa natureza foi possível constatar nos depoimento dos Agentes de crédito. Estes segundo entrevistado,

tenho oito horas de trabalho diárias, e possuímos assistência odontológica, seguro de saúde então não há do que reclamar de não sermos funcionários efetivos do Banco, o Instituto Nordeste e Cidadania cobre todos os nossos direitos. Acredito que só serei demitida se fazer coisa errada, mas trabalho direitinho. Estou a seis anos na empresa não tenho medo de ser demitida como disse trabalho direitinho (pesquisa de campo, 2016).

Eu gosto de trabalhar na empresa, pois meu horário é flexível, por exemplo agora são duas horas e não almocei foi uma decisão minha para adiantar o serviço (pesquisa de campo, 2016).

Eu adoro trabalhar com o público então acaba que não acho ruim. Também não vejo problema em não ser funcionária efetiva do Banco, porque recebo as mesmas condições de um trabalhador normal (pesquisa de campo, 2016).

A contratação dos trabalhadores que fomentam e incrementam as altas taxas de lucro da capital rentista bancário é realizada por meio de vínculos precários, pois os trabalhadores,

que compõem o quadro de funcionários do Programa são terceirizados e não possuem nenhum vínculo com o Banco do Nordeste do Brasil a não ser cumprir metas, estabelecidas pelo banco.

Os Agentes de crédito são contratados a partir do INEC (Instituto Nordeste Cidadania), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que na prática funciona com a mesma organização de uma instituição privada. Além disso, se encontram manipulados por uma ideologia de adesão ao comprometimento ético e pacífico para o cumprimento das metas estipuladas, que efetivam a precarização do trabalhador e sua alienação. Conforme as entrevistas,

Você tem que inventar o mês todo independente se você perder você tem que cobrir aquele que você perdeu e coloca mais seis todo mês. Hoje o programa desde que eu entrei tem cinco anos é a melhor meta quando eu entrei. A meta já foi quinze imagine todo o mês você colocar quinze clientes. E, hoje seis clientes tava nove no começo do ano quando foi agora baixou pra seis por assessor (pesquisa de campo, 2015).

Sim, temos meta. Só na meta, é meta de renovação, de tudo, o banco não perde nada, mas faz parte (pesquisa de campo, 2016).

A meta de cliente varia por volta de 6,8, mas até maio é dez. Eu sempre cumpri, mas é difícil. Se não cumprir pode perder o emprego, toda empresa quer lucro (pesquisa de campo, 2016).

De acordo com Agentes de créditos entrevistados “os empréstimos concedidos pelo Programa podem ser individuais, no entanto priorizam-se empréstimos por meio do aval solidário pela garantia de rentabilidade e retorno do pagamento” (pesquisa de campo, 2016).

A área de atuação desses Agentes de crédito é decidida pelo Instituto Nordeste Cidadania (INEC) de acordo com a seleção para composição do quadro de funcionários do INEC. O Agente de crédito informa que, “o Instituto faz o acompanhamento e o Banco do Nordeste só libera o dinheiro” (pesquisa de campo, 2016). A monitoração é feita uma vez por ano, de forma surpresa. O Instituto Nordeste Cidadania escolhe aleatoriamente 30 pessoas envolvidas no Programa e faz uma visita para fiscalizar o trabalho do Agente de crédito. E há também uma visita gerencial duas vezes para atendimento.

No tocante à remuneração os Agentes de crédito, a remuneração é variável (RV), dependendo da inadimplência, do crescimento da carteira de crédito emprestada, da renovação. E outra denominada Situacional por níveis de crescimento no Instituto Nordeste e Cidadania, que vão de um a onze e mudam de estágio a cada vinte e cinco novos clientes colocados na carteira do Agente de Crédito.

Segundo Agente de crédito “está com 5.835, no nível cinco” (pesquisa de campo, 2016). Há apenas 45 dias para depois da liberação para ir monitorar se o investimento foi feito.

Essa descrição da maneira como o Agente de crédito exerce sua atividade demonstra o nível de exploração e reforça a vinculação da atividade com a alienação do trabalhador, que não compreende a condição precária presente em seu trabalho.

Não tenho medo de ficar desempregada não trabalho com preguiça (pesquisa de campo, 2016).

A gente não empresta dinheiro, a gente realiza sonho (pesquisa de campo, 2016).

O Programa possui duas carteiras de crédito vinculadas ao Giro Popular Solidário (GPS), que concede empréstimo de R\$ 100,00 a R\$ 2000,00 e Giro Solidário (GS) com empréstimos que vão de R\$2000,00 a R\$15.000,00. Destacam-se outras linhas de crédito também como o Giro Invest, que é uma linha de crédito individual com pagamento entre quatro a dezoito meses, e a IF linha de crédito investimento fixo para subsidiar empréstimos para ampliação de casas, compra de máquinas e o pagamento se dá em 24 meses.

De acordo com entrevista com funcionário do SEBRAE/Itabaiana as linhas de crédito oferecidas pelos bancos ainda não são o suficiente para montar na maior parte das vezes o primeiro negócio. Também, segundo ele esses empreendedores não são capazes de pagar as prestações da montagem desse primeiro negócio estimulado pelo discurso empreendedor. Segundo o entrevistado,

[...], por exemplo, um empreendedor disse que precisa de um freezer só um freezer é R\$ 8000,00 e precisa de mais de um. Precisa pagar funcionário enfim acho que é só com esses créditos conheço os créditos eles não conseguem se desenvolver. Eles precisam de mais como eles mesmos falam e creio eu que eles não possuem essa capacidade de pagar nem 15 mil nem mais de 15 mil eu acho (pesquisa de campo, 2015).

[...] talvez esses bancos deversem fazer uma análise mais aprofundada no caso sobre esse assunto, sobre o MEIs, sobre as suas necessidades para que talvez assim se fosse possível mesmo através dessa pesquisa aí conseguir oferecer outra linha de crédito para eles em com taxa acessível e que dê para empreendedores fazer o que precisam fazer. Daí eu acho que eles podem sim e conseguem dar esse suporte para várias pessoas é só não acho que seja o suficiente né. Poderia ser um crédito maior (pesquisa de campo, 2015).

Cabe salientar também que há uma funcionalidade fundamental das taxas de juros embutidas no empréstimo realizado pelos tomadores de microcrédito do Programa

Crediamigo. Estas são um meio eficaz de acrescer o capital financeiro, pois os tomadores do microcrédito ao pegarem o crédito não só pagam pelo valor buscado mais acrescentam mais valor do que o anteriormente criado aquecendo a reprodução ampliada do capital financeiro. De acordo com entrevista com Agentes de crédito a taxa de juros “essa taxa que o cliente paga é a taxa pela abertura e pelo seguro no ato de desembolso do crédito” (Pesquisa de campo, 2016).

De acordo com entrevista com Agentes de crédito a taxa de juros da linha de microcrédito Giro Popular Solidário é de 1,7% e da linha Giro Solidário 2%. Desse modo, percebe-se que os envolvidos no Programa que tomam o menor valor pagam as maiores taxas de juros são mais explorados.

Eu busco porque ele é o mais barato mercado, acho que é 1,2% mas já deve ter aumentado (pesquisa de campo, 2016).

Já fiz o empréstimo no primeiro grupo que participei duas vezes. Achei bom o juro é baixo, não é alto quanto mais aumenta às vezes é melhor (pesquisa de campo, 2016).

O juro é bom sim o juro é pouco (pesquisa de campo, 2016).

Dessa maneira, destaca-se que os trabalhadores são entrelaçados em uma lógica na qual sempre buscam novos financiamentos para continuarem com seus estabelecimentos abertos e comprando novas mercadorias. A oferta de crédito é a base material para ocorrer esse processo de transformação da racionalidade do capital, este naturalmente é estimulado por parte do Estado que coaduna com os interesses do capital e seu aumento faz parte dessa racionalidade do mercado que busca ampliar sua produtividade. Se há uma capacidade por parte dos tomadores de empréstimo a tendência é aumentar mais o valor e o volume crédito disponibilizado no mercado.

Nesse sentido, constata-se a não autonomia dos cidadãos. Ao contrário da libertação do trabalhador o que há é um círculo vicioso que mantém os trabalhadores “presos” à esfera financeira.

Segundo informações da Agência de notícias do Banco, o Programa de Microcrédito Crediamigo possui uma taxa ínfima de inadimplência. Esta é inferior a 1%, razão que empodera a sua carteira de crédito e cria a condição para inserção de novos trabalhadores no programa. Além de expor o cumprimento do pagamento por parte dos tomadores de empréstimo que tem na sua clientela 67% de mulheres (BNB, 2015).

Esses dados revelam a importância da política de microcrédito no Estado e no município de Itabaiana, bem como do Programa de Microcrédito Crediamigo no município de Itabaiana, que possui de acordo com a FEBRABAN (2016) duas agências bancárias, sendo o maior polo dessa instituição no interior do estado.

Nesse sentido, vê-se um movimento da política de microcrédito pelo espaço, apresentada por meio do crescimento de relações de trabalho autônomas, domiciliares e precárias, acompanhadas de organizações flexíveis do processo produtivo e do mercado de trabalho.

Itabaiana é um município em que os gestores e a sociedade civil adotaram como o local da vocação comercial, capaz de realizar o desenvolvimento social a partir da capacidade empreendedora dos moradores. Essa situação pode ser compreendida no discurso de gestor municipal em 2013, o qual afirma, “o que estiver ao nosso alcance será feito para que o empreendedorismo itabaianense seja reconhecido, numa forma de garantirmos geração de emprego e renda de forma sustentável” (SERGIPE, 2013). Assim, é um município que se constitui em um território fecundo para mobilização e implementação de programas de crédito como o Crediamigo.

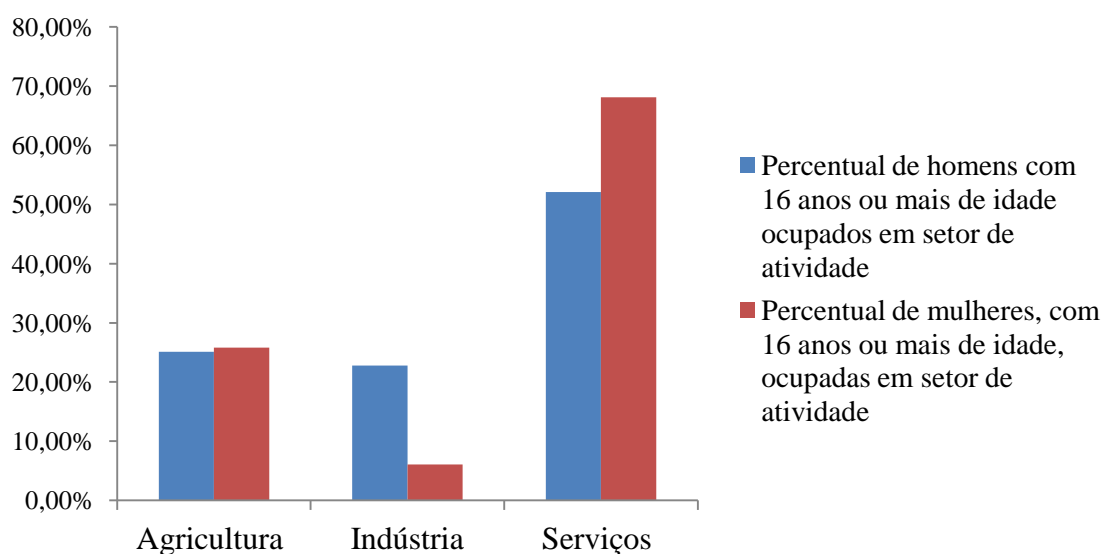
O município de Itabaiana possui uma população residente estimada de 94.393 pessoas no ano de 2016, segundo estimativas do IBGE²⁶. De acordo com o Censo Demográfico (2010) a População Economicamente Ativa com 16 anos ou mais somava um total de 41.029 pessoas, das quais 23.708 são do gênero masculino e 17.321 do gênero feminino.

A população ocupada na faixa de 16 anos ou mais de idade emprega-se principalmente no setor de serviços. Dessa 52,1% é feminina e 47,9% masculina. Há um predomínio do percentual de homens e mulheres ocupados com 25 anos ou mais de idade sem instrução e Ensino Fundamental incompleto. Ambos representam do total da População Economicamente Ativa respectivamente 68,7% dos trabalhadores femininos e 54% do gênero masculino.

O percentual de homens e mulheres ocupados com 25 anos ou mais de idade com ensino superior incompleto é de 3,5% e 10,4%, respectivamente. Como mostra os gráficos 12 e 13.

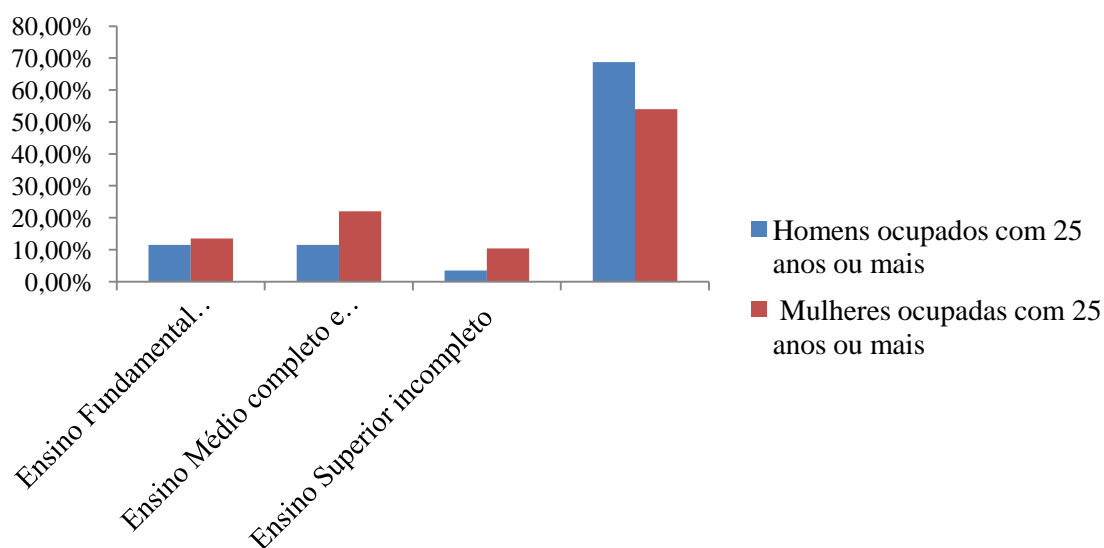
²⁶ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_dou.shtm>. Acesso em: 15 set. 2016.

Gráfico 12: Itabaiana/SE – percentual de homens e mulheres com 16 anos ou mais de idade ocupados por setor de atividade, 2010.



Fonte: Censo Demográfico (IBGE), 2010.
Organização: Maria Santos, 2015.

Gráfico 13: Itabaiana/SE – percentual de homens e mulheres ocupados com 25 anos ou mais de idade segundo grau de estudo, 2010.

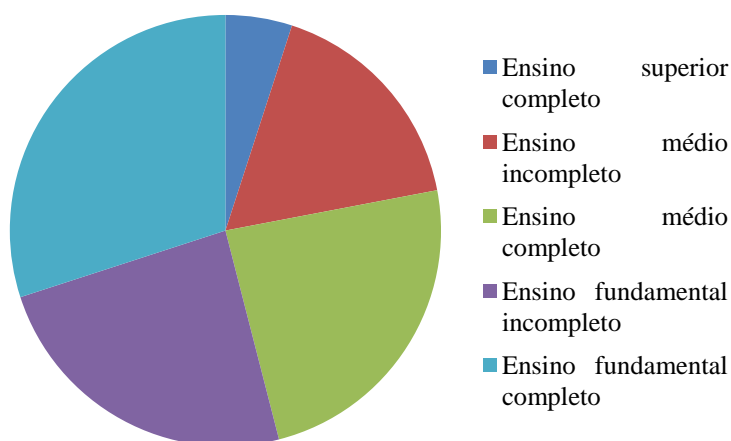


Fonte: Censo Demográfico (IBGE), 2010.
Organização: Maria Santos, 2015.

No tocante ao grau de instrução dos sujeitos envolvidos no Programa pode se constatar em entrevista de campo, que esses sujeitos em sua maioria possuem o ensino fundamental

somando 54% do total. Os tomadores de empréstimos em maior número tem o fundamental completo, o que representa 30%, já os que possuem o fundamental incompleto equivalem a 24%. E, somente 5% possuíam ensino superior completo (ver gráfico 14).

Gráfico 14: Itabaiana/SE - grau de escolaridade dos clientes do Programa de Microcrédito Crediamigo, 2016.



Fonte: Pesquisa de campo 2015/2016.
Organizador: Maria Joseane Costa Santos

O grau instrução dos tomadores de empréstimos revela a natureza das condições socioeconômicas dos sujeitos que compõem grande parte dos envolvidos no Programa. Estes em depoimento em entrevista de campo afirmam,

Eu só estudei depois de velha só um pouquinho porque quando era criança era do tempo que não podia não por que mandava carta para namorada aí mulher não podia estudar não estudar era só se pudesse era os homens Depois dos 30 eu peguei e fui estudar para ir aprender alguma coisa não conseguiu o que queria meu senhor estudar mais mas de tudo que eu aprender a ler um pouco escrever quase nada porque depois de velho eu acho que não aprendi direito não Avenida Fica só mandando as meninas fica só mangando de mim aí assim eu aprendi fiz o curso Lê tudo que eu pego a lei 1 agora na hora de escrever é mais difícil (pesquisa de campo, 2015).

Terminei o terceiro ano agora, vou vê se consigo entrar na universidade tenho 21 anos vou fazer 22 (pesquisa de campo, 2016).

Não estudei. Só fui para sala um dia só. Aí meu pai foi me buscar com um currião e me bateu aí fiquei com trauma e não estudei mais. Agora não sou analfabeta não, eu sei alguma coisa porque eu quis aprender sabe. Pelo menos o nome e alguma besteirinha eu sei fazer. Estudar mesmo nunca estudei não (pesquisa de campo, 2016).

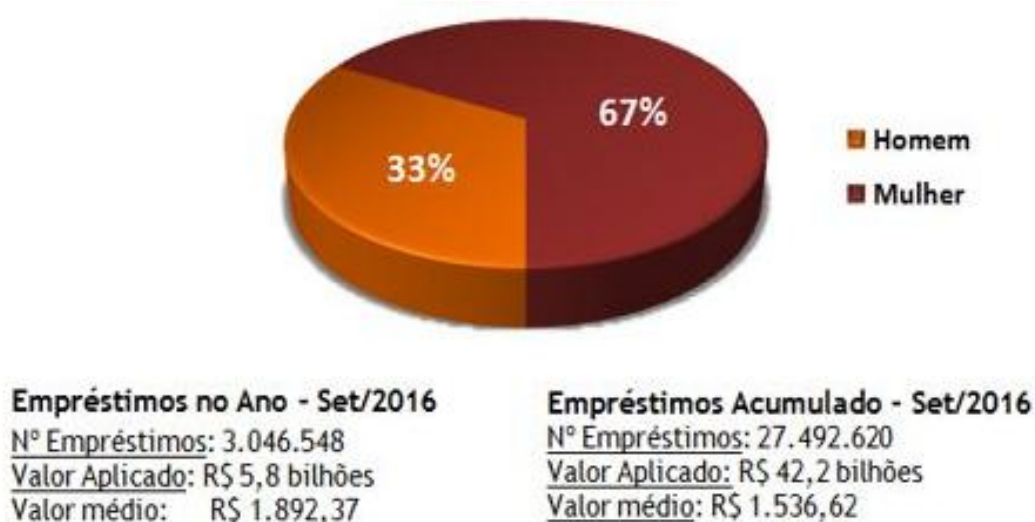
Na População Economicamente Ativa é marcante a concentração de pessoas inseridas no grupo da população ocupada no setor de serviços. Este ganha maior força com a difusão do discurso empreendedor que empodera o município e seus cidadãos para a vocação comercial e que também dá a política financiamento de microcrédito espaço para se estabelecer no município.

Segundo o superintendente do Banco do Nordeste de Sergipe, em 2014, José Mendes, em entrevista à Agência Sergipe de Notícias, a ampliação das atividades financeiras no município de Itabaiana deve-se a grande procura por serviços bancários,

Aqui tem uma demanda muito grande por serviços bancários e nossa agência aqui chegou ao limite. Esta é uma agência para área urbana, com atendimento especializado, para que tenha uma fluidez melhor de processo. Teremos uma equipe preparada especificamente para este tipo de público”, enfatizou (BRASIL, Agência de Notícias Sergipe, 2014).

O Programa Crediamigo tem como característica marcante o envolvimento maior das mulheres. De acordo com dados compilados e demonstrados no gráfico 15, em 2016 pode se verificar essa realidade. Essa característica se mantém constante nos últimos dez anos e de acordo com as informações contidas no Relatório Anual Crediamigo em 2010. Houve uma variação mínima nesses valores em 2010. As mulheres também já representavam na soma total de usuários de crédito o maior volume, com 65% do valor das pessoas envolvidas e os homens 35%.

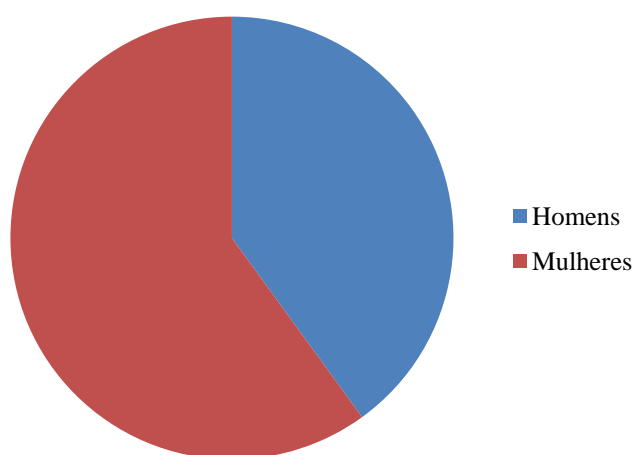
Gráfico 15: Brasil – Crediamigo resultados – gênero. Período – set/2016



Fonte: Banco do Nordeste do Brasil, 2016.

Em entrevistas realizadas por meio de pesquisa de campo entre 2015 e 2016, no município de Itabaiana/SE com os envolvidos em programas de crédito e microcrédito, a maioria dos entrevistados confirmou fazer parte do Programa de Microcrédito Crediamigo. É necessário destacar que os envolvidos no Programa em Itabaiana são, em sua maioria, do gênero feminino seguindo a tendência do Programa nos estados e municípios que está presente. As mulheres representam 60% do total de clientes do Crediamigo como pode ser observado no gráfico 16 sobre a composição gênero dos sujeitos que acessam o microcrédito Crediamigo.

Gráfico 16: Itabaiana/SE – gênero dos sujeitos do Programa de Microcrédito Crediamigo, 2016.



Fonte: pesquisa de campo, 2015, 2016.
Organizador: Maria Joseane Costa Santos.

A realidade destacada, a qual revela a associação entre práticas financeiras e a inclusão da mulher no mercado de trabalho se molda como movimento flexível e desigual do capital pelo espaço, que abre fissuras para se movimentar e assegurar a exploração da classe trabalhadora presente na escala local da forma mais branda possível para ele com o apoio do Estado. Desse modo, a inserção da força de trabalho feminino aumentou em todo o mundo e no Brasil.

A inserção maciça da mulher no programa de microcrédito está associada aos novos papéis que ela assume na sociedade capitalista. A transformação do papel da mulher ocorreu simultaneamente aos novos interesses capitalistas pós-reestruturação do sistema de relações sociais do capital. Segundo Harvey (2005a) a flexibilização do processo produtivo que gerou mudanças no mercado e nos processos de trabalho inaugurou um novo momento de

exploração da força de trabalho, no qual o trabalho feminino passou a constituir um papel expressivo no mercado de trabalho.

A força de trabalho feminina passou a realizar atividades antes desempenhadas pelos homens mais organizados enquanto classe. Essa situação lhes garantia um poder maior de reivindicação por melhores salários e tornava mais difíceis suas demissões pelo alto custo dos encargos pago às organizações sindicais, que eram o representante firme e legal dos trabalhadores.

Por outro lado, a inserção da mulher no mercado de trabalho esteve e permanece atrelada ao florescimento de atividades descentralizadas com a flexibilização e desregulamentação de direitos sociais conquistados pelos trabalhadores. Nesse sentido, as trabalhadoras se inserem no mercado de trabalho em ocupações precárias e com salários mais baixos.

As ocupações flexíveis são resultado da liberalização e da desregulamentação das leis e relações de trabalho levadas ao extremo pós 1970, nas quais a terceirização do processo produtivo tornou possível e incentivada nos espaços locais. Nessa seara, o capital financeiro se estabeleceu na escala local através de políticas de financiamento, que satisfazem a necessidade de acumulação.

No caso brasileiro, constata-se uma verdadeira epidemia nas últimas duas décadas, que contaminou a indústria, os serviços, a agricultura, o serviço público, generalizando-se também não só para as chamadas atividades-meio, mas também para as atividades-fim. Nesse campo – da organização do trabalho –, se evidencia, através da terceirização, condições de trabalho salariais que definem trabalhadores de primeira e segunda categorias, como porta para o trabalho análogo ao de escravo, e em que a discriminação se dá não apenas por parte da empresa contratante, mas também entre os próprios trabalhadores contratados diretamente e os chamados “terceiros”, cuja denominação já revela a distinção ou a condição aparte, de fora, externa (ANTUNES; DRUCK, 2013, p.220).

Para Antunes (2005), o processo de feminização do trabalho com a reorganização do sistema do capital criou uma nova divisão sexual do trabalho na qual a mulher tornou-se a chefe da empresa, dos negócios familiares, e a chefe de família. Entretanto, esse movimento no qual a mulher se insere no mercado de trabalho se destaca pela precarização do trabalho e pela desigualdade entre homens e mulheres.

[...] Assim, depreendemos que o processo de valorização e de acumulação do capital ampliou como nunca antes as esferas de atuação do capital e do Estado, para o efetivo exercício do controle social, como forma de viabilizar

o projeto de sociedade centrado na valorização de capital, mas com as atenções voltadas para a fragilização da classe trabalhadora [...] (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p.14).

Na escala local, o envolvimento das pessoas com o financiamento e nesse trabalho, o microcrédito, com o domínio do gênero feminino está direcionado a garantia de atividades de sobrevivência associadas ao mercado informal e a jornadas de trabalho duplas. As mulheres que fazem parte do programa em sua maioria trabalham em casa dividindo seu tempo útil de vida entre o trabalho doméstico e o desenvolvimento de atividades em suas moradias.

Peguei o dinheiro para negociar foi um erro não deu resultado porque minha filha você pega 2 mil e paga 5 mil isso é assalto (pesquisa de campo, 2015).

[...] primeiro fiz uma pesquisa de mercado, pra ver a viabilidade do negócio, e vi que era viável, que eu tanto iria arcar com a prestação como com os juros, e ainda teria o meu lucro, foi isso que fez com que eu buscasse, [...] (pesquisa de campo, 2016).

Em reportagem exibida no Jornal da Globo sobre o perfil de mulheres empreendedoras, o grupo mais visado para o financiamento é exatamente o formado pelas mulheres. As mulheres são direcionadas a atividades que exigem pouca capacitação e baixo retorno financeiro.

[...] “Bolo construído na mão, batido na mão”, ela conta. E as receitas diferentes e fofinhas renderam. Em menos de dois anos, ela já abriu três lojas e é tudo rosa (Jornal da Globo, 2016).

São atividades precárias, que se dão por meio de relações de trabalho informais, ao passo que exige do trabalhador grande dispêndio de força física e intelectual, pois estas coadunam com o processo multifuncional do trabalho e com a desespecialização da atividade humana. Segundo gerente do SEBRAE Santo Amaro (distrito de São Paulo),

O mercado trata o empreendedor da mesma forma. O que vai nos diferenciar é como a gente olha para esse mercado e a gente liga com essas oportunidades (Jornal da Globo, 2016).

Para a empreendedora Teruko, alcançar o sucesso e o crescimento econômico é uma questão de esforço, basta querer, buscar e realizar aquilo que acredita.

Se você esforçar e acreditar no seu potencial e na sua capacidade, não tem nada impossível. Dá para fazer qualquer coisa e a liberdade que eu tenho de

criar o meu trabalho, de ter o meu horário e eu tenho tempo de almoçar, jantar com as minhas filhas. Então, isso é maravilhoso”, garante a dona Teruko, empreendedora de mão cheia (Jornal da Globo, 2016).

Imbuídos do discurso de autonomia, de sucesso e satisfação pessoal, os trabalhadores, ditos “empreendedores”, sujeitos “visionários” são submetidos a ocupações com uma intensidade do ritmo de trabalho cada dia mais desenfreada, e ao mesmo tempo tem levado muitos trabalhadores na escala local a buscarem empréstimos como o do microcrédito Crediamigo, que se associa ao discurso da autonomia do homem pelo seu esforço pessoal.

De outra parte, as mulheres também são solicitadas pelos programas e políticas de financiamento por elas honrarem melhor os compromissos assumidos, pois elas diferente dos homens não desviam recursos para quitar suas dívidas para outros fins e não se desfazem dos seus compromissos intempestivamente.

Segundo a ex-presidenta Dilma Rouseff em entrevista em abril de 2016, as mulheres representam em torno de 25% dos chefes de família e tem um papel central na composição da família brasileira, assim, dá-se prioridade a mulher em vários programas como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, desse modo “[...] são elas geralmente que recebem a chave porque não pode vender sem a autorização delas, a casa. A casa fica no nome delas, prioritariamente. [...]”.

As políticas e programas creditícios baseado no mérito pessoal pouco contribui para a emancipação do trabalhador, aprofundando a exploração do trabalhador que passa a internalizar o controle sobre seu trabalho e de maneira alienada, absorve o discurso de que é ele próprio o seu patrão.

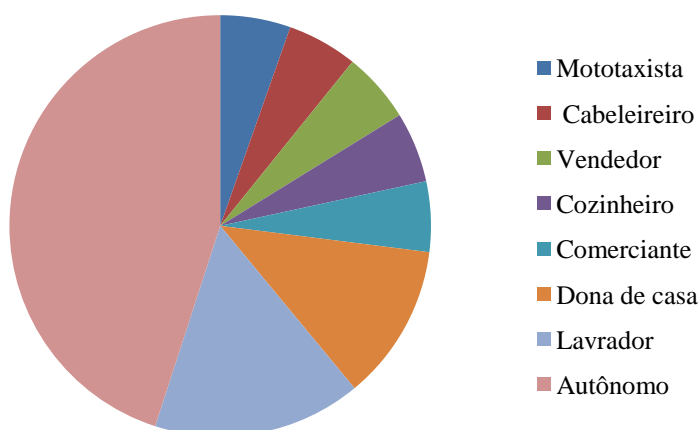
De acordo com entrevista com Agente de crédito do Programa de Microcrédito Crediamigo do município de Itabaiana/SE os empreendedores, sujeitos do trabalho na escala local, que o Programa abarca são em sua maioria autônomos, pequenos comerciantes, sobretudo sacoleiros, e prestadores de serviços básicos como salões de beleza e oficinas. Essas atividades têm predomínio de ocupações informais e atividades que não envolvem grande tecnologia.

Não tem como eu estipular um valor que vai dar certo porque vai depender da mercadoria, vai depender do negócio que a pessoa vai investir. Tem cliente de tudo quanto é jeito, muita gente da confecção a Cosméticos, perfume Natura, da Avon muita, muita gente mesmo. Lingerie também. Tem muito. O que eu mais cadastro na verdade é lingerie, cosméticos, aí têm costureira, mercearia, salão de beleza, manicure, serviços de mototáxi. O público mesmo é mais disso cosméticos, salão de beleza, lingerie é nessa linha aí (pesquisa de campo, 2016).

A maioria de nossos clientes são sacoleiros e renda fixa, o Crediamigo é uma garantia de renda fixa para complementar a renda (pesquisa de campo, 2016).

De acordo com informações coletadas em entrevista com os clientes do Programa Crediamigo município de Itabaiana/SE as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores do Programa fazem parte dos setores que exigem menor instrução e está direcionada a prestação de serviços, nos quais estão inclusos como aponta o gráfico 17 sobre a ocupação da clientela do Crediamigo serviços, como de mototáxis (5,4%), cabeleleiro (5,4%), vendedores (5,4%), dentre outros ou a atividades autônomas, as quais representam 45% das atividades desses trabalhadores inseridos no Programa, bem como lavradores (16%), donas de casa (12%).

Gráfico 17: Itabaiana/SE – ocupação da clientela do Programa de Microcrédito Crediamigo, 2016.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/2016.

Organizado: Maria Joseane Costa Santos, 2016.

Em entrevistas com os clientes do Programa Crediamigo em Itabaiana, eles afirmaram que,

[...] eu comecei na frutaria não deu muito certo porque fruta estraga muito e tava nesse tempo agora de crise, e agora que não rende mesmo mãe deixou essas coisas assim verduras porque o pessoal procura muito e aqui a gente trabalha com jogo tem que se virar se não fica difícil (pesquisa de campo, 2016).

[...] não, tem mais de ano que eu participava. Esse eu entrei agora que botei esse negócio aqui, deve ter uns cinco ou seis meses. Foi eu parei porque a turma que eu tava cancelou e pararam de tirar, aí eu parei. Passei um tempo sem tirar quando foi agora eu voltei a tirar mais com outra turma, porque era

assim, antigamente eu tirava, mas era assim mais para ajudar minha filha e agora eu tirei para mim, porque a gente pensa muito nos filhos da gente, e às vezes a gente deixa de fazer uma coisa para gente para fazer pelos filho. Aí eu tirei para ela, porque ela botou uma mercearia e aí tá precisando de ajuda e eu tirei para ela, só que agora tô tirando para mim para poder colocar esse negócio aqui (pesquisa de campo, 2016).

[...] eu pegava era mais para investir porque fazendo salgado até hoje eu boto assim umas coisinhas porque aparece uma encomenda de salgadinho, bolinho é uma empadinha aí eu fiz o curso de salgadeiro, mas sempre quando tenho uma encomenda de vez em quando. E, a gente arma barraca aí fora vende pastel fica sempre inventando alguma coisa para entrar alguma coisa é um geladinho agora não. Esses dia está chuvoso, mas quando começa a esquentar aí faz um geladinho bota (pesquisa de campo, 2016).

Pelas entrevistas, constata-se que as pessoas inseridas no Programa Crediamigo não desenvolvem atividades que lhes ofereçam uma renda alta. O crédito representa o mínimo para a sobrevivência dos que vivem sob condições precárias. Desmistifica-se, dessa maneira, a ideologia do cidadão que garante seu sustento e crescimento econômico por meio das condições favoráveis de mercado e crédito. Em entrevista realizada,

[...] eu tiro aqui é uma merrequinha, você ganha em cada vaso desse R\$ 2,00. Se você vender só um vaso num dia você só ganha R\$ 2,00. Tem dia que só vendo um vaso aqui, hoje eu vendi R\$ 2,00, mas tem dia que eu passo o dia todo para vender um vaso, a renda é pouca é só para a gente não tá parado mesmo (pesquisa de campo, 2016).

Eu pego há dois anos, duas vezes por ano pego mais para despesas. Surge uma necessidade extra. Também invisto em máquina, tecido, mas uso mais para ajudar com renda extra (pesquisa de campo, 2016).

É importante destacar que sob a ilusão de liberdade e autonomia difundida no Programa Crediamigo, as pessoas entram em um círculo vicioso de pagamento e a tomada de novos empréstimos.

[...] sempre a gente tem que pegar mesmo que a gente não queira muito para renovar, mas a gente tem que pegar para renovar para não fechar. Acho que já tem uns três anos desde lá na outra casa que a gente tentava e durante esse tempo (pesquisa de campo, 2016).

Eu já tirei uma vez, um ano aí eu parei. Aí tirei junto com meu genro, aí eu parei e tirei para a mercearia. Aí parei, aí quando foi agora eu precisei para botar uma distribuidora de água e de botijão. Aí eu botei. Aí eu peguei mais tornei a pegar empréstimo de novo, agora já peguei com outra turma, porque essa turma já não pegava mais aí peguei com outra turma (pesquisa de campo, 2016).

Eu tiro o Crediamigo há doze anos. O Crediamigo para manter o negócio. E também já tirei para reforma (pesquisa de campo, 2016).

Dessa forma, o Programa Crediamigo fomenta a especulação financeira e como uma operação das microfinanças se constitui em uma forma que o sistema do capital tem utilizado para fazer esse sistema sobreviver. O financiamento de pequenos empréstimos a pessoas com menor renda entra nesse campo de mecanismos, que fortalece o sistema em escala global retirando da escala local mediante juros cobrados e outros instrumentos inseridos nas operações de crédito.

De acordo com Harvey (2005a), os pequenos negócios resurgem concomitante ao aumento de trabalhadores autônomo. Estas formas de trabalho se associam ao sistema de trabalho informal em uma infinidade de arranjos flexíveis vinculados a precarização. Nesse contexto, os trabalhadores ficam mais acessíveis à inclusão em programas de financiamento, e dessa forma, alimentam a reprodução do sistema capitalista sob a natureza flexível e financeirizada.

Essa situação é reveladora da necessidade do sistema do capital abarcar e subjugar a totalidade social por todos os espaços dos mais longínquos aos mais próximos ao seu sistema desigual de apropriação e controle da produção como afirma Mészáros (2011).

É importante também destacar que, na pesquisa de campo verificou-se que a maior parte dos tomadores de empréstimo de microcrédito possuíam pequenos negócios associados a suas moradias e muitas destas não apresentavam boa infraestrutura (ver figuras 13, 14, 15 e 16).

Figura 13: Infraestrutura de mercearia em Itabaiana/SE, 2016.



Foto: Maria Joseane Costa Santos, pesquisa de campo, 2016.

Figura 14: Casa e local de venda de produtos de cosméticos em Itabaiana/SE.



Foto: Maria Joseane Costa Santos, pesquisa de campo, 2016.

Figura 15: Residência e loja de Comunicação audiovisual em Itabaiana/SE.

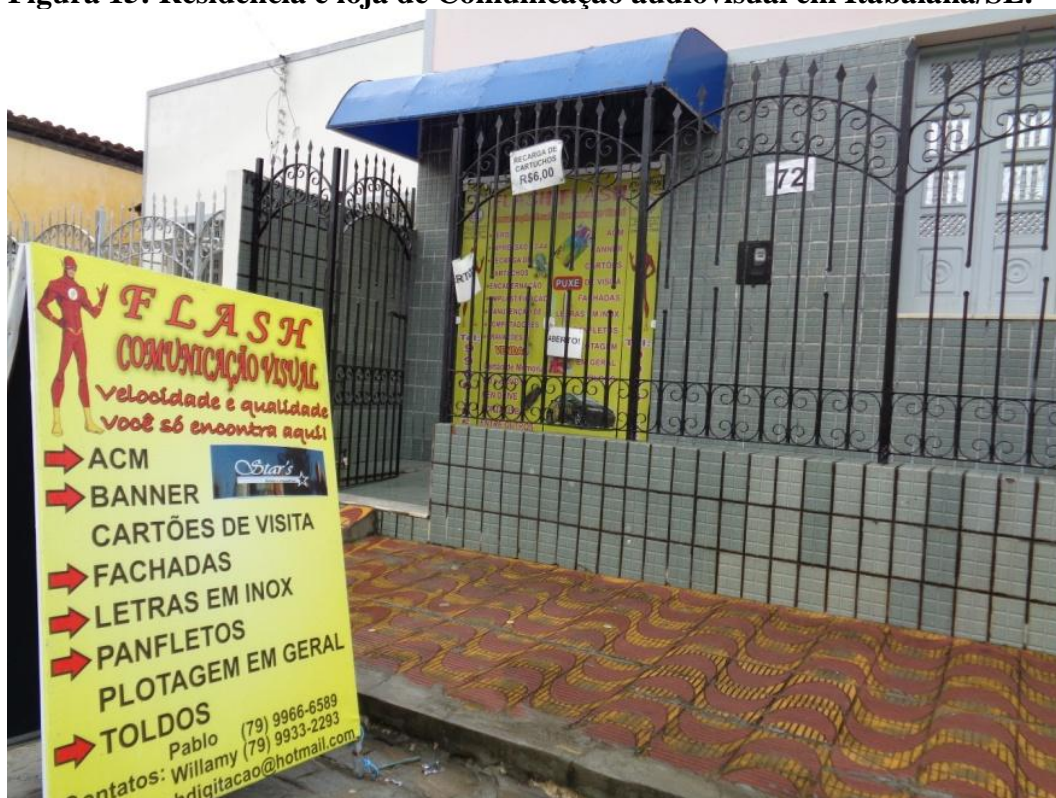


Foto: Maria Joseane Costa Santos, pesquisa de campo, 2016.

Figura 16: Loja de cosméticos e lingerie em Itabaiana/SE.



Foto: Maria Joseane Costa Santos, pesquisa de campo, 2016.

É importante destacar, como as formas de inserção d'a força de trabalho local no mercado de trabalho por meio do estímulo pessoal e da montagem de pequenos negócios levam as pessoas do município envolvidas nesse tipo de atividade financiada através de programas de crédito a se envolverem em jornadas de trabalho cada vez mais flexíveis e intensas. E também a desenvolverem múltiplas atividades em um mesmo período. É necessário sobreviver do lucro daquele pequeno negócio e ainda pagar as parcelas do empréstimo tornando-os “escravos” de sua própria necessidade e livre arbítrio.

Em entrevista com Agente de crédito também se constatou que os tomadores de empréstimos no Programa Crediamigo são principalmente, pessoas físicas e não jurídicas. Como pessoas físicas eles não se constituem nos exemplos que aparecem na mídia de empreendedores que se transformaram em empresários de sucesso. O que aparece na mídia, principalmente por meio do serviço Brasileiro de Apoio às Micro e pequenas Empresas no Brasil (SEBRAE) são casos pontuais de microempresários que conseguiram alcançar uma certa estabilidade em seu negócio. Conforme entrevista com Agente de crédito,

Os clientes são em sua maioria informais. É porque assim, quem tem CNPJ procura diretamente o banco. A gente faz o crédito com CPF do cliente o

sentido mesmo é que seja informal, que o informal nasça com a gente que ele cresça e deixe a gente e vá para o banco para ter um crédito maior porque o microcrédito só vai até R\$ 15.000,00. Aí tipo uma pessoa que busca um valor alto não vai servir (pesquisa de campo, 2015).

De acordo com os dados do Relatório do Panorama do Microcrédito lançado em 2015 “para efeito de comparação, o valor da carteira do microcrédito PF (Pessoa Física) é de R\$5,1 bilhões (o tomador PF responde por 95% do valor e por 96,9% das operações de microcrédito)” (Banco Central do Brasil, 2015, p. 05).

Esse importante dado do sistema financeiro nacional ilustra a ideologia de que o estímulo ao microcrédito implanta a criação de novas empresas e assim acresce o total de postos de trabalho no país. Em pesquisa de campo (2015 e 2016) pode se verificar essa realidade por meio das informações repassadas pelos entrevistados quando questionados se tinham trabalhadores ou tinham a capacidade de contratar.

Não eu não tenho condições de pagar um funcionário às vendas são poucas e a crise (pesquisa de campo, 2016).

Tem mais isso depois do segundo empréstimo no início não, porque no primeiro você vai trabalhar em cima daquilo para pagar e quando você vai engatilhar sua coisa comprar só material. No segundo você vai pagar. Mas você já vai desafogar mais um pouco você tá sendo daquilo que deu porque se não der você não vai tirar de novo, então é relativo (pesquisa de campo, 2015).

Depende do valor da carta de crédito porque quando no começo a carta de crédito tá muito baixo o valor estipulado grupo é só de R\$ 1000,00 no máximo quando é primeira vez sai mais ou menos R\$800,00, R\$700,00 com isso não dá para colocar ninguém para trabalhar (pesquisa de campo, 2016).

Desse modo, verifica-se que o programa de microcrédito Crediamigo estimula a produção de atividades de sobrevivência, que garantam ao sujeito envolvido no programa no município de Itabaiana/SE a condição de acesso a uma renda pequena com a qual possa assegurar com dificuldade alimentação e outros itens básicos. Nega-se a missão do Programa que é a de “contribuir para o desenvolvimento socioeconômico dos empreendedores e empreendedoras, por meio de produtos e serviços de microfinanças e orientação empresarial, de forma sustentável, oportuna e de fácil acesso.” (BNB, 2016).

É necessário salientar que muitos entrevistados não compreendiam muito a lógica de funcionamento do Programa como a questão dos juros, apesar de ressaltarem a explicação do Assessor (Agente de crédito).

Todo mundo fala que é o menor. Já foi mais baixo, mas, não é não agora. Agora o crédito do Banco do Brasil os juros são menores. Porque eu peguei o dinheiro eles ofereceram, aí eu peguei individual e eu paguei bem pouquinho. Aí esse ano eu acho que é a taxa mais alta agora porque também a gente nunca mais pegou.

Também é fundamental destacar que os clientes do Crediamigo relataram que não há assessoria prometida pelo Programa, pois de acordo com entrevistas os Agentes de crédito não vão vistoriar seus negócios ou investimentos depois que retiram o primeiro empréstimo. Só aparecem novamente para realizar a renovação do vínculo com o Programa. “Só depois quando chega o dia mesmo a vamos pegar de novo para não fechar aí pergunta se está ganhando alguma coisa como é que tá como é que foi” (pesquisa de campo, 2016).

Se eu dissesse que ia pegar para investir como vocês em um pequeno comércio, mas se eu gastar seu dinheiro pagando minhas dívidas eles não é saber por que o empréstimo é direcionado para investimento (pesquisa de campo, 2016).

Eu aqui se realmente a pessoa não tiver pagando tudo direitinho eu acho que eles não investiga em nada não mesmo. Eles podem investigar se em algum momento não receber. Perguntam tá acontecendo alguma coisa porque não tô pagando, ah não ser isso (pesquisa de campo, 2016).

[...] se tiver o nome limpo faz qualquer pessoa. Qualquer pessoa pega chegou lá não teve nome sujo qualquer pessoa até quem trabalha com nada qualquer vendedor ambulante minha irmã faz paninho de prato de crochê ela foi ela tirou junto com outra turma a outra faz um docinho de leite geladinho ela foi tirou também. Assim o importante é para pequenos empreendedores teve nome limpo pega porque os primeiros pega o jogo nessa pessoa pegam os documentos da pessoa e eles investigam se tiver o nome sujo não consegue nada. Teve o nome limpo assim qualquer pessoa pega para o que for vender. Vou vender cebola, vou vender tomate pronto pega (pesquisa de campo, 2016).

só na época mesmo né terminou os seis meses aí para renovar de novo aí eles vai pergunta isso e tchau renova e depois continuar da mesma forma então não há nenhum tipo de vistoria. Se eu dissesse que ia pegar para investir como vocês em um pequeno comércio, mas se eu gastar seu dinheiro pagando minhas dívidas eles não iam saber porque o empréstimo é direcionado para investimento, mas eles não vistoriam se realmente você, vocês dizem eles e eles meio que acreditam na sua palavra (pesquisa de campo, 2016).

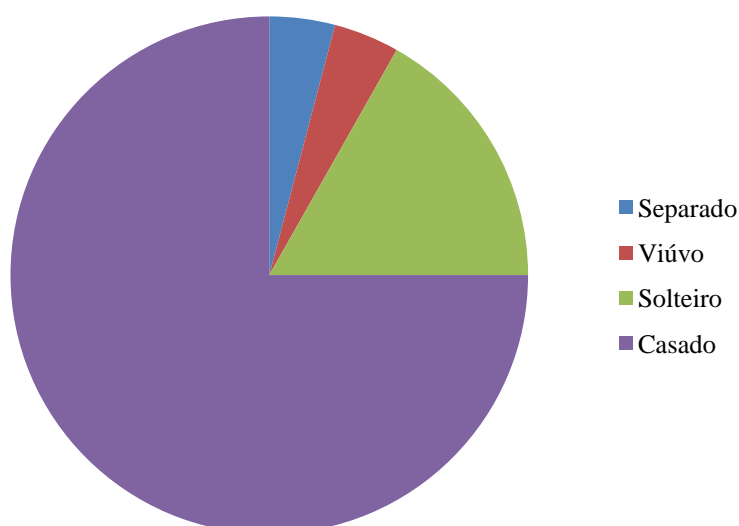
A falta de continuidade do acompanhamento dos investimentos também foi mencionada por Agente crédito em entrevista. Segundo ele,

o banco em si não tem nenhum acompanhamento da gente toda parte acompanhamento quem faz é o assessor de crédito ou até mesmo o Coordenador. O que às vezes nem sempre acontece na compra de mercadoria. A gente não acompanha muito. A gente acompanha mais

investimento fixo tipo reforma, e, é uma coisa mais visível até porque o banco não exige nota fiscal das mercadorias aí a palavra dela, dele contra a minha é um acordo de boca a boca. O banco quer o lucro na verdade é assim eles se preocupam né a gente tem até um monitoração ele vem uma vez por ano monitorar a quantidade de pessoas na carteira vai na casa dos clientes, visita, pergunta se o cliente investir em crédito. Aí a pessoa só vai dizer se negocia em que negocia eles estão mais preocupados em saber se a gente faz irregularidade. Se a gente faz desvia a metodologia (pesquisa de campo, 2015).

Em pesquisa de campo foi verificado que tomadores de empréstimos do Programa Crediamigo em Itabaiana/SE são, em sua maior parte, casados. Estes representam 75% dos indivíduos envolvidos no Programa de Microcrédito Crediamigo, enquanto que os indivíduos solteiros representam 17% e o grupo de viúvos e separados representam 4% respectivamente cada um conforme visualizado no gráfico 18.

Gráfico 18: Itabaiana/SE – estado civil dos clientes do Programa de Microcrédito Crediamigo, 2016.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015 e 2016.
Organização: Maria Joseane Costa Santos, 2016.

Este fato desvela a natureza do Programa Crediamigo na busca de garantir o pagamento dos empréstimos. O estímulo a homens e mulheres comprometidos com suas famílias torna mais certo o pagamento e estes de serem “capturados” e submetidos ao capital financeiro reforçando a necessidade da submissão das finanças ao emprego do trabalho e ao capital produtivo em algum momento para não minguarem.

No gráfico 18, anteriormente citado vê-se que o número de sujeitos casados no Programa Crediamigo é revelador da necessidade de envolver maior parcela dos brasileiros na escala local com programas de financiamento ou empréstimo direcionados a partir da escala

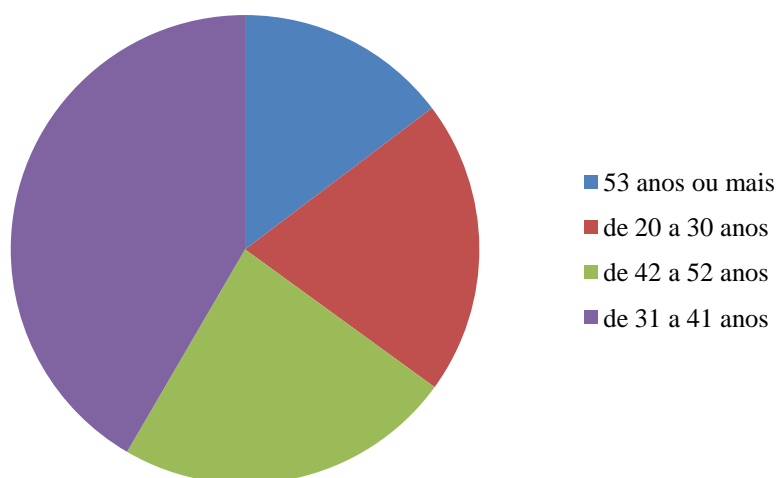
nacional ao aderirem esses financiamentos, que por sua vez se encontram intercalados ao espaço global. Segundo Carlos,

Os níveis e escalas, sinteticamente, correspondem aos da prática sócio-espacial real (objetiva e subjetivamente), que ganha sentido como produtora de lugares encerrando em sua natureza o conteúdo social dado pelas relações que se realizam num espaço-tempo determinado enquanto processo de produção, apropriação, reprodução da vida, da realidade, do espaço em seus descompassos, portanto, fundamentalmente, em suas contradições. Na compreensão da justaposição destes três níveis de escalas espaciais elaborase a tese da reprodução da sociedade, como reprodução espacial (2013, p.88).

É importante destacar que os tomadores de empréstimos no Programa de Microcrédito Crediamigo no município de Itabaiana/SE, de acordo com entrevistas realizadas, predominam na faixa etária entre 31 e 41 anos, os quais representam um total de 41,6% do total da clientela entrevistada (ver gráfico 19). Por outro lado, os tomadores de empréstimo de 20 a 30 anos somam 20,3% e os sujeitos com mais de 53 anos são a menor parcela da clientela do Programa no município com um total de 15% da clientela total. Essa situação condiz com a estrutura de organização do mercado de trabalho mundial, que excluem jovens e idosos do mercado de trabalho, para Antunes (2005) uma das tendências do sistema do capital na fase de acumulação flexível.

Hoje, muito mais do que durante a fase de hegemonia taylorista/fordista o trabalhador é instigado a se autocontrolar, autorreprimir-se e, até mesmo, autopunir-se quando a produção não atinge a meta desejada (chegando até mesmo, em situações extremas como desemprego e o fechamento de empresas, ao subsídio a partir do fracasso do trabalho) (ANTUNES, 2005, p.53).

Gráfico 19: Itabaiana/SE – faixa etária dos sujeitos envolvidos no Programa Crediamigo, 2016.

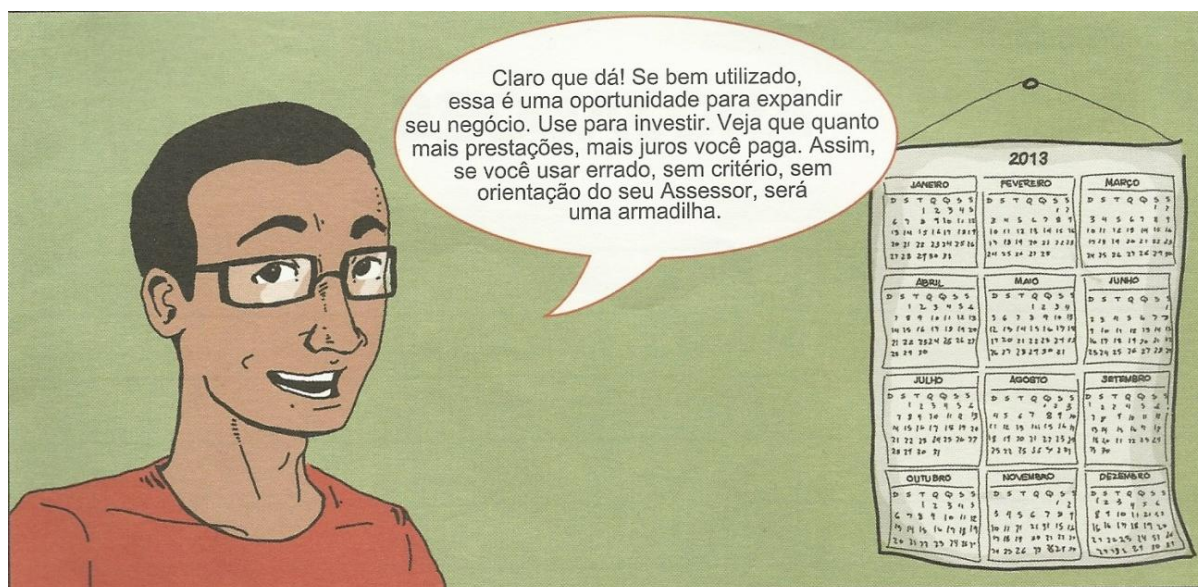


Fonte: pesquisa de Campo, 2015 e 2016.
Organização: Maria Joseane Costa Santos.

É necessário ressaltar que o Programa de Microcrédito Crediamigo é um dos programas mais efetivos para instigar a inserção das pessoas no mercado de microfinanças com a argumentação de obtenção de sucesso, a exemplo do que é exposto na cartilha do Programa em 2013, “o Crediamigo está com vocês há muito tempo, e se preocupa com a educação financeira porque o sucesso de vocês é o nosso maior sucesso!” (CARTILHA DO PROGRAMA CREDIAMIGO, 2013).

Na figura 13, retratada que se refere a uma passagem da Cartilha do Programa de Microcrédito Crediamigo em 2013 é perceptível notar a convocação dos sujeitos para inserção no mercado de crédito. Observa-se a naturalização da capacidade empreendedora, basta você ter acesso ao crédito, saber utilizá-lo para a obtenção do sucesso como meio de manipulação para envolver os sujeitos no Programa e dessa forma explorar a classe trabalhadora na esfera financeira.

Figura 17: Cartilha Crediamigo (2013).



Fonte: BNB, 2013.

Vê-se a partir do discurso veiculado a responsabilização da classe trabalhadora pela garantia da produção das condições de existência e o desvio da real motivação das desigualdades sociais que estruturam a sociedade. O trabalhador é culpabilizado por não alcançar o desenvolvimento e o crescimento econômico e social. A ele é atribuído por meio da competência e da capacidade individual gerir e garantir sua vida. O sujeito do trabalho deve ser destemido e habilidoso para lidar com o mundo moderno e as novas necessidades de mercado.

Em entrevista realizada no município de Itabaiana/SE foi possível apreender como o discurso do empreendedorismo e da vocação local fomentado por gestores, que dominam a produção e a veiculação de ideias no município conduz os moradores a acreditarem na diferença do povo itabaianense em relação a outros espaços locais.

Os moradores entrevistado em sua maioria (gráfico 20), equivalente a 66% dizem acreditar que o povo itabaianense nasce com um dom para a área comercial, motivo que faz a cidade de Itabaiana despontar economicamente na região e os cidadãos direcionados ao sucesso na área comercial.

Eu acho que sim o povo daqui é muito trabalhador né o povo daqui não para sempre arruma um jeitinho para alguma coisa (pesquisa de campo, 2016).

O itabaianense nasce sim para o comércio, está no sangue do povo, é um dom (pesquisa de campo, 2016).

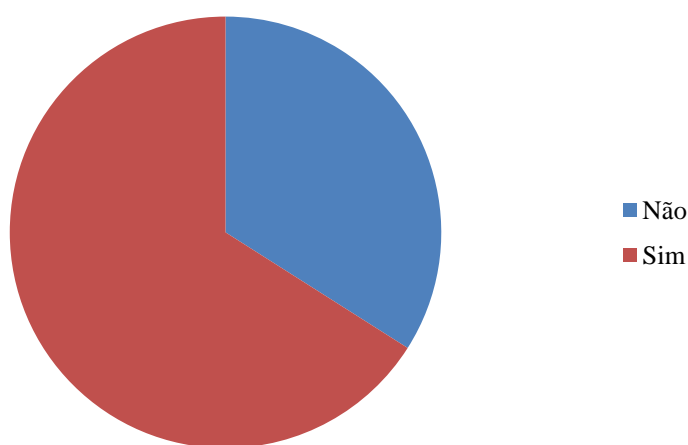
Aqui é maravilhoso. Uma cidade pequena superdesenvolvida. Essa cidade me encantou desde 1997. Aqui tudo que se coloca dá, é acessível. Com honestidade tudo que se coloca dá (pesquisa de campo, 2015).

Acho que sim, pelo padrão da cidade que é do comércio (pesquisa de campo, 2016).

Nasceu em Itabaiana já nasceu com o dom para o comércio. O dom aqui é grande, já tem vontade de trabalhar. Eu por exemplo vim pra cá já sabendo disso (pesquisa de campo, 2015).

A seguir pode se constatar no gráfico 20, esse percentual da população que acredita no empreendedorismo nato do município e do povo itabaianense.

Gráfico 20: Itabaiana/SE – crença na vocação empreendedora municipal, 2016.



Fonte: Trabalho de campo, 2015/2016.
Organizador: Maria Joseane Costa Santos

É necessário destacar que, a crença na vocação empreendedora da cidade e dos moradores à condição de prestadores de serviços proporciona/leva parte da população local a se envolver e seduzir pelo discurso da transformação econômica por meio da responsabilização pessoal. Os sujeitos locais passam a culpabilizar a si próprios pelo sucesso ou fracasso pessoal e familiar.

Eu acredito que dá para mudar de vida colocando um negócio sim. Eu estava depressiva e comecei a revender cosméticos, hoje estou bem, ganho dinheiro, já tenho essa lojinha aqui e busco novas revendedoras para mudarem de vida como eu. Pego o Crediamigo e aí invisto em novas mercadorias, como sutiãs. Basta ter cabeça e vontade de trabalhar. Itabaiana é um lugar ótimo para isso (pesquisa de campo, 2016).

O ser humano tem uma mentalidade já sabe como é. Quando você pega aquele dinheiro com aquele intuito que você sabe o que vai fazer e que sabe que vai dá certo ou você vai arriscar vamos lá. Se você tem a mente aberta,

dá certo. Agora se você não tiver a mente aberta, você fica devendo você acaba com seu material e no final não fez nada (pesquisa de campo, 2015).

Olhe Itabaiana é ótimo, olhe eu não sou daqui, quando cheguei aqui, cheguei arrastando a carrocinha como falam. Aí eu coloquei uma banquinha de pastel não deu certo, coloquei de cachorro quente não deu certo, aí pere aí, já sei o que vou fazer vou comprar uma maquina de frango daquelas grandes que assam, comprei uma barraca, comprei vários DVDs para vender. Olhe duas barracas de DVDs, a minha máquina de frango e ainda vendo minhas macaxeiras dá para eu tirarme sustento. Porque eu pago R\$ 400,00 de aluguel, R\$100,00 de energia, a água vem barato que é a taxa R\$ 35 ou R\$ 30, pago o mercado, pago loja e tudo isso eu tiro das minhas bancas o meu frango agora tá parado, mas minhas bancas tá me dando. Se de repente eu sinto que minha banca tá baixo eu coloco meus frangos eu tenho de onde tirar. Olhe aqui em Itabaiana quer trabalhar com verduras, com roupas para tudo é um comércio para tudo(pesquisa de campo, 2015).

Também, faz-se importante evidenciar que, a ampla maioria da parcela dos sujeitos suscetíveis a tomar empréstimos acredita no empreendedorismo. Os tomadores de empréstimo envolvidos sob o discurso da prática empreendedora acabam nutrindo o capital rentista e realimentando a exploração da classe trabalhadora, a qual se submete a exaustão com jornadas de trabalho esgotantes.

Trabalho na feira desde criança, também vendo verduras em casa durante os dias que não trabalho na feira. É uma rotina cansativa, mas dá para sobreviver. Pego o Crediamigo porque facilita nossa vida, quando estou apertada principalmente, porque as feiras estão ruins. Então é uma boa ajuda, só exige o nome limpo(pesquisa de campo, 2016).

Acompanha-se como destaca Chauí (2004), o domínio do homem por meio das ideias dominantes. Estas se constituem enquanto tal como resultado da prática social dos homens e por meio dela e promove a inversão do real. É nessa esfera que o discurso da vocação empreendedora ganha sentido e torna-se o caminho para todos os sujeitos adquirirem na escala local a desejosa autonomia.

Nesse sentido, percebe-se a lógica do sistema do capital produzindo diferentes organizações sócio-espaciais no escala local. É necessário destacar que os sujeitos envolvidos no Programa de Microcrédito Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil no município de Itabaiana/SE se encontram atrelados ao financiamento do microcrédito por buscarem na maioria das vezes formas de sobrevivência. Este Programa se efetiva de maneira organizada agindo por meio da necessidade dos moradores e da abertura criada pelos governos ao criar e instituir leis de fomento ao financiamento e o microfinanciamento no país.

Desse modo, faz-se necessário destacar o importante papel do Banco do Nordeste no país e seu estabelecimento no estado de Sergipe por meio da efetivação no país do capital financeiro espacializando-o por todas as escalas do território.

É importante, também destacar como o discurso da “vocação empreendedora”   abraçado pelo Programa Crediamigo no município e como esse tem levado os moradores a acessarem o microcrédito, ao mesmo tempo em que os próprios sujeitos, os quais estimulam e dão a esse Programa a força que possui no controle dos empréstimos direcionados a população de baixa renda está alienada.

Nas palavras do Agente de crédito “  uma honra ver como a gente trabalha com o público, tem clientes que não vive sem a gente. É uma honra ter gente que até já construiu a casa com a ajuda do Programa” (pesquisa de campo, 2016). Nesse sentido,   notória a articulação entre homem, trabalho e capital financeiro na produção e organização do espaço e de toda a riqueza natural e social. E, também da funcionalidade do domínio e controle do capital por todas as escalas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo do trabalho, nas últimas décadas, passou por uma grande transformação político-econômica e cultural. Essa transformação pode ser observada pela análise da organização e das relações de trabalho produzidas em âmbito mundial. Conforme afirma Harvey (2005a) nesse momento vivenciou-se a flexibilização do mercado e processos de trabalho, da produção e dos padrões de consumo. Este processo se apoia em novas maneiras de financiamento de serviços financeiros, novos setores produtivos, novos mercados e, sobretudo inovação tecnológica e organizacional.

Nesta pesquisa, constatou-se que o trabalho permanece fundamental para a reprodução capitalista, embora tenha se difundido a ideia de fim do trabalho. Mesmo com a mundialização do capital, não há autonomia do setor financeiro que precisa do setor produtivo e da força de trabalho para se reproduzir. .

Verificou-se como o Estado brasileiro se adequou a atual fase do sistema capitalista que tem na mundialização financeira sua fonte de acumulação. Desse modo, o Estado nacional vem desobstruindo todos os obstáculos à espacialização do capital financeiro e abrindo fissuras, por exemplo, criando instituições públicas, e instituições sociais de direito privado sem fins lucrativos, as OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) que atuam no mercado financeiro como agentes operadores de empréstimos direcionados à classe trabalhadora. E, de outro lado, pelo fomento a políticas de incentivo a geração de emprego e renda associada à inserção da classe trabalhadora em programas de financiamento e microfinanciamento.

Nessa seara, se constatou que as políticas e programas desenvolvidos recentemente no Brasil sob o discurso da inserção da classe trabalhadora no mercado de trabalho funcionam como mecanismo de controle dos sujeitos sociais, desviando a compreensão da real motivação da desigualdade social. Conforme Chauí (2004), o Estado não se distingue da sociedade de classes que o estabeleceu. Ele, ao contrário, é a exteriorização dessa sociedade dividida em unidades individuais particulares para sustentar por meio de uma comunidade ilusória a preservação dos interesses particulares da classe dominante.

Observou-se que o discurso da promoção de emprego e renda, encorajado pelo Estado e motivado pelas classes empresarial e rentista no Brasil foi reforçado pelas classes dominantes locais, contribuindo para fortalecer práticas empreendedoras no município de Itabaiana/SE. A inserção de indivíduos nos programas de microcrédito ocorreu por meio da ideologia da vocação empreendedora dos sujeitos locais e da vocação comercial de Itabaiana

com o fomento do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, alimentando a esfera financeira.

O discurso empreendedor é um dos mecanismos mais incentivados na última década no Brasil. Este ascendeu principalmente através da atuação Estado neoliberal. O estímulo ao empreendedorismo vem acompanhado da redução do Estado enquanto promotor do bem-estar social e da responsabilização dos sujeitos locais pelo desenvolvimento econômico e social. O Estado permanece e renova seu papel de coordenador e facilitador da acumulação, permitindo a apreensão dos sujeitos pelo capital através da produção de discursos ideológicos, como o da autonomia dos trabalhadores pela capacidade individual e empreendedora do cidadão local.

É necessário destacar que, nesta pesquisa constatou-se que os envolvidos no Programa Crediamigo são envoltos, em sua maioria, pelo discurso da autonomia e da “vocação local” da cidade criado pelo poder local e afirmado tacitamente pelos moradores do município como o lugar dos “bons negócios” e espaço diferenciado no espaço local.

O Programa de Microcrédito Crediamigo, analisado nesta pesquisa, tem por objetivo gerar emprego e renda por meio do incentivo a atividades empreendedoras a partir de produtos e serviços financeiros associados à orientação empresarial e a sustentabilidade. No entanto, a pesquisa desvelou que a finalidade proposta por este Programa não se efetiva no espaço local analisado, pois os tomadores de empréstimos do Crediamigo, em Itabaiana, revelaram que os empréstimos microfinanceiros não implicam em desenvolvimento econômico social sustentável, apenas são instrumentos utilizados para manterem a sobrevivência.

Os sujeitos que são inseridos no Programa Crediamigo são incentivados a abertura de pequenos negócios e ao desenvolvimento de atividades de comerciais e de prestação de serviços de baixo valor agregado. . O Crediamigo viabiliza e estimula relações de trabalho informais, como o trabalho domiciliar e autônomo, as quais possibilitam a intensificação da precarização do trabalho. Desse modo, a informalidade promove a intensificação da exploração e alienação do trabalho dos sujeitos envolvidos no Programa.

Como afirma Antunes e Alves (2004), há uma espacialização do trabalho domiciliar e autônomo associado a expansão do processo produtivo flexível, e ao estímulo a formação de pequenas unidades familiares, que permitiu a produção além da fábrica e mesclar o trabalho familiar ao trabalho do doméstico e feminino.

Foi possível verificar na pesquisa que a maior parte das atividades financiadas pelo Microcrédito Crediamigo eram realizadas nas moradias dos tomadores de empréstimos. Desse modo,    possível analisar que o Programa Crediamigo vinculado à lógica do sistema de

apropriação privada e divisão hierárquica do trabalho é frágil para a promoção da emancipação e autonomia dos envolvidos no programa. A autonomia humana não pode ser criada em um sistema de subordinação dos sujeitos a atividades diretamente associadas à subcontratação e a precarização.

Pelo discurso do empreendedorismo se prega a capacidade individual de que “você é capaz de abrir e ter o seu próprio negócio” cria novos espaços para acumulação capitalista em sua etapa financeirizada via inserção da classe trabalhadora, que em sua maioria está “fora” do mercado de trabalho formal. Neste sentido, é possível afirmar que o sistema do capital produziu um novo mecanismo de apropriação e exploração da classe trabalhadora que permanece indispensável para a geração do lucro e para a continuidade do sistema de relações de apropriação desigual.

Também foi constatada a responsabilização da classe trabalhadora pelo sucesso ou fracasso pelo seu sucesso. As condições econômicas, sociais, políticas nacionais/globais não são inseridas nas razões do sucesso ou fracasso do empreendimento. É somente o indivíduo o único responsável pelo seu empreendimento. E quando fracassa é porque ele não soube ser criativo e motivado para permanecer no negócio.

Observou-se ainda que a maior parte dos envolvidos nessa linha de crédito não possui condições de permanecerem com as atividades produtivas com os valores financiados visto que eles necessitam renovar periodicamente os empréstimos concedidos pelo Programa Crediamigo para assegurar a permanência dos seus pequenos negócios no mercado. Além disso, a pesquisa revelou que grande parcela desses tomadores de empréstimos “migra” de atividade constantemente denotando a dificuldade de sustento e permanência em uma única atividade desenvolvida.

Este trabalho analisou a funcionalidade do microcrédito, como meio capaz de gerar emprego e renda partindo do Programa de Microcrédito Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil no município de Itabaiana/SE. Constatou-se que o Programa estimula relações de trabalho precárias na escala local associados ao discurso do empreendedorismo, funcionando como um mecanismo de indução dos sujeitos sociais a reprodução do sistema do capital via financeirização.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2 ed. Londrina: Praxis, 2007.

ALVES, Giovanni. Trabalho Flexível, Vida Reduzida e Precarização do Homem-que-trabalha: Perspectivas do Capitalismo Global no século XXI. In. VIZZACCARO-AMARAL, André Luís; MOTA, Daniel Pestana; ALVES, Giovanni (orgs). **Trabalho e saúde**: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI. São Paulo: LTr, 2011.

ALVES, Sérgio Darcy da Silva; SOARES, Marden Marques. **Democratização do crédito no Brasil atuação do Banco Central**. Banco Central do Brasil, 2004.

ANDRADE, Vanilza da Costa. **Programa Casa Nova, Vida Nova e política de desenvolvimento territorial**: habitação de interesse social no Alto Sertão Sergipano. 160f. Núcleo de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5 ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

ANTUNES, Ricardo. **O Caracol e Sua Concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. A Era da Informatização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In. ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho** (org). São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A Terceirização como Regra. **Rev. TST**, Brasília, vol. 79, nº 4, out/dez 2013.

Auditoria cidadão da dívida, 2016. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/>>. Acesso em: 12 maio. 2016.

BARONE, Francisco Marcelo. **Introdução ao Microcrédito**. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 22 abr. 2015.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo, 1994. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2015.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Quem manda no meu dinheiro. In. **Cartilha Crediamigo**, 2013.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório Anual Crediamigo 2011**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/documents/22492/23742/Relatorio_2011_Portugues.pdf/671e78e2-f308-4c46-8bdf-62ab778ffd84>. Acesso em: 28 dez. 2014.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Resultados das operações financeiras do Programa Crediamigo 2002 a setembro de 2016**. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/resultados>>. Acesso em: 10 out. 2016.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Banco do Nordeste aplica mais de R\$ 1 milhão em microcrédito urbano em 2015 em Sergipe.** Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/noticias/-/asset_publisher/x8xtPijhdmFZ/content/banco-do-nordeste-aplica-mais-de-r-1-milhao-em-microcredito-urbano-em-2015-em-sergipe/50120?>. Acesso em: 03 ago. 2015.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório Anual de Sustentabilidade BNB 2013.** Disponível em: <www.bnb.gov.br/.../Relatorio_de_Sustentabilidade_2013.../6fca6597-ed...>. Acesso em: 22 set. 2015.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Crediamigo.** Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/crediamigo>>. Acesso em: 18 out. 2016.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório Anual Crediamigo 2011.** Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/documents/22492/23742/Relatorio_2011_Portugues.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2013.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório Crediamigo 2012:** Programas de Microfinanças do Banco do Nordeste. Banco do Nordeste do Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.mixmarket.org/sites/default/files/agroamigo_relatorio_2012_programas_de_mic-rofinancas.pdf>. Acesso 09/04/2014>. Acesso em: 22 jul. 2015.

BANCO MUNDIAL. **Indicadores do Desenvolvimento Mundial 2016.** Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/23969/9781464806834.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

BANCO MUNDIAL. **Indicadores do Desenvolvimento Mundial 2016.** Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/23969/9781464806834.pdf>>. Acesso em: 30 jul., 2016.

BANCO MUNDIAL. **Relatório Anual 2014.** Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EXTNWDR2013/Resources/82580241352909193861/8936935-1356011448215/8986901-380730352432/SPA_StandaloneOverview.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.

BANCO MUNDIAL. **Relatório Anual do sobre Pobreza 2013.** Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego- (MTE), 2013.** Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/pnmpo>>. Acesso em: 09 nov. 2013.

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego- (MTE), 2014.** Disponível: <<http://portal.mte.gov.br/portal-mte>>. Acesso em: 15 maio. 2014.

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), 2015.** Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/caged/>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

BRASIL. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional, 2015.** Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

BRASIL. **Programa de Proteção ao Emprego – PPE.** In. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/index.php/ppe>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

BRASIL. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 3º trimestre de 2014: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Fasciculos_Indicadores_IBGE/pnadc_201403_trimestre_caderno.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2015.

BRASIL. Características do Emprego Formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais–2013. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF80808148855DD70148A92767C34D76/Principais%20Resultados%20-%20Ano%20base%202013.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2015.

BRASIL. Estudo Especial Panorama do Microcrédito. Banco Central do Brasil, 2014. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/appron/apres/Microcredito-EstudoEspecial_VI_Forum.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2015.

BRASIL. Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). Disponível em: <<http://www.buscabanco.com.br/AgenciasLista.asp?uf=SE&banco=BANCO%20DO%20NORDESTE%20DO%20BRASIL%20S.A>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

BRASIL. Relatório Anual FEBRABAN, 2015. Disponível em: <<https://relatorioanual2015.febraban.org.br/pt/index.htm#inicio>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

BRASIL. Série Cidadania Financeira: estudos sobre educação, proteção, inclusão. Brasília, Banco Central do Brasil, 2015.

BRASIL. Panorama do Mercado de Crédito FEBRABAN Novembro de 2011. Disponível em: <https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Panorama%20de%20Cr%C3%A9dito_JAN16.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

BRASIL. Censo demográfico 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_atlas.shtm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

BRASIL. Indicadores IBGE: pesquisa mensal de emprego dezembro 2014. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2014/pme_201412pubCompleta.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- Cidades, 2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=28>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- Estados, 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>> Acesso em: 20 mar. 2015.

BRASIL. LEI Nº 1110, 25 de abril 2005 - Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos.

BRASIL. LEI Nº 10 1735 - Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13189.htm>. Acesso em: 20 mar. 2016.

BRASIL. **Pesquisa Mensal de Emprego Março de 2015**: estimativas para o mês de março de 2015 Regiões Metropolitanas de: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Indicadores IBGE, 2015. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2015/pme_201504pubCompleta.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2015.

BRASIL. **Relatório de Inclusão Financeira**. Nº3, ISSN 2179-6696, 2015. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Nor/relincfin/RIF2015.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **O Capital e Suas Metamorfoses**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2012.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Padrão de Acumulação e Processo de Informalidade na América Latina Contemporânea: Brasil e México. **Pesquisa e Debate**, São Paulo, volume 12, n. 1(19), 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A “Geografia Crítica” e a Crítica da Geografia. In. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. Vol. XI, n. 245 (3) 1 de agosto de 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **O Poder da Ideologia**. ed. brasiliense, 2004.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A “Nova Economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In. CHESNAIS, François. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

COLODETI, Vicente de Paulo. **Microcrédito**: uma política social de redução da pobreza? 173 f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES, 2011.

COLODETI, Vicente de Paulo; CORRÊA, Izildo Leite. **Microcrédito, Empreendedorismo e Trabalho Informal**: “porta de saída” da pobreza? 2012. Disponível em: <http://www.secep.com.br/arquivos/Microcredito_empreendedorismo_e_trabalho_informal-porta_de_saida_da_pobreza.pdf>. Acesso em: 10 set. 2013.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Estado, Políticas Públicas e Reordenamento Social e Territorial do Trabalho. In. ANDRADE, Eliziário Souza; SILVA, Francisca de Paula Santos da (orgs). **Estado e Políticas Públicas**: a construção do consenso neoliberal. Salvador: EDUNEB, 2012.

CONSTANZI, Rogério Nagamine. **Microcrédito no Âmbito das Políticas de Trabalho e Renda**, 2002. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/.../microcredito_ambito_politicas_publicas_trabalho_r>. Acesso em: 15 dez. 2015.

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY Dominique. Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo. In. CHESNAIS, François. **Uma nova fase do capitalismo?** 1. ed. São Paulo: Xamã, 2003.

FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos. **Polarização Mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Perspectivas de la economia mundial**: al día actualizaci3n de las pryecciones centrales. Washington, D.C. 20431, 2015.

HAY, Phil; WALSH, Christopher; MCMAHON, Cynthia Case. **Novo Relatório do Banco Mundial Urge Abordagem mais Ampla para Reduzir a Pobreza**: Oportunidades, fortalecimento e segurança são cruciais. In. Banco Mundial Comunicado à imprensa Nº 2001/042/S. Washignton, 12 de setembro de 2000.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 14 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005a.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume, 2005b.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRAYCHETE, Elsa Sousa. **O Banco Mundial e o desenvolvimento das microfinanças em países da periferia capitalista**. Salvador, 225 f. Núcleo de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.

LESTIENNE, Pe. Bernard; FURTADO, Fabrina; ARRUDA. Marcos. ABC da dívida sabe quanto você está pagando? Rede jubileu sul/Brasil auditoria cidadã da dívida. In **Revista e Atualizada**. 3 ed, 2008.

LIMA, Fabiana Alcântara. **Crise contemporânea microcrédito, e trabalho informal**: uma reflexão sobre a tendência desenvolvimentista da política social. 221f. Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

LIMA, Fabiana Alcântara. **O trabalho no capitalismo contemporâneo**: entre a política do microcrédito e a ilusão da propriedade, 2012. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/>>. Acesso em: 16 set. 2013.

LIMA, Lucas Gama. **Despindo o estratagema das políticas de desenvolvimento Territorial no Alto Sergipano**: o (des) mascaramento da territorialização do capital por meio da sociabilidade reificante. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. (Série BNB Teses e Dissertações n. 32).

LIMA, Lucas Gama; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. O Estado e o desenvolvimento territorial como suportes para a dominação do capital. **Scientia Plena**. Vol.5, n.12, 2009.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A Trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste**: política públicas na (dis) simulação da esperança. 272f. Programa de Pós-graduação em Geografia – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

LISBOA, Josefa Bispo de; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Desenvolvimento local como simulacro do desenvolvimento: o novo-velho sentido do desenvolvimento e sua funcionalidade

para o sistema do capital. **Terra Livre**. Presidente Prudente Ano 23, v. 2, n. 29, Ago-Dez/2007.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 1 ed, São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857 – 1858 esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política livro I - o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENEZES, Sócrates Oliveira. **De “súperfluos” a sujeitos históricos na contramão do capital**: a geografia do (des) trabalho. 282 f. Núcleo de Pós-graduação em Geografia – UFS, São Cristóvão, 2007.

MÉSZÁROS, Istiván. **O século XXI**: Socialismo ou Barbárie? São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MÉSZÁROS, Istiván. Desemprego e precarização: um grande desafio para a Esquerda. In. ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, Istiván. **Para além do capital**: rumo uma teoria da transição. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIGUEL, Antônia Celene. **Microcrédito no Brasil**: uma agenda de política pública para o mercado de microfinanças, 2012.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira**: Contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOREIRA, Ruy. A Geografia Serve para Desvendar Máscaras Sociais. In. **Geografia, teoria e crítica**. Petrópolis. Vozes, 1982.

Mulheres já são donas de metade das novas micro e pequenas empresas. In. **G1 São Paulo**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2016/03/mulheres-ja-sao-donas-de-metadedas-novas-micro-e-pequenas-empresas.html>>. Acesso em: 09 out. 2016.

NOVACK, George. **Introdução à razão lógica Marxista**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2005.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. **As Tecnologias e suas interfaces no Campo como Estratégia de Controle do Capital**. 220 f. Núcleo de pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Informes perspectivas sociales Y del empleo en el mundo tendencias 2016**: resumen y tendencias sociales y del empleo en el mundo. Organización Internacional del Trabajo. Ginebra, 2016. Disponível em: <<http://www.ilo.org/global/research/global-reports/lang--es/index.htm>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Actas provisionales**. In. Conferencia Internacional del Trabajo. 15-2 (Rev.) 105ª reunión, Ginebra, mayo-junio de 2016. Disponível em: <<http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A Reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova**. n. 45 – 98, 1998.

POSCHMANN, Márcio. **Mercado de trabalho e ajuste fiscal**. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/mercado-de-trabalho-e-ajuste-fiscal/>. Acesso em: 31 jan. 2015.

POSCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2012.

RANIERI, Jesus. **Trabalho e dialética: Hegel, Marx e a teoria social do devir**. São Paulo: Boitempo, 2011.

SANTOS, Ana Rocha dos. **O desvelar das contradições do modelo de descentralização: as interfaces escalares na conformação do Sistema Único de Saúde em Sergipe**. 348 f. Núcleo de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

SERGIPE. **Serviço Brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas (SEBRAE)**, 2015. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/se?codUf=27>>. Acesso em: 09 jan. 2015.

SERGIPE. **Agência de notícia Sergipe**, 2015. Disponível em: <<http://www.agencia.se.gov.br/>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

SERGIPE. **Ministério do trabalho e emprego superintendência regional do trabalho em Sergipe**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/delegacias/se/nordeste-foi-a-regiao-com-maior-indice-de-geracao-de-emprego-com-carteira-assinada-em-agosto.htm>>. Acesso em: 07 fev. 2015.

SERGIPE. **Panorama da economia sergipana, 2011**. Disponível em: <<http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1370369601.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2013.

SERGIPE. **Secretaria do planejamento**, 2015. Disponível em: <<http://www.seplag.se.gov.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

SERGIPE. **Serviço brasileiro de apoio às micros e pequenas empresas (SEBRAE)**, 2015. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/se?codUf=27>>. Acesso em: 09 jan. 2015.

SERGIPE. Secretaria de Planejamento e Gestão. In. **Observatório de Sergipe**. Disponível em: <www.obsevatorio.se.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2015.

SERGIPE. **Projeto escola de negócios chega a Itabaiana**. In. Prefeitura de Itabaiana, 2013. Disponível em: <http://www.itabaiana.se.gov.br/?_p=projeto-escola-de-negocios-chega-a-itabaiana>. Acesso em: 23 jul. 2016.

SINGER, Paul. O trabalho informal e a luta da classe operária. In. JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (orgs). **Mapa do trabalho informal: Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001 - Coleção Brasil Urgente.

SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. Brasília, 2008. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 21 fev. 2015.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Tradução Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

TAVARES, Maria Augusta. Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista. **Revista Outubro**, nº7, 2002.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in) visíveis da Produção Capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo. ed. Cortez, 2004.

THOMÁZ JÚNIOR, Antônio. Por uma Geografia do Trabalho. In. **IV Encontro da ANPEGE**, 2002.

THOMÁZ JÚNIOR, Antônio. A geografia do mundo do trabalho uma viragem no século XXI. **Geosul**, Florianópolis, V.19, n.37, p. 07 – 26, jan/jun 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. Mundialização ou era de transição? uma visão a longo prazo da trajetória do sistema-mundo. In. CHESNAIS, François. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

VASAPPOLO. Luciano. O Trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinantes do capital no paradigma pós-fordista. In. ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2006.

APÊNDICE

Questionário para o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE)

1. Quais são as áreas de atuação do SEBRAE? De que forma atua?
2. Quais as ações desenvolvidas pelo SEBRAE para estimular o empreendedorismo? Como se dá a inserção dos empreendedores?
3. Como o SEBRAE atua em Itabaiana?
4. Até que ponto o empreendedorismo pode desencadear emprego e renda no município?
5. Em Itabaiana há possibilidade para o desenvolvimento de práticas empreendedoras? Quais?
6. Como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) estimula a formalização das micro e pequenas empresas no município de Itabaiana?
7. Quantos empreendimentos foram abertos nos últimos cinco anos e quantos fecharam?
8. Por que fecharam?
9. Por que permaneceram no mercado?
10. Quais os setores econômicos que mais procuram consultorias do SEBRAE? Quais as atividades mais exercidas pelos empreendedores do município?
11. Quais empreendedores buscam parcerias do SEBRAE?
12. Qual a faixa etária que mais busca o apoio do SEBRAE?
13. De quais municípios são os empreendedores que procuram o SEBRAE de Itabaiana?
14. Como o SEBRAE avalia os programas de microfinanciamento? Há parcerias do SEBRAE com esses programas? Quais?
15. Até que ponto o financiamento de microcrédito permite o desenvolvimento de práticas empreendedoras?
16. O Programa Crediamigo é direcionado pelo SEBRAE para os empreendedores? Por quê?
17. Até que ponto a difusão de ideia de “vocação empreendedora” estimula a participação dos empreendedores nas ações desenvolvidas pelo SEBRAE e nos programas de microcrédito?
18. Há parcerias entre o SEBRAE e o governo municipal? Quais?
19. O itabaianense nasce com vocação empreendedora e garantia de sucesso na área comercial?

Questionário para Tomadores de Empréstimo de Microcrédito

1. Possui vínculo com programas de microcrédito? Qual?
2. Por que acessou o financiamento de microcrédito?
3. Qual a situação anterior ao acesso aos programas de microcrédito:
 - a. Trabalhava antes?
 - b. Em quê? Em qual atividade trabalha no presente?
 - c. Por que mudou de emprego?
 - d. Houve falência na atividade anterior? Por quê?
 - e. Qual a renda (salário) mensal?
 - f. Qual a sua naturalidade?
 - g. Onde reside?
 - h. Qual a sua idade?
 - i. Qual o seu grau de instrução?
 - j. Qual seu estado civil?
 - k. Tem filhos? Quantos?
 - l. Qual é sua profissão?
 - m. Trabalha com carteira de trabalho assinada? Há quanto tempo?
 - n. Em algum momento trabalhou com carteira de trabalho assinada? Quanto tempo?
 - o. Há quanto tempo está desempregado? Qual a saída encontrada para trabalhar?
 - p. Há quanto tempo mora em Itabaiana? Por quê?
4. O Programa de Microcrédito Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil tem algum vínculo com o estabelecimento comercial? Por quê?
5. Há quanto tempo faz parte do Programa? Em quais atividades o crédito pode ser investido?
6. Qual atividade foi financiada pelo empréstimo adquirido? Por que direcionar o empréstimo para este ramo?
7. Qual a taxa de juros? De que forma o empréstimo é pago?
8. A oferta de crédito a partir de aval solidário facilita o pagamento do empréstimo?
9. Há por parte do Banco assistência técnica ou orientação para aplicar o crédito e/ou cuidar dos negócios?
10. Há por parte do Programa vistoria sobre como é aplicado o empréstimo?
11. Há acompanhamento desse investimento ao longo do período de vigência do empréstimo?

12. Quais atividades são incentivadas pelo Banco do Nordeste e pelo SEBRAE para o investimento?
13. Você recomenda a pessoa pedir empréstimo para abrir negócio? Por quê?
14. Para quem é a política de microcrédito? A política é acessível à população de baixa renda?
15. A oferta de crédito através de várias instituições bancárias facilita/estimula a abertura de estabelecimentos comerciais?
16. O acesso a programas de microcrédito garante a permanência no mercado desses estabelecimentos comerciais?
17. O acesso a programas de microcrédito permite/proporciona o crescimento comercial e a criação de novos postos de trabalho?
18. Há algum funcionário no estabelecimento comercial?
19. A abertura de um estabelecimento comercial nos bairros distantes do centro comercial possui demanda? Por quê?
20. Quais dificuldades o levaram a pedir empréstimo bancário?
21. A oferta de crédito soluciona os problemas encontrados no mercado?
22. Há dificuldade em acessar programas de microcrédito por parte daqueles que buscam o empréstimo?
23. Você acredita que o microcrédito leva/proporciona sucesso àqueles que procuram empréstimo? Por quê?
24. De que forma é possível alcançar o sucesso?
25. Você acredita que o empréstimo de microcrédito é garantia de sucesso e transformação sócio-econômica?

Questionário para o Agente de Crédito e o Banco

1. Quantos assessores de crédito trabalham no Banco do Nordeste do Brasil? Quantos fazem parte da agência bancária de Itabaiana?
2. Os assessores fazem parte do quadro de funcionários do Banco?
3. A agência bancária de Itabaiana é responsável por quantos municípios?
4. Há divisão de áreas para o atendimento da clientela do Programa? Como?
5. Há acompanhamento do Banco sobre a aplicação desses empréstimos? De que maneira?
6. Qual a taxa de juros do Programa? Há preferência de público para concessão do microcrédito?
7. Qual a taxa de inadimplência do Programa e em Itabaiana?
8. A política de microfinanciamento é capaz de gerar emprego e renda?
9. O Programa Crediamigo é um meio de acesso a emprego e renda? Como garante/proporciona esse acesso?
10. Os tomadores de empréstimo do Programa ascendem socialmente?
11. Quais são as principais atividades de investimento desses tomadores?
12. No município de Itabaiana há condição de se desenvolver práticas empreendedoras? Por quê?
13. O itabaianense nasce com vocação empreendedora e garantia de sucesso para os negócios?
14. Até que ponto a difusão da ideia da “vocação empreendedora” estimula os sujeitos a participarem do programa como mecanismo de desenvolvimento socioeconômico propagado pela política de microcrédito?

Questionário para o assessor e seu trabalho

1. Em que trabalhava antes de ser assessor de microcrédito? Por que começou a trabalhar como assessor?
2. Qual a sua naturalidade? Há quanto tempo trabalha no Programa?
3. Qual é sua idade?
4. Qual é seu grau de instrução?
5. Qual seu estado civil?
6. Tem filhos? Quantos?
7. Qual a renda mensal?
8. Qual a duração do expediente de trabalho do assessor? Como este é cumprido?
9. Há metas de trabalho? De que forma?
10. Quantos atendimentos são feitos mensalmente em média por cada assessor?
11. Há um número máximo e mínimo de clientes estabelecido pelo Banco para cada assessor?
12. Os assessores possuem cobertura de todos os benefícios que o quadro de funcionários regular do Banco tem direito?
13. Possuem organização política, como um sindicato da categoria?